ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

ÁLAN PISSAIA

A INTELIGÊNCIA COLETIVA E A NOVA PERCEPÇÃO DA ESFERA PÚBLICA A PARTIR DA ERA DA PÓS-VERDADE: UM PARADOXO QUE SE IMPÕE

Caxias do Sul

2019

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ÁLAN PISSAIA

A INTELIGÊNCIA COLETIVA E A NOVA PERCEPÇÃO DA ESFERA PÚBLICA A PARTIR DA ERA DA PÓS-VERDADE: UM PARADOXO QUE SE IMPÕE

CAXIAS DO SUL
2019

ÁLAN PISSAIA

A INTELIGÊNCIA COLETIVA E A NOVA PERCEPÇÃO DA ESFERA PÚBLICA A PARTIR DA ERA DA PÓS-VERDADE: UM PARADOXO QUE SE IMPÕE

Monografia de Conclusão do Curso de Comunicação Social — habilitação em Jornalismo, da Universidade de Caxias do Sul, apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel.

.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Marlene Branca Sólio

CAXIAS DO SUL

2019

ÁLAN PISSAIA

A INTELIGÊNCIA COLETIVA E A NOVA PERCEPÇÃO DA ESFERA PÚBLICA A PARTIR DA ERA DA PÓS-VERDADE: UM PARADOXO QUE SE IMPÕE

Monografia de Conclusão do Curso de Comunicação Social — habilitação em Jornalismo, da Universidade de Caxias do Sul, apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel.

Aprovado (a) em: __/__/____

Banca Examinadora

_____
Prof.ª Dra. Marlene Branca Sólio
Universidade de Caxias do Sul – UCS

_____
Prof.ª Dra. Alessandra Paula Rech
Universidade de Caxias do Sul – UCS

_____
Prof.ª Me. Ana Laura Paraginski
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dedico este trabalho a todos aqueles que ousam ter a capacidade de sonhar e acreditar que a educação é a morada mais forte e segura contra toda e qualquer tempestade.

AGRADECIMENTOS

Para uma batalha árdua, antes de tudo, é preciso um bom exército com bons combatentes. Por isso, agradeço primeiramente a Deus, sem o qual nada teria sentido e muito menos fôlego de vida. Quero prestar homenagem de igual importância aos meus pais, sem os quais não poderia ter a possibilidade de estar vivenciando um mundo cheio de boas expectativas com anseio de poder fazer a diferença. Extensivo agradecimento, também, aos meus irmãos, que sempre estiveram ao meu lado e me ajudaram a suportar o jugo em tempos difíceis.

Não poderia deixar de agradecer a alguns professores que lutaram o bom combate junto comigo ao longo de toda a graduação. Além de complexas explicações teóricas, tive a oportunidade de absorver sábias palavras e conselhos primorosos nas adversidades. Obrigado por fazerem a diferença e possibilitarem que a educação seja mais do que apenas um processo — seja o todo. Agradeço pela disponibilidade, afeto e cuidado com que vivenciam o conhecimento, fazendo-o uma arma contra toda ignorância e maldade.

Um agradecimento para a orientadora mais especial que poderia ter, a Prof. Dra. Marlene Branca Sólio, que me mostrou que as pedras em nossa caminhada não são empecilhos para continuar o próximo passo. Ultrapassamos barreiras intransponíveis quando estamos dispostos a viver sob uma nova perspectiva. Agradeço por despender todo o seu conhecimento para me auxiliar na construção do trabalho. Jamais me esquecerei das nossas conversas e de nossos cafés. Obrigado por ser uma porta aberta no meio de tantas fechadas.

Após alguns anos de universidade, vários colegas se transformaram em verdadeiros amigos. Não mencionarei nomes aqui para não ser injusto e correr o risco de esquecer algum deles. Agradeço de forma especial àqueles que sempre estiveram disponíveis a me ouvir e a batalhar junto comigo. Vencemos quando temos a habilidade de reconhecer que poder é um verbo válido na primeira pessoa do plural: nós. Obrigado por fazerem das aulas um bálsamo de descontração e de múltiplos aprendizados.

Meu cordial e mais sincero muito obrigado a todos!

“O homem não teria alcançado o impossível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível."

Max Weber

RESUMO

Este trabalho se orienta no seguinte problema de pesquisa: até que ponto a chamada inteligência coletiva é capaz de dar conta de uma nova percepção da esfera pública na medida em que vivemos na era da pós-verdade? Sob essa premissa, baseiam-se duas direções de hipóteses: os princípios da chamada inteligência coletiva já não atendem mais às exigências da nova esfera pública midiática, considerando o que vem sendo chamado de era da pós-verdade; a partir da era da pós-verdade, a esfera pública midiática exige dos sujeitos sociais um novo comportamento. A partir disso, o objetivo geral é estudar os princípios da chamada teoria da inteligência coletiva, de Pierre Lévy, buscando um comparativo com os princípios e características da sociedade da pós-verdade. De igual modo, foram elencados os seguintes objetivos específicos: estudar os princípios da chamada teoria da inteligência coletiva, com base em Pierre Lévy; estudar as características da sociedade contemporânea, com ênfase no que vem sendo chamado de era da pós-verdade; traçar um estudo comparativo entre os princípios das duas teorias citadas, buscando pontos sinérgicos e pontos em que, principalmente, a partir do final da primeira década do século XX, começa a desenhar-se um “novo modelo de sociedade”. Nesse sentido, a pesquisa incide na orientação qualitativa, de cunho analítico, fundamentando-se na pesquisa bibliográfica como método e, de forma complementar, a hermenêutica. Os principais autores acionados para esta investigação são Pierre Lévy (2000), Jürgen Habermas (1989; 2003), Gadamer (2004), Ricoeur (1978), Fredric Jameson (1995), Zygmunt Bauman (1998; 2001), Baudrillard (1991), Kuhn (2005) e Guy Debord (1997), dentre outros que servem de apoio para a realização desta monografia.

Palavras-chave: Inteligência coletiva. Sociedade da pós-verdade. Individualismo.

Esfera Pública.

ABSTRACT

This work focuses on the following research problem: To what extent is the so-called collective intelligence capable of realizing a new perception of the public sphere as we live in the era of the Post-Truth? Under this premise, two directions of hypotheses are based: the principles of the so-called collective intelligence no longer meet the demands of the new media public sphere, considering what has been called the Post-Truth era; From the Post-Truth era, the media public sphere demands a new behavior from the social subjects. From this, the general objective is to study the principles of the so-called collective intelligence Theory, by Pierre Lévy, seeking a comparative with the principles and characteristics of the Post-Truth society. Similarly, the following specific objectives were listed: to study the principles of the so-called collective intelligence theory, based on Pierre Lévy; To study the characteristics of contemporary society, with emphasis on what has been called the Post-Truth era; To draw up a comparative study between the principles of the two theories cited, seeking synergistic points and points where, mainly, from the end of the first decade of the 20st century, a "new model of society" begins to be drawn. In this sense, the research focuses on the qualitative orientation of an analytical nature, which is based on the basis of the bibliographic research and, in a complementary way, the hermeneutics. The main authors triggered for this investigation are Pierre Lévy (2000), Jürgen Habermas (1989; 2003), Gadamer (2004), Ricoeur (1978), Fredric Jameson (1995), Zygmunt Bauman (1998; 2001), Baudrillard (1991), Kuhn (2005) and Guy Debord (1997), among others that serve as support for the realization of this monograph.

Keywords: Collective intelligence. Post-Truth Society. Individualism. Public sphere.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Círculo hermenêutico 28
Figura 2 – Contexto atual da conexão digital no mundo 44
Figura 3 – Penetração das redes sociais por região no mundo 47
Figura 4 – Penetração da Internet por região no mundo 48
Figura 5 – Média de tempo gasto por dia usando a Internet 51
Figura 6 – Incidência da cultura no mundo cibernético 53
Figura 7 – Comportamento dos usuários nas redes sociais 57
Figura 8 – *Ranking* dos mensageiros instantâneos no mundo 59
Figura 9 – Atividades do *E-commerce* em escala mundial 68
Figura 10 – Escopo habermasiano da Esfera Pública 74
Figura 11 – Tensão entre espaço público e privado 76
Figura 12 – Público e privado nas sociedades ocidentais contemporâneas 77
Figura 13 – Tensão entre espaço público e privado no ciberespaço 80
Figura 14 – Transição e rupturas da dinâmica social 91
Figura 15 – Possível rota do individualismo no contexto de rede 93
Figura 16 – Interesse pelo termo “pós-verdade” nos últimos cinco anos 95
Figura 17 – Charge em elucidação à pós-verdade 98
Figura 18 – Aspectos do conceito de inteligência coletiva 116
Figura 19 – Territórios da inteligência coletiva 126
Figura 20 – Inteligência coletiva em contextos paralelos 130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contexto das três fases da revolução industrial 34
Quadro 2 – Linhas centrais da possível quarta revolução industrial 40
Quadro 3 – Tipos de inteligência para a sabedoria coletiva 42
Quadro 4 – *Ranking* das redes sociais no Brasil e no mundo 46
Quadro 5 – Diferentes tipos de interatividade a partir de Lévy 60
Quadro 6 – Diferentes sentidos de virtual a partir de Lévy 64
Quadro 7 – Consumo de informação no Brasil 67
Quadro 8 – Linhas gerais do conceito de inteligência coletiva 114
Quadro 9 – Palavras-chave de cada cenário 131
Quadro 10 – Coordenação da inteligência coletiva na pós-verdade 132
Quadro 11 – Inteligência coletiva nos pilares da contemporaneidade 133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Internet no Brasil 37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 METODOLOGIA 19

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA 21

2.2 HERMENÊUTICA 23

2.2.1 Aplicação 27

3 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO 32

3.1 NOVAS PERSPECTIVAS 39

3.2 SOCIEDADE EM REDE 42

3.3 CIBERCULTURA 53

3.3.1 Realidade virtual 63

4 ESFERA PÚBLICA 71

4.1 MODELO DE ESFERA PÚBLICA HABERMASIANO 72

4.2 ESFERA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA 78

5 INDIVIDUALISMO 84

5.1 PRECEITOS MODERNOS 86

5.2 INDIVIDUALISMO NA CONTEMPORANEIDADE 89

6 TEMPOS DE PÓS-VERDADE 94

6.1 O CONCEITO 99

6.2 FENÔMENO DAS *FAKE NEWS* 105

7 A INTELIGÊNCIA É, DE FATO, COLETIVA? 109

8 ESTUDO COMPARATIVO 129

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 134

REFERÊNCIAS.....140

ANEXO A — PROJETO DE MONOGRAFIA.....147

1 INTRODUÇÃO

“Na era da informação, a invisibilidade é equivalente à morte.”

Zygmunt Bauman

Ao deparar com o mundo contemporâneo e com as formas quase mecânicas de operacionalização, de recepção e de percepção da tecnologia como ferramenta, é natural que se pense na construção do espaço social que desencadeou, de certo modo, todas essas mudanças. A configuração e disposição desse escopo clarificam o comportamento e a postura adotados pelos agentes sociais. Nesse sentido, percebe-se os efeitos da Internet, que atua como uma espécie de fomentadora de discussões e propulsora de movimentos na era atual. Em passos largos, o espaço físico acaba se adequando a um novo modelo de comunicação social, adentrando em um contexto virtual.

Nesse aspecto, dois movimentos até certo ponto dicotômicos podem ser evidenciados. O primeiro refere-se à relação de aproximação dos sujeitos e sua rede de relacionamentos no ambiente dito *on-line*. Com esse panorama, a visibilidade dos agentes sociais ganha força e o debate toma conta da arena, em certa medida, pouco visível no mundo da vida, à luz de Habermas (1989). Todos têm voz e vez. Dadas as proporções necessárias, tudo torna-se possível, já que a barreira do físico rompe-se e novas formas de interação surgem e se aperfeiçoam, por vezes, de modo instantâneo. Para além do que é tido como público ou privado, Habermas (2014) mostra uma linha tênue que existe no campo social que se instaura a partir do século XVIII. Nesse sentido, há um verdadeiro tensionamento de forças, que se acentua, cada vez mais, ao longo dos séculos, até chegar à contemporaneidade, quando a discussão público *versus* privado torna-se central.

Na mesma direção, em uma tentativa de compreensão do cenário social, pode-se pensar com Fredric Jameson (1995), quando fala na esquizofrenia da pós-modernidade, oferecendo ao termo uma metáfora. Talvez se possa pensar em um afastamento dos indivíduos em decorrência do novo ambiente e da dinâmica da

sociedade que se apresenta aos sujeitos sociais ao longo do tempo. Não é novidade que os novos aparatos tecnológicos despertam a curiosidade da maior parte dos sujeitos, mas exercem influência necessária para, supostamente, afastá-los do núcleo social. O individualismo encabeça a contemporaneidade e contribui para o isolamento dos sujeitos, naquilo que Habermas (1989) chamou de “mundo da vida”. Fica evidente, portanto, essa polarização tecnológica que está presente na esfera pública. Com isso, novos paradigmas são delineados e o pesquisador precisa estar preparado para esclarecer e tentar compreender esses fenômenos.

A partir dessas duas premissas, na tentativa de permear e compreender os movimentos que desembocam da agenda virtual, tendo em vista o crescimento do meio digital e suas implicações no campo social, deparei-me com Pierre Lévy. Sua teorização para definir o espaço virtual leva além de uma conceituação básica, pré-formatada. O autor amplia a visão tecnicista da sociedade contemporânea ao discutir o conceito de inteligência coletiva. À primeira vista, o sentido semântico do termo aparenta certa banalidade, mas, a rigor, transporta o receptor a um campo complexo de conhecimento e reflexão. Dessa forma, com maior aprofundamento, percebi que o conceito merecia estar na linha de frente e poderia ser um dos eixos fundantes deste trabalho.

Na prática, Lévy (2003) contribui com um estudo que discorre sobre o conjunto sociedade/indivíduo no sentido de ter um saber que pode ser distribuído, "compartilhado". É a ótica do indivíduo social que reconhece no outro uma potência. Em linhas gerais, um pressuposto que abarca a sociedade em conjunto. O termo, na *práxis*, evidencia um mecanismo de socialização e indagação conjunta, que permite instaurar um conhecimento dito coletivo. Estaria evidente, portanto, o enlace dele com a esfera pública, afinal, cita-se o meio social como lugar de ação, ou seja: palco dessa cena. Nesse ponto, pode-se traçar um paralelo com os estudos habermasianos na medida em que o movimento dos sujeitos sociais que estão inseridos na esfera pública é relevante para se compreender o fenômeno da teoria de Pierre Lévy na contemporaneidade.

De igual modo, ainda considerando o viés tecnológico e, principalmente, os conceitos de virtualidade/realidade, levantados por Lévy, não se pode deixar de mencionar o que ira se chamar de pano de fundo para todo o tipo de ação do sujeito

social hoje, que é o que se vem denominando de pós-verdade. O termo surge como uma espécie de novidade em meio a tantos conceitos, mas já ganha força quando se discorre sobre o comportamento dos indivíduos. Assim, não se pode fugir dele para a fundamentação deste trabalho, tendo em vista que a investigação se configura no contexto contemporâneo. Apesar de não ser o foco desta pesquisa, pode-se recorrer a um exemplo contundente: *fake news*, que contribuíram para a eclosão do termo ao ter em vista que crenças pessoais se tornam sinônimos de verdade, segundo o *Oxford Dictionaries* (2018). Dessa forma, boatos e notícias falsas ganham força e, de modo cíclico, são remetidos à sociedade.

Ao elucidar o movimento contrário à visão de coletividade, os sujeitos sociais, paulatinamente, frequentam tribos (MAFFESOLI, 2014) cada vez mais segmentadas e restritas. A inclusão simbólica de indivíduos, que ocorre concomitantemente ao isolamento voluntário, reforça a ideia de uma visão de mundo pautada pela valorização de crenças pessoais e pela constituição de um subjetivismo exacerbado. Nesse viés, a pós-verdade abarca uma transição do discurso social frente aos novos anseios da sociedade. O molde dos fatos não parte do objeto factual, mas da percepção que deles têm os indivíduos enquanto atores sociais engajados a seus grupos. Hoje, torna-se comum a expressão “bolha”.

O cenário apresentado influencia os modos de produção, distribuição/entrega, percepção de informações e até dos valores ditos sociais. De certa forma, pode-se resgatar Kuhn (2005), quando fala do conceito de verossimilhança e da impossibilidade de se chegar à verdade, que, segundo ele, é incomensurável. Talvez possamos, aqui, encontrar alguns dos fundamentos para o paradigma da pós-verdade, reforçando, mais uma vez, com Kuhn (2005), que diz que paradigmas devem ser flexíveis. Para além, podem-se estabelecer vínculos com Baudrillard (1991) e o que ele denomina como simulacro, ou seja, a representação da realidade e Debord (1997) com a espetacularização imagética: a sociedade do espetáculo.

Pensar em pós-verdade exige um exercício de flexibilização. De um lado, coloca-se, ainda, o mundo analógico, cujo movimento é controlável, mesmo que visualmente, pelo compasso do ponteiro. Não há como negar os corpos, a presença em um mundo real, termo que está para concreto. Por outro lado, consequência da

descoberta de um mundo digital, o homem passa a dar-se conta da presença de um novo espaço, virtual, que rompe com os ponteiros do antigo relógio, que esfacela os dois eixos centrais do século XX: tempo e espaço. Como explica Jameson (1995), o novo homem vive um eterno presente e se ele vive um eterno presente, uma realidade virtual, significados, significações, valores e mesmo sentidos, serão cambiantes, metamórficos, transmutam-se em versões, cenário no qual pode-se definir o que se tem chamado de pós-verdade. Poderia — o homem —, então, ser levado a pensar que a inteligência coletiva de que falou Levy não traduz, necessariamente, o todo, mas a soma das partes.

Nesta teia de conexões à procura do que é tido como verdadeiro, a Internet se mostra campo fértil. Os sujeitos sociais se revelam interlocutores do mundo digital, em muitas situações "prisioneiros" dele. Por esse viés, uma das justificativas para esta pesquisa é a relevância da esfera pública como espécie de instituição que agrega individualidades colocadas em justaposição no *on-line*. No que tange à procura por explicações e instauração de novos saberes, as implicações suscitadas a partir dos ritos da pós-verdade invadem o meio social e, gradativamente, as redes sociais. Surge, a partir daí, uma questão: poderíamos dizer que o fato é, também, suas versões? O que suscita a reflexão é o modo como Lévy define real e virtual, não como conceitos opostos, mas complementares.

Em tempos em que a tecnologia em rede fornece mecanismos cada vez mais rápidos para a codificação e distribuição de informações, a refutação de dicotomias (certo/errado) e a instauração de compreensões fluidas denunciam a liquidez e a fragilidade das relações entre sujeitos sociais, à luz do que menciona Zygmunt Bauman (2001). Com isso, frente aos novos meios tecnológicos e à instauração de mecanismos que possibilitam uma apurada agenda de fatos e indagações, o latente tensionamento de uma inteligência frente ao que parece ser uma tendência individualista da dita pós-verdade, sugere transformações significativas na sociedade da era digital.

Imbuído na possibilidade de perceber certas mudanças e esclarecer melhor os conceitos explanados, como virtualidade, inteligência coletiva, pós-verdade, esfera pública, entre outros esmiuçados na realização dessa investigação, a pesquisa tomou corpo. E, a essa altura, pode-se estabelecer qual a questão

norteadora desse estudo, ou seja, até que ponto a chamada inteligência coletiva é capaz de dar conta de uma nova percepção da esfera pública na medida em que vivemos na era da pós-verdade? Nessa seara se concentra o trabalho de conceituação, junção e/ou contraposição de termos e conceitos, com base especialmente em Lévy (2000), Habermas (1989; 2003), Debord (1997), Fredric Jameson (1995), Zygmunt Bauman (1998; 2001), Baudrillard (1991) e Kuhn (2005), dentre outros autores que servem de apoio.

Para a realização da pesquisa, foram estabelecidas duas direções de hipóteses. A primeira diz respeito aos princípios da teoria da inteligência coletiva, de modo a não atender às exigências da nova esfera pública midiática, principalmente considerando o que vem se denominando de era da pós-verdade. A segunda foca na esfera pública midiática, a partir da era da pós-verdade, que está a exigir dos sujeitos sociais um novo comportamento.

Deste modo, o objetivo é estudar os princípios da chamada teoria da inteligência coletiva, buscando um comparativo com os princípios e características da sociedade da pós-verdade, no sentido de perceber se a primeira consegue dar conta de uma nova percepção de esfera pública e, propriamente, de esfera pública midiática.

Para o desenvolvimento do trabalho, a fundamentação está na pesquisa de orientação qualitativa, de cunho analítico, na qual foi utilizada a pesquisa bibliográfica como método-base e, de forma complementar, a hermenêutica. A explanação da linha de pesquisa está disposta no capítulo 2. A partir daí, destacam-se as seguintes palavras-chave: inteligência coletiva, individualismo, sociedade da pós-verdade e esfera pública midiática, que deram origem à estrutura da monografia nos seguintes capítulos:

No capítulo 2, metodologia, foi abordada a noção do trabalho científico e o método utilizado para a investigação dessa pesquisa. Os autores que fundamentam a linha de investigação, de viés hermenêutico, foram Gadamer (2004; 2011) e Ricoeur (1978).

Já no capítulo 3 será abordado as bases que circundam o conceito de inteligência coletiva, como a realidade virtual, a cibercultura e a sociedade da

informação. Essa fundamentação tem como objetivo esclarecer as paredes do entorno do que Lévy apresenta em seu estudo.

No capítulo 4, em busca da compreensão dos movimentos de esfera pública, recorre-se, principalmente, a Jürgen Habermas (1989; 2003), que traça alguns caminhos para a sociedade a partir do século XVIII, no sentido, também, de esclarecer o viés público e privado. Nesse sentido, são abordados os movimentos do campo social na esfera política, literária, midiática, além do que compreende-se por opinião pública, até a contemporaneidade.

A partir da noção de esfera pública, o capítulo 5 busca elucidar o individualismo na sociedade atual e sua interferência para certo isolamento dos sujeitos sociais na era da virtualização das relações dos indivíduos. O estudo ocorre, principalmente, pelos autores Fredric Jameson (1995) e Zygmunt Bauman (1998; 2001).

A partir dos conceitos levantados, apresenta-se, no capítulo 6, a noção de sociedade da pós-verdade. O capítulo aborda, em termos práticos, a essência do termo e sua contribuição para a compreensão da contemporaneidade. Os autores utilizados são Baudrillard (1991), Debord (1997) e Kuhn (2005), os quais rodeiam o tema e podem esclarecer alguns aspectos para a eclosão do termo na atual conjuntura social.

No capítulo 7 reside o cerne deste trabalho, que é o conceito de inteligência coletiva de Pierre Lévy. Nele, elencam-se desde os aspectos principais da teoria, até seus desdobramentos, de modo a obter uma visão contextualizada do termo. Nesse sentido, em alguns momentos, há pontos de inflexão que contribuem para apontar críticas ao conceito e fazer possíveis reflexões.

De modo complementar, partiu-se para o estudo comparativo que deu base ao capítulo 8, no sentido de traçar paralelos e/ou contraposições entre a teoria de inteligência coletiva de Lévy e a pós-verdade. Além de obter uma composição mais sintética de conceitos, promoveu-se um tensionamento, testando as hipóteses levantadas, no intuito de confirmá-las ou refutá-las.

2 METODOLOGIA

“A ciência se compõe de erros
que, por sua vez, são os
passos até a verdade.”

Julio Verne

Ao iniciar um projeto científico, é preciso se ater a certos processos para que a produção de conhecimento ocorra de forma consistente. A pesquisa é um dos fatores que determinam esse caminho. Segundo Gil (2002, p.17), ela pode ser definida como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Lakatos e Marconi (2003, p. 155) concordam e acrescentam que a pesquisa “se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Inserida nos conceitos apresentados, a pesquisa científica se traduz em um caminho pelo qual a sociedade pode desencadear saberes e instigar reflexões mais aprofundadas. Da mesma forma, a investigação científica contribui “para a ampliação do conhecimento já acumulado, bem como para a construção, reformulação e transformação de teorias científicas” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 82). Ao reter essa afirmação, a pesquisa científica funciona como suporte que norteia a ciência e suas inferências na sociedade. Além disso, auxilia na disseminação de resolução de problemas e, também, de novos questionamentos pelos agentes sociais.

A ciência se faz necessária para desvendar e confrontar as diferentes realidades que se apresentam. Dada a abrangência e complexidade do termo, sua definição ainda permanece velada por diversos autores. Numa tentativa de esboçar o conceito, pode-se recorrer ao que Paviani (2013) chama de instituição. O conhecimento, de certo modo, resulta da racionalidade evidenciada em instrumentos de pesquisa. Nesse mesmo sentido, Lakatos e Marconi (2003) apresentam a ideia de ciência como uma sistematização de conhecimentos.

A ideia de ciência como preceito de estrutura de pesquisa, leva a pensar o conhecimento dito científico. A sociedade contemporânea em uma tentativa de instaurar mecanismos capazes de responder às demandas que surgem ao longo do tempo, busca mecanismos cada vez mais rápidos para solucionar suas problematizações.

O conhecimento científico se apresenta, portanto, como um caminho metodológico não-definitivo, factual em que as “preposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência e não apenas pela razão” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 80). Com isso, é perceptível que as formas de investigação metodológica precisam de técnicas que as aproximem cada vez mais da abordagem que se pretende esboçar.

Ao passo que a ciência vai sendo moldada, certos aspectos precisam ser ajustados e, de certa forma, protocolados. Os cânones utilizados em uma pesquisa científica são suscetíveis de mudanças e permeiam paradigmas. Embora o termo seja amplamente utilizado na atualidade, nasceu das proposições de Kuhn (2005, p. 13), que conceitua paradigma como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” Isso evidencia os movimentos cíclicos que o método de pesquisa percorre, interferindo na estrutura e em seu *modus operandi*.

Nesse sentido, pensar em um método é refletir sobre formas de percepção e permeabilidade de um estudo. Há, pelo menos, três significados para esse conjunto de técnicas:

> [...] o primeiro, indica caminho, orientação, direção: o segundo, aponta modos básicos de conhecer (como analisar, descrever, sintetizar, explicar, interpretar), e o terceiro, refere-se ao conjunto de regras, de procedimentos e de instrumentos e/ou técnicas (como questionário, entrevista, documentos) para obter dados e informações. (PAVIANI, 2013, p. 61).

Esses elementos possibilitam a instauração de um estudo viável e que possa ser validado academicamente. Nesse sentido, é preciso definir qual técnica é a mais apropriada para o projeto de pesquisa. Elas são “como um conjunto de

ferramentas. A escolha adequada da ferramenta de trabalho é fundamental para conseguir êxito na pesquisa" (DUARTE; BARROS, 2005, p. 45).

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Partindo da base de ação, o pesquisador fará uma opção por dois caminhos que podem ser complementares, mas que resultarão em inferências diversas. Ele poderá optar por uma pesquisa quantitativa, ou por uma pesquisa qualitativa. No primeiro caso, "utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias" (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 30). Ela se une à estatística para compreender diferentes fenômenos e se baseia na objetividade para explicá-los.

Na outra perspectiva, a qualitativa, temos o caráter subjetivo. O pesquisador buscará "compreender e aprofundar os fenômenos, que são explorados a partir da perspectiva dos participantes em um ambiente natural e em relação ao contexto" (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 376). É um equívoco, porém, dizermos que as duas formas de pesquisa são excludentes. Elas podem perfeitamente ser aplicadas no mesmo projeto, completando-se mutuamente.

Neste trabalho, a opção foi pela pesquisa de orientação qualitativa. Definido, assim, o que pode-se chamar de escolha paradigmática, a escolha do método-base do trabalho será a pesquisa bibliográfica. "Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas" (GIL, 2002, p. 44). Com esse panorama, pretende-se fazer uma releitura dos postulados de Lévy, no que tange ao conceito de inteligência coletiva, no sentido de condicionar o termo à esfera pública e suas implicações na era digital vinculada ao que se chama de pós-verdade.

Quanto ao seu objetivo, uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa e/ou analítica. A primeira, de viés exploratório, tem por objetivo formular um estudo sobre um determinado tema no qual não há material suficiente disponível para responder a diferentes questionamentos que são propostos. A importância desse estudo exploratório está no fato de ele

> [...] nos tornar familiarizados com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informação sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa relacionada com um contexto particular, pesquisar novos problemas, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para pesquisas futuras ou sugerir afirmações e postulados. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 101).

Nesse sentido, a pesquisa exploratória evidencia o processo de construção do conhecimento a partir de estudos com rasa investigação e que precisam ser aprofundados considerando-se a ótica do observador e um cuidadoso trabalho de campo. Por outro lado, a pesquisa descritiva engloba a percepção, o conhecimento a partir da exposição de relatos. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

Outra configuração de pesquisa que pode ser adotada é a explicativa e/ou analítica. Essa postura do pesquisador tem “como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002, p. 42).

> As pesquisas explicativas são mais estruturadas do que os estudos com os demais alcances e, de fato, envolvem os propósitos destes (exploração, descrição e correlação ou associação), além de proporcionarem um sentido de entendimento do fenômeno a que fazem referência. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 106).

Por esse viés, essa pesquisa tem cunho analítico, devendo explorar em profundidade, analisando, relacionando e criticando os termos inteligência coletiva de Lévy e sociedade da pós-verdade. Com essa determinação, é válido referir também o *corpus* a analisar. Esse *corpus*, propriamente dito, decorre de uma relação de autores que serão utilizados ao longo do projeto de acordo com o tema proposto e a questão-problema apresentada. Sardinha (2004) define esse cruzamento de informações, em termos linguísticos, como uma base de artefatos - textos naturais (autênticos) - produzidos especialmente para a pesquisa.

Para além dessa percepção inicial, Bauer e Gaskell (2017) sugerem a construção de um *corpus* que categorize o todo. Eles acrescentam que para a análise deve-se acentuar “a natureza proposital da seleção, e não apenas de textos,

mas também de qualquer material com funções simbólicas” (BAUER; GASKELL, 2017, p. 45). Isso significa que, não apenas a bibliografia é capaz de responder às problemáticas que surgem ao longo do processo de construção do projeto, mas também é possível se ater às ferramentas visuais/sonoras e aos aparatos midiáticos, quando necessário.

Para a elaboração do *corpus* deste trabalho, toma-se como base os estudos realizados por Lévy, abarcando suas definições, explicações, contraposições e divergências no conceito de inteligência coletiva bem como daqueles que o fundamentam. Além disso, se quer estabelecer um paralelo com autores que buscam aproximação com o termo “pós-verdade” e suas inferências na contemporaneidade. O *corpus*, ou seja, essa estrutura corpórea textual, à medida que a pesquisa avança, circula pelo fichamento da problemática em relação ao material apresentado e de acordo com o referencial teórico vigente no projeto.

Uma vez cumprida a etapa da pesquisa bibliográfica, com as implicações de seu *corpus*, o material reunido e analisado foi submetido a uma análise hermenêutica, caracterizando, a aplicação de um segundo método de pesquisa.

2.2 HERMENÊUTICA

A proposta da hermenêutica, apesar da complexidade e de certa discordância dos autores em propor uma hermenêutica geral, reside, basicamente, na interpretação de um texto, podendo ser aplicada tanto na filosofia quanto na literatura. Em definição breve, ela se fundamenta nos conceitos de sentido, compreensão e interpretação (PAVIANI, 2013). Gadamer (2004), filosoficamente, a chama de arte em nível de anúncio, de uma tradução, quando o sentido de interpretação é denotado como duvidoso. Palmer refina essa percepção e acrescenta que o estudo também é

> [...] um registro da busca feita pelo seu autor no que respeita à compreensão de um termo imediatamente desconhecido para a maior parte das pessoas cultas e ao mesmo tempo potencialmente significativo para uma série de disciplinas relacionadas com a interpretação, especialmente com a interpretação de textos. (PALMER, 2006, p. 9).

Com essa asserção, a hermenêutica reflete uma investigação e análise sobre o sentido das palavras e seu uso em determinado contexto. A origem da problemática remonta “à percepção de que as expressões humanas contêm uma componente significativa, que tem de ser reconhecida como tal por um sujeito e transposta para seu próprio sistema de valores e significados (BLEICHER, 2002, p. 13)”. Assim, o ser humano é quem significa e determina, com a subjetividade, diferentes sentidos e denota diferentes interpretações.

Operacionalizado inicialmente para a interpretação de textos bíblicos e, posteriormente, na prática jurídica e literária, o estudo hermenêutico recebeu vários estudiosos que usam de seus próprios mecanismos para identificar sua aplicabilidade e inserção como método. Dentre vários questionamentos que surgiam, a certeza de que ela vai além da questão metodológica propriamente dita é recorrente. O estudo do conceito

> [...] em primeiro lugar, não é estruturação de um conhecimento seguro, que satisfaça aos ideais metodológicos da ciência – embora, sem dúvida, se trate também aqui do conhecimento e da verdade. Ao se compreender a tradição não se compreende apenas textos, mas também se adquirem juízos e se reconhecem verdades. (GADAMER, 2004, p. 31).

Essa afirmativa deixa em evidência que a hermenêutica abarca além das possibilidades e inferências da interpretação. A verdade é um dos pontos de partida para a elaboração e decifração de códigos linguísticos. Ela “sempre está condicionada a um momento histórico, a um contexto, a uma cultura, a uma sociedade” (COSTA; CAMARGO, 2017, p. 32). Nesse aspecto filosófico, a hermenêutica se vale do uso do contexto histórico e das experiências vivenciadas para instaurar o conhecimento. As formas de percepção do cotidiano e as proposições sumariamente pré-estabelecidas pela consciência reforçam a adequação de um sentido que visa a identificar aspectos diversos.

Ao perseguir o raciocínio proposto, chega-se a um dos fundamentos de qualquer interpretação, que é a linguagem. Esta, por sua vez, além de objeto, é quem determina padrões e sugere formas de comunicação e interação. Atualmente, percebe-se que a linguagem está inserida de forma multifacetada em teias virtuais, estabelecendo e atualizando parâmetros dialógicos entre diferentes sujeitos sociais.

Além disso, ela se revela como um poderoso legitimador tanto de emissores quanto de receptores, contribuindo nos mecanismos de reverberação e reprodução de diferentes discursos.

Nesse sentido, a ótica hermenêutica “pensa o universal dentro de uma linguagem dada e, por isso, mostra as insuficiências da análise meramente lógica para captar o sentido e a complexidade de qualquer fenômeno da vida” (PAVIANI, 2013, p. 83). Costa e Camargo (2017, p. 37) complementam a ideia afirmando que esse método, “portanto, é um processo reflexivo em que tomamos a linguagem como objeto na tentativa de buscar uma compreensão para além das descrições linguísticas das coisas”.

Sob essa ótica, o filósofo e teólogo Schleiermacher (2003), precursor da hermenêutica, introduz seu estudo sobre a temática trazendo-a como uma estrutura geral, universalizada. O filósofo trabalha com questões vinculadas ao universal e ao particular e, em certo aspecto, implicando em um tensionamento entre as duas partes. O autor se volta, também, à dialética e suas implicações, até certo ponto, cognitivas.

> O pensamento puro, não obstante ser caracterizado pela imutabilidade e universalidade, nunca se dá por si, mas sempre através de uma linguagem histórica, o que coloca a hermenêutica e a dialética em uma relação de interdependência também com a gramática, na medida em que na base está a operação de entendimento e comunicação linguística. (SCHLEIERMACHER, 2003, p. 14).

Percebe-se que as formas de compreensão, mais uma vez, são retomadas e valem de bússola para orientar os estudos hermenêuticos. Dessa forma, a hermenêutica existe não somente como ferramenta para sistematizar um processo interpretativo, mas também como necessidade explicativa de fenômenos dialéticos.

Essa preocupação de explicar fenômenos recorre também em autores como Gadamer (2004; 2011), Ricoeur (1990), Habermas (1989) e Heidegger (2012), que adotam parâmetros próprios para realizar os estudos hermenêuticos. Nesse sentido, a instauração dos pressupostos e de dicotomias é recorrente. Stein (2004) discorre sobre as verdades hermenêuticas e suas inferências.

> A hermenêutica é esta incômoda verdade que se apresenta entre as duas cadeiras, quer dizer, não é nem uma verdade empírica, nem uma verdade absoluta – é uma verdade que se estabelece dentro das condições humanas do discurso e da linguagem. (STEIN, 2004, p. 48).

Pensar sobre discursos e linguagem é facultativo, mas necessário, para discorrer sobre a hermenêutica e resgatar os estudos referentes à semântica. De acordo com Gadamer (2004), as duas implicam na linguagem. A primeira, a hermenêutica, se ocupa do aspecto interno da semântica e esta, por sua vez, descreve o campo de dados da linguagem. Ambas totalizam esse intitulado acesso à linguagem e aos diferentes. Nesse sentido, a hermenêutica proposta pelo autor se embasa na universalidade da linguagem. O autor traça aspectos linguísticos em relação à ocasionalidade de sentidos do dizer, aos modos implícitos de discursos no não-dito e às particularidades da interrogação e retórica e, também, do que é irreal, encoberto e falso.

Ao vigorar a asserção inicial, é preciso adentrar no sentido inverso do que já foi visto nesta estrita conceituação de hermenêutica, e a verdade – que é o conceito de mentira. Ao falar sobre as percepções em relação à compreensão e interpretações de sentido de um texto, é natural que se encare, também, o falseamento da informação.

> A mentira não é simplesmente a afirmação de algo falso. Trata-se de um falar encobridor consciente do que faz. E por isso, no contexto poético, a tarefa de exposição da linguagem é revelar a mentira, ou melhor, compreender o caráter mentiroso da mentira como ele se dá na real intenção daquele de quem fala. (GADAMER, 2004, p. 212).

Ao imbuir o estudo de aspectos que norteiam a hermenêutica, Gadamer (2004) também engloba a crítica do estudo e a autorreflexão acerca de si, validando, assim, e adquirindo a genuína eficácia. Ao se autoconhecer se chega ao sentido real, ou muito próximo, do que se percebe como ideal de conhecimento. O autor ainda acrescenta que a verdade da hermenêutica é o que tange à tradução, ou seja, seu significado. Ela “permite que o estranho e o próprio se conjuguem numa nova configuração, à medida que respeita o ponto de verdade do outro frente a si própria” (GADAMER, 2004, p. 215).

Com todos esses fatores envoltos na hermenêutica, é perceptível que a configuração e a leitura de mundo são condutores que determinam a idealização de uma estrutura de estudo, no que diz respeito ao método proposto. Os agentes sociais enquanto seres racionais e subjetivos estabelecem conceitos próprios e denotam à linguagem aspectos que, embasados na temática, serão utilizados posteriormente.

Ricoeur (1990) é quem afirma o ser, em sua relação de existência, como uma hermenêutica. Para além das questões do erro ou da mentira, seus estudos abarcam a ilusão. Ele intensifica seus esforços na busca por uma autenticidade de sentido por meio da desmistificação. Além dessa ótica, ele se refere ao texto em forma de distanciamento paradigmático, sendo essa a condição para a compreensão. “Por esta razão, revela um caráter fundamental da própria historicidade da experiência humana, a saber, que ela é uma comunicação na e pela distância” (RICOEUR, 1990, p. 44). Em termos fenomenológicos, Ricoeur (1990) trata a hermenêutica como interpretação do ser, o que se adequa à proposta deste trabalho.

Com a base de autores utilizada, dentre outras tantas contribuições relevantes nos estudos da hermenêutica, como as investigações de Heidegger (2012), Habermas (1989) e Apel (2000), busca-se estabelecer parâmetros amplos do termo. A hermenêutica com sua base própria de interpretações suscetível a diferentes autores e linhas de raciocínio, evidencia o conceito de uma arte geral, que pode ser o ponto de partida para evidenciar inúmeros contextos e pontos de vista. Nesse sentido, o método se torna primordial para a realização desta pesquisa pela capacidade de identificar as diferentes nuances presentes no texto dos autores que servirão de referencial teórico.

2.2.1 Aplicação

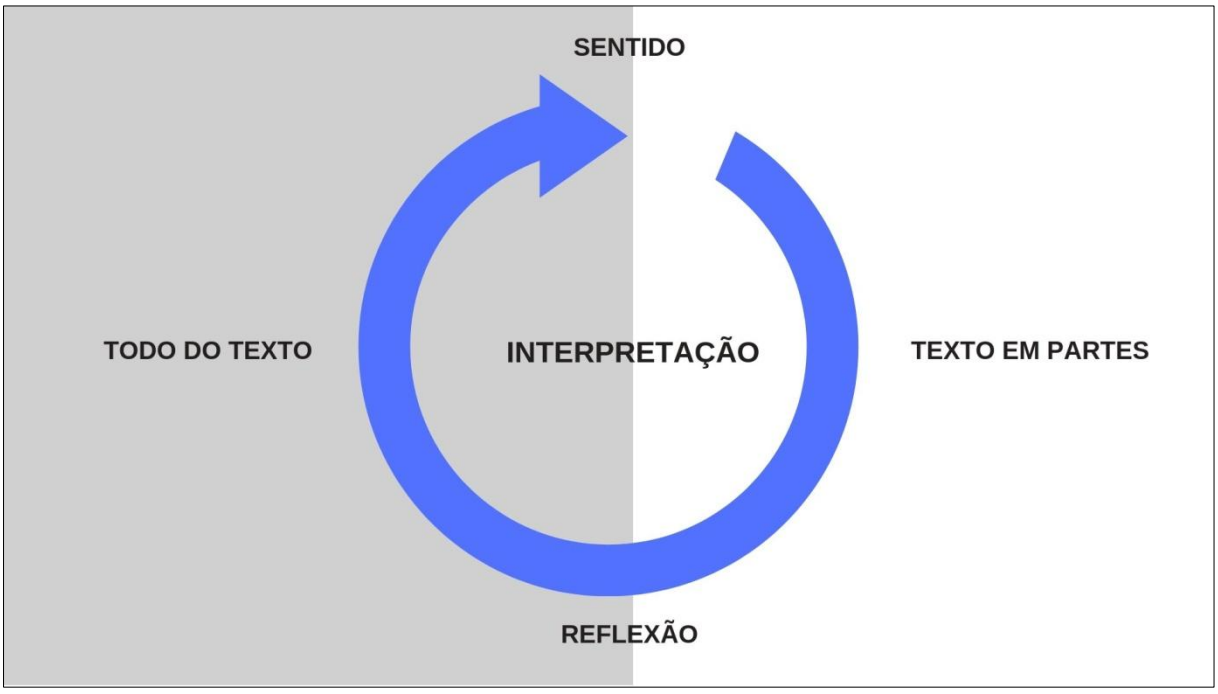
A orientação para a aplicação do método hermenêutico neste trabalho decorre das contribuições de Gadamer (2011). O autor apresenta, a partir de influência heideggeriana, as bases metodológicas no contexto denominado de círculo hermenêutico. Em tese, a utilização do círculo apresenta-se como uma forma

de melhor identificar os sentidos empregados no texto. A circularidade com que a interpretação ocorre é uma das premissas para que ele — o círculo — seja uma das bases utilizadas.

Em concepção teórica, Gadamer (2011) discorre sobre os parâmetros a serem adotados para a análise textual dentro do círculo hermenêutico. Para o autor, o texto deve ser compreendido do todo a partir de suas partes e, em paralelo, a partir das suas partes para o todo, conforme ilustrado na Figura 1. Essa forma de interpretação sugere a aplicação de sentido e a existência de contextos a partir de reflexões e inferências estabelecidas pela circularidade. Nessa ótica, deve-se partir para uma alteridade, ou seja, colocar-se no lugar de determinado objeto de estudo, no sentido de compreender a textualidade empregada ao ouvi-la.

> Quem quiser compreender não pode de antemão abandonar-se cegamente à casualidade das próprias opiniões, para em consequência e de maneira cada vez mais obstinada não dar ouvidos à opinião do texto, até que esta opinião não mais se deixe ouvir, impedindo a compreensão presumida. Quem quiser compreender um texto está, ao contrário, disposto a deixar que ele diga alguma coisa. (GADAMER, 2011, p. 76).

Figura 1 – Círculo hermenêutico



Fonte: Criação do autor a partir de conteúdo extraído da escrita de Gadamer.[1]

[1] GADAMER, Hans-georg. **Verdade e Método II:** Complementos e índice. Petrópolis: Vozes, 2011.

Sob essa condição, compreende-se a necessidade de deixar que o texto fale por si, sem ater-se a ideias pré-concebidas nas suas entrelinhas. O conteúdo, portanto, evoca uma espécie de discurso amplamente audível, mas que precisa de atenção e cuidado para sua compreensão. Nessa linha, o autor estabelece a ideia da concepção prévia da perfeição. Gadamer (2011, p. 77) adverte que “só é compreensível aquilo que realmente apresenta uma unidade de sentido completa”. Com essa percepção, há, de fato, uma completude do sentido empregado no texto.

Nessa perspectiva, o filósofo esclarece que, quando ausenta-se a compreensão completa de um texto, abre-se espaço para dúvidas, questionamentos e reflexões. Inserido nessa determinação, está um ponto que deve ser considerado: o conteúdo. Ele decorre do discernimento daquilo que os indivíduos carregam — sua bagagem intelectual, experiências e referências de mundo — e que auxiliam na totalidade da compreensão. Gadamer (2011, p. 78) ainda complementa que

> não está pressuposta apenas uma unidade de sentido imanente, que direciona o leitor, também o entendimento do leitor está sendo constantemente guiado por expectativas de sentido transcendentes, que brotam da relação com a verdade do que se tem em mente. (GADAMER, 2011, p. 78).

O autor aponta outro viés que deve ser considerado: a tradição. Ela “deve ser compreendida [...] na perspectiva de algo dito: a linguagem com que a tradição nos interpela, a saga que ela nos conta” (GADAMER, 2011, p. 79). Com essa asserção, estabelece-se que o círculo hermenêutico pauta, também, os diferentes contextos fornecidos pelo conteúdo apresentado e vale-se desses saberes para melhor estruturar e atingir a completa compreensão da totalidade.

Nessa conjuntura, um fator que precisa ser elucidado é o relacionado ao tempo. Nesse aspecto, a historicidade abarcada é uma peça importante, pois expõe o contexto apresentado e prepara o autor para possíveis inferências no contexto de leitura atual. O filósofo esclarece que

> o tempo não é primeiramente um abismo que se deve ultrapassar porque separa e distância. É na verdade o fundamento sustentador do acontecer, onde se enraíza a compreensão atual. Desse modo, a distância temporal não é algo que deva ser superado. A pressuposição ingênua do historicismo era a exigência de se transferir para o espírito da época, de se pensar com

> os conceitos e representações da época e não com os próprios e, desse modo, forçar uma passagem para a objetividade histórica. (GADAMER, 2011, p. 79)

No campo da semântica, segundo o autor, a distância de espaço temporal, muitas vezes, permite que haja uma clara distinção entre o que é verdadeiro e o que é falso. Nessa linha, volta-se aos preconceitos estabelecidos, lembrando que é preciso deixá-los de lado para que a compreensão ocorra de modo fidedigno. Gadamer (2011) chama a atenção para o fato de que é preciso suspendê-lo (o preconceito) e que, de modo prático, ocorre no formato de questionamentos.

> Se for preciso questionar algum preconceito, isto não significa que ele simplesmente seja colocado de lado e que o outro ou a outra pessoa se imponha imediatamente e ocupe seu lugar. Esta é, antes, a ingenuidade do objetivismo histórico que adota essa exclusão de si mesmo. (GADAMER, 2011, p. 81).

Essa ingenuidade mencionada pelo autor precisa ser reavaliada ao perceber o afastamento da alteridade em reconhecer a si próprio e ao outro, nos diversos contextos. Deve-se observar que “o verdadeiro objeto histórico não é um objeto, mas a unidade de um e outro, uma relação que compreende tanto a realidade da história quanto a realidade da compreensão histórica” (GADAMER, 2011, p. 81). Nessa base é possível promover um balanço do texto que, ambientado em diferentes espaços, concebe uma compreensão mais adequada da linguagem e suas referências históricas.

Com as premissas elucidadas, este trabalho, portanto, utiliza da hermenêutica de forma a realizar uma análise relacional, que evidencie elementos textuais e o emprego de sentidos na linguagem. De igual modo, pretende-se evidenciar os padrões interpretativos, suas variantes, e possíveis paralelos e implicações com outros textos. Para tanto, são acionados os autores que fazem parte da bibliografia, já mencionados anteriormente.

A aplicação do método ocorre ao longo dos capítulos, com apontamentos e reflexões acerca dos conceitos apresentados, tensionando-os principalmente de modo a obter uma crítica à inteligência coletiva. Além disso, busca trazer questionamentos inerentes ao contexto voltado à esfera pública na

contemporaneidade e ao ambiente de pós-verdade que se apresentam. Com isso, sem preconceito, este trabalho propõe-se a desconstruir certos padrões pré-determinados, a ouvir e a perceber o texto proposto em sua gênese. De igual modo, compreender a totalidade, a partir da ambiência da linguagem nos diferentes cenários apresentados.

3 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

"Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência."

Karl Marx

Ao longo dos últimos anos, com início em meados do final do século XX, estudiosos vêm discutindo o que se entende por sociedade da informação. Para a maior parte desses especialistas, entende-se que a estrutura do conceito foi delineada a partir do capitalismo[2]. Desde então, novos paradigmas vêm sendo impostos no que se compreende por sociedade e, propriamente, sociedade tida como da informação.

Para Veloso (2011, p. 14), essa fase é vista "pela incidência de um novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional que teve como tendências principais o desenvolvimento da informática e da tecnologia digital de base microeletrônica". Nesse sentido, refletir sobre transformações sociais, políticas e econômicas é uma tarefa quase normativa. Em todo caso, contrapontos a essas reflexões frente ao modo como elas incidem na sociedade são corriqueiros.

Ao mesmo tempo em que o desencadear dessas mudanças na esfera pública ocorre, Kucinski (2004, p. 71) leva a pensar que "é um erro considerar a revolução da microeletrônica um mero desdobramento da revolução industrial que criou a máquina no século XVIII". O autor aponta para a possibilidade de as novas

[2] O sistema visa, em síntese, a exploração da classe trabalhadora que tem por objetivo o lucro. Entre muitas correntes e definições correlatas, pode-se encontrar em Bobbio, Matteucci e Pasquino uma aproximação do termo, quando, em uma definição deduzida, referem o período como um "processo histórico da industrialização e da modernização político-social, [...] de sociedade industrial, liberal-democrática, ou de sociedade complexa, da qual o Capitalismo é só um elemento, enquanto designa o subsistema econômico". (1998, p. 141). Nessa percepção, a busca pelo capital privado e por melhores condições de vida, por meio da obtenção do trabalho assalariado, é um dos pontos-chave para a compreensão do termo na sociedade contemporânea.

tecnologias conduzirem os indivíduos a uma direção contrária à própria revolução industrial — uma espécie de contrarreforma.

Nesse aspecto, é importante retomar a ideia por detrás do que se compreende por revolução industrial — e suas três fases, conforme contextualização no Quadro 1. O termo em si se refere às mudanças ocorridas nos processos produtivos em âmbito social a partir do século XVII. Dias (2014) denomina ao menos cinco traços diferenciais sobre esse conjunto de transformações, que é posterior ao sistema doméstico e artesanal. Pode-se citar, portanto:

> a) a substituição progressiva do trabalho humano por máquinas; b) a "divisão do trabalho" e a necessidade de sua coordenação; c) as mudanças culturais no trabalho; d) a produção maciça de bens; e) o surgimento de novas funções (empresários e operários); [...]. (DIAS, 2014, p. 74).

Nesse mesmo viés, diante das profundas transformações sociais propiciadas a partir dos períodos da revolução industrial, Dias (2014, p. 34) se atém à compreensão do fator humano. Para ele, "as novas formas de organização social, que surgiram em decorrência da industrialização, [...] firmaram-se e modificaram o modo de vida de grandes contingentes humanos". Nesse sentido, consolida-se a ideia de que a sociedade vai estabelecendo novos parâmetros em sua forma de organização. Para além de transformações técnico-científicas, o agente social é quem sofre a ação e, portanto, está no centro das mudanças que ocorrem.

Em contraponto, com a categorização da revolução industrial, fica perceptível que não apenas o fator humano sofreu grande influência, mas também a operacionalização do sistema em sociedade. Nesse quesito, atendo-se ao que enuncia Dias (2014), houve uma evidente transformação. Diante da configuração do cenário e das constantes mudanças em cada época, é que todas as esferas passaram a se articular e se aprimorar em suas instâncias.

Nesse sentido, é quase indissociável pensar no reflexo dos sistemas de produção que, conforme Giddens (2000, p. 69), se "caracterizam por um determinado conjunto de relações que se estabelecem entre os indivíduos implicados no processo produtivo". Alguns amplamente conhecidos, como o

taylorismo[3], *fordismo*[4] e *toyotismo*[5], por exemplo, vigoraram em boa parte do século XX.

Quadro 1 – Contexto das três fases da revolução industrial

	Primeira Revolução Industrial	Segunda Revolução Industrial	Terceira Revolução Industrial
Época	Séculos XVII e XVIII	Século XIX e XX	Século XX
Países	Inglaterra, demais países europeus, e Estados Unidos.	Alemanha, Estados Unidos, França, Rússia, entre outros.	Estados Unidos como pioneiro desse período, atingindo, posteriormente demais países.
Transformações relevantes	Aperfeiçoamento da produção industrial; expansão do sistema de transporte, como as ferrovias.	Expansão do comércio mundial, sistema fabril, produção em massa de bens, capitalismo industrial, aumento do padrão de vida; produção de bens de consumo.	Informática, biotecnologia, automação de processos e informação; ciência e pesquisa estimuladas; movimentos da globalização; desenvolvimento e crescimento das cidades.

Fonte: Adaptado pelo autor, com parte do conteúdo extraído da escrita de Reinaldo Dias.[6]

[3] Criado no início do século XX, nos Estados Unidos, por Frederick Taylor (1856-1915), o sistema tinha foco no aumento de produtividade e lucratividade (MARTINS, 2017). Nesse sentido, o norte da proposta de Taylor era a busca pela eficiência. Ele tinha a premissa de que "quanto mais alto o grau de produtividade ou de economia na utilização dos recursos, mais eficiente é a organização. Isso significa usar menor quantidade de recursos, inclusive recursos humanos, para produzir mais" (MARTINS, 2017, p. 122).

[4] Sintetizado por Henry Ford (1863-1947), o sistema era estabelecido por base em critérios. Para ele "a produção em massa era caracterizada pela progressão do produto através do processo produtivo de forma planejada, ordenada e contínua: o trabalho é entregue ao trabalhador (que é privado de ter iniciativa) e as operações são analisadas profundamente pelo gestor" (MARTINS, 2017, p. 124).

[5] Também conhecido por modelo japonês de administração e desenvolvido pela empresa Toyota, teve sua ascensão após o esgotamento dos modelos de produção *taylorista* e fordista no Ocidente, sob três vieses: especialização excessiva do trabalho (o que ocasiona repetição de atividades), estagnação da produtividade e distância geográfica do Japão para matéria-prima, sua produção e venda (MARTINS, 2017). A organização do modelo está baseada na qualidade e, não, propriamente na produção em massa. "O resultado de sua implementação foram pequenas melhorias contínuas de processos e disposição dos operários em aprender com os erros e ganhos de produtividade" (MARTINS, 2017, p. 125).

[6] DIAS, Reinaldo. **Sociologia Clássica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

Segundo Martins (2017, p. 121) eles “representam um aprofundamento na divisão do trabalho e um aperfeiçoamento na forma de produzir uma visão do trabalho, que passa a ser objeto da ciência para aprimoramento da produtividade”. Com essa percepção, é preciso se ater ao fato de que, ambientados no sistema capitalista, os modos de produção são aliados a todas essas mudanças, incluindo, também, a esfera tecnológica.

Com essa retomada histórica, Veloso (2011) aponta algumas relações e necessidades entre o sistema vigente e sua implicação tecnológica. O autor discorre sobre a produção e o próprio capital que se debruça em certo paradoxo entre a classe de dominantes e de dominados[7] na sociedade. Ao passo que a tecnologia se transforma em ferramenta de larga escala, pode-se dizer que coexiste uma espécie de concentração na ótica das classes sociais.

> A tendência hegemônica de uso da tecnologia no âmbito do capitalismo tem sido a satisfação dos interesses da classe dominante, em detrimento das necessidades dos trabalhadores, acentuando as expressões da questão social. Isso não significa, no entanto, que a tecnologia não possa ser apropriada de outra forma. Trata-se de um grande desafio que tem se colocado na atualidade, apontando para a importância da luta pela construção de novos usos sociais da tecnologia, voltados à satisfação das necessidades sociais da população como um todo, e não apenas de uma pequena minoria. Mais do que uma questão meramente tecnológica, trata-se de uma luta política que busca colocar a serviço dos trabalhadores o produto de seu próprio trabalho. (VELOSO, 2011, p. 11).

Sob essa premissa, o autor faz alusão à luta de classe no sentido de que é necessário democratizar a informação na era tecnológica. Nessa mesma percepção, Moraes (2001, p. 7) adverte que os agentes sociais estão vivendo “sob um vendaval infoeletrônico gerado pelo mesmo modo de produção que concentra riquezas, universaliza desigualdades e monopoliza a gestão social”. Com isso, a incidência dos modos de produção capitalista é preponderante e serve como pano de fundo para a compreensão do termo em questão. Aproxima-se cada vez mais a ideia de

---

[7] A utilização dos termos “dominantes” e “dominados” se refere ao fato de que na sociedade capitalista, em síntese, perdura a ideia da existência de uma classe dominante que exerce maior influência — uma sobre a outra. Neste caso, a classe dominante seriam os que detêm maior poder aquisitivo, pode-se citar, por exemplo, o próprio Estado, e a classe dominada os trabalhadores e/ou também chamado de proletariado.

que o campo social é área de discussão, semelhanças e diferenças, elucidando, também, relações de interesse e de exclusão.

Giddens (2000, p. 69) reforça a ideia de que, na estrutura de classes, “cada um dos indivíduos [...], recria e reproduz a sociedade a todo momento; esse fenômeno está na origem tanto da estabilidade da organização social como das infinitas modificações dessa mesma organização”. Percebe-se, portanto, ao longo da trajetória da sociedade, que os agentes sociais encaram certo tensionamento e rigidez em relação às diversas transformações. Ao passo que a sociedade se adequa a novos padrões a seu tempo, ela também se permite novas perspectivas — assim como a abertura e molde das inovações tecnológicas — e encara novos paradigmas.

Ao falar sobre transformação, não se pode deixar de fora o termo tecnologia, que reflete o que se apresenta a partir do Quadro 1. As mudanças propiciadas a partir da terceira revolução industrial são um dos fatores-chave para a compreensão do objeto de estudo deste trabalho. O conceito de sociedade da informação, para além da perspectiva econômica e capitalista, se volta ao enlace do conhecimento científico com a produção industrial. Essa predominância, seja direta ou indireta, delineou o que se apresenta na contemporaneidade.

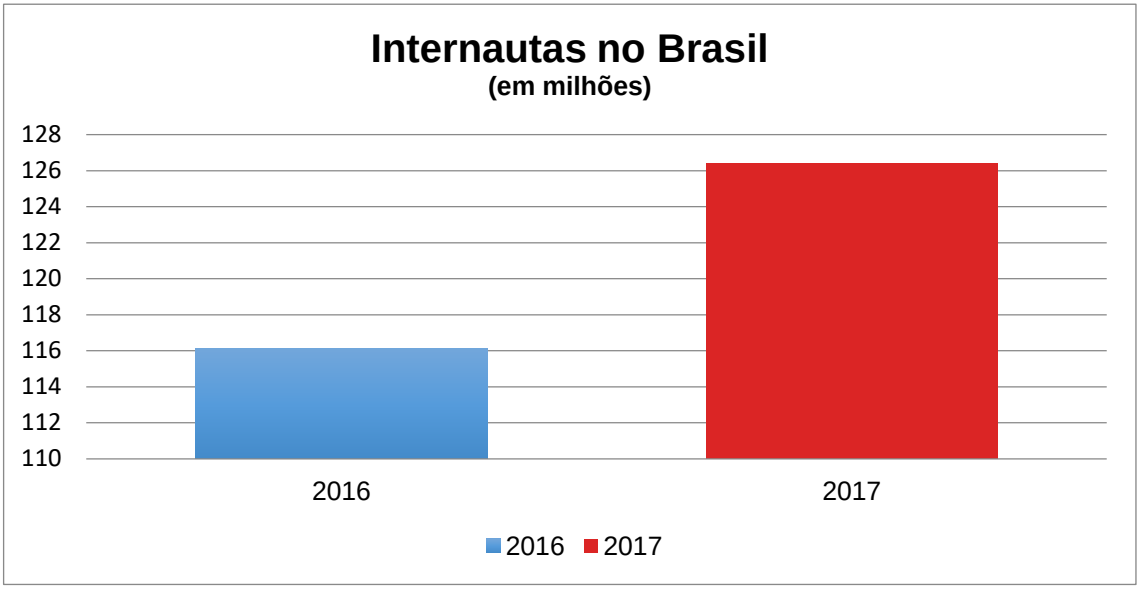
A partir da década de 1980, percebe-se com mais consistência esses fatores, que estão incutidos também no processo de globalização[8]. Nessa perspectiva, a Internet[9] começa a se tornar uma ferramenta mais homogênea e de utilização mais aberta. Dessa forma, afasta-se a ideia de — a Internet — ser restrita a certos grupos para interesses específicos, como em seu surgimento. Com esse crescimento, as fronteiras de acesso são rompidas, atingindo a grande massa da cadeia global.

[8] Pode ser compreendido como “um processo no qual ocorrem influências internacionais em escalas cada vez maiores na vida social, cultural, econômica e política das sociedades locais. A dimensão econômica desse processo parece exercer funções centrais de impulsionar essas tendências (PLÜMER et al., 2018, p. 81)”.

[9] É “conhecida como a ‘grande rede’, por ser o maior espaço existente de circulação de informações via computador [...] [Ela] começou nos Estados Unidos, na década de 1960, quando o Pentágono estava buscando um meio de preservar informações caso ocorresse um ataque nuclear [...]” (RABAÇA & BARBOSA, 2014, p. 140). Atualmente, mais do que uma ferramenta para troca de informações entre usuários, ela se tornou um espaço de lazer e, também, de trabalho.

Atualmente, o acesso à Internet ultrapassa a marca de 4 bilhões de pessoas ao redor do mundo[10]. Isso significa pouco mais da metade da população mundial que está, em algum momento, conectada. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[11] (IBGE), somente no Brasil, três em cada quatro domicílios têm acesso à Internet. Esse número corresponde a mais de 70% dos lares no País.

Tabela 1 – Internet no Brasil



Fonte: Dados obtidos pelo IBGE e adaptados pelo autor.[12]

Em seu último recenseamento realizado no ano de 2017, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), mostra que no Brasil há cerca de 126,3 milhões de usuários conectados à Internet. Um acréscimo considerável se

[10] G1. **Mais da metade da população mundial usa internet, aponta ONU**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/07/mais-da-metade-da-populacao-mundial-usa-internet-aponta-onu.ghtml>. Acesso em: 03 maio 2019.

[11] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua TIC 2017: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 03 maio 2019.

[12] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua TIC 2017: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 03 maio 2019

comparado ao dado da pesquisa referente ao ano de 2016. No ano em questão, cerca de 116,1 milhões de pessoas tinham acesso ao meio, conforme a Tabela 1.

Ao avaliar e comparar os dados da Tabela 1, percebe-se um crescimento de mais de 10 milhões de internautas[13]. Com essa estatística, fica perceptível a mudança de comportamento por parte dos indivíduos. Nessa exponencial de acesso, reordena-se o espaço social aliado à facilidade, praticidade e mobilidade no acesso à Internet por parte dos usuários. Aos poucos, ela foi abrangendo públicos antes restritos, de modo a tornar-se, também, mais acessível. De acordo com Veloso,

> [...] a Internet atingiu a sociedade em geral, deixando de limitar-se a comunidades dispersas de computação que reuniam cientistas e *hackers*. Dentre aquelas, merecem destaque a criação de protocolos dos protocolos de transferência de dados (TCP/IP), que permitiu a conectividade e a integração entre computadores e redes, e a criação do sistema hipermídia "*world wide web*", o conhecido "www". Essa aplicação foi decisiva para a rápida difusão da Internet, dando origem aos navegadores que permitiram a "explosão" da rede. Desde então (ainda que com perfis nitidamente desiguais quando se comparam países, regiões, classes, sexos e etnias), o número de conexões tem aumentado de foram expressiva. (VELOSO, 2011, p. 42).

Ao aliar processos tecnológicos avançados, a Internet abre espaço para um campo comunicacional de grande impacto na vida dos agentes sociais. Nesse sentido, um dos fundamentos é a informação que se traduz em conhecimento. Mais do que prontamente obtê-la, é preciso utilizar a capacidade analítica para filtrá-la, ao ter em vista a vasta quantidade de informações à disposição. Plümer et al. (2018, p. 107) considera que

> a capacidade de pesquisar, selecionar, classificar, analisar e interpretar informações e convertê-las em conhecimento tornou-se um produto-serviço de alto valor agregado em um sistema que é alimentado e realimentado com capital simbólico por seus usuários e com valor intangível, resultante de suas inteligências e capacidades criativas. Esse processo cresce em velocidade e volume exponenciais, movimentando uma rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

[13] G1. **Brasil ganha 10 milhões de internautas em 1 ano, aponta IBGE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/20/numero-de-internautas-cresce-em-cerca-de-10-milhoes-em-um-ano-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2019.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que há certa concentração corporativista no cenário global, o conceito de sociedade da informação, se vale da prevalência da sociedade em rede, propiciada a partir das novas tecnologias. Desse modo, a informação figura como uma espécie de mecanismo pelo qual transitam os indivíduos e que tem papel fundamental para a construção e integração de valores sociais.

A partir das percepções apresentadas — e tendo por base sua constituição histórica — pode-se dizer que a sociedade estrutura-se em rede, em busca da construção de um saber em comum. Segundo Polizelli e Ozaki (2008, p. 2), portanto, a sociedade da informação, objetiva integrar “o uso de tecnologias de informática e comunicações (TIC) para a cooperação e compartilhamento de conhecimento entre os atores, a fim de disseminar a formação de competências na população”, numa espécie de multidisciplinaridade.

3.1 NOVAS PERSPECTIVAS

No que tange às variadas formas de interação, e ao tecer sobre as fases da revolução industrial e suas inferências na contemporaneidade, não se pode afastar a ideia de uma quarta revolução industrial. Enquanto parte dos especialistas ainda estão reticentes quanto a esse conceito, o economista Klaus Schwab[14] (2016) traça algumas perspectivas acerca do termo e o deixa como uma provocação para os estudiosos da área.

Nessa ótica dos pressupostos da sociedade da informação, a conceituação apresentada pelo professor figura como uma novidade em meio às constantes evoluções na contemporaneidade. Essa premissa ocorre ao aliar principalmente as transformações propiciadas a partir da revolução tecno-científico-informacional — ou terceira revolução industrial.

[14] Além de doutor em economia, o autor é fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial — entidade sem fins lucrativos que se reúne em Davos, na Suíça. Em encontros anuais, os principais líderes políticos e empresariais, dentre outras figuras relevantes, promovem a discussão de pautas que visam contribuir para a melhoria do cenário econômico mundial, nos parâmetros do capitalismo.

Para Schwab (2016), os novos aparatos tecnológicos estão chegando a um ponto de inflexão, ou seja, há uma profunda mudança no uso das ferramentas tecnológicas, bem como constantes transformações do que se compreende por tecnologia em si. Esse fenômeno ocorreria tanto nas esferas física e digital quanto na esfera biológica. As inovações e suas constantes atualizações preponderam na sociedade que permanece em uma espécie de conexão em rede.

Para compreender todas essas possíveis mudanças, o autor pontua três aspectos que sustentam sua tese:

> **Velocidade:** ao contrário das revoluções industriais anteriores, esta evolui em um ritmo exponencial e não linear. Esse é o resultado do mundo multifacetado e profundamente interconectado em que vivemos; além disso, as novas tecnologias geram outras mais novas e cada vez mais qualificadas.
> **Amplitude e profundidade:** ela tem a revolução digital como base e combina várias tecnologias, levando a mudanças de paradigma sem precedentes da economia, dos negócios, da sociedade e dos indivíduos. A revolução não está modificando apenas o "o que" e o "como" fazemos as coisas, mas também "quem" somos.
> **Impacto sistêmico:** ela envolve a transformação de sistemas inteiros entre países e dentro deles, em empresas, indústrias e em toda sociedade. (SCHWAB, 2016, p. 13).

Nessa perspectiva, Schwab (2016) elabora as linhas centrais de raciocínio sobre a nova onda, categorizando-as. Ele as engloba de modo a denominá-las de megatendências que se referem à tecnologia, sua disseminação e digitalização. No Quadro 2, é possível depreender as principais informações no sentido de se obter o cerne do conceito.

Quadro 2 – Linhas centrais da possível quarta revolução industrial

(continua)

Categorias	Avanços
Física	Veículos autônomos, impressão em 3D, robótica avançada e novos materiais.

(conclusão)

Digital	Internet das coisas (IoT), ou seja, a relação entre as coisas (produtos, serviços, lugares, etc) e as pessoas que se torna possível por meio de diversas plataformas e tecnologias conectadas; *Blockchain* (livro contábil compartilhado, programável, criptograficamente seguro e, portanto, confiável; ele não é controlado por nenhum usuário, mas pode ser inspecionado por todos). Um exemplo disso é o *Bitcoin*.
Biológica	Biologia sintética, que oferece a capacidade de criar organismos personalizados, escrevendo o DNA deles. Esse avanço impacta não somente na medicina, bem como na agricultura e na produção de biocombustíveis.

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir de conteúdo do livro de Klaus Schwab[15].

Com a sistemática apresentada, o autor avalia que o impacto potencial propiciado a partir dessa nova revolução se desdobrará em mudanças profundas. Com isso, a atual conjuntura social, incutida nos moldes da globalização, sofrerá rupturas. A principal delas, no entanto, será no fator colaborativo humano nas esferas da sociedade.

> Em todas as áreas, um dos maiores impactos surgirá a partir de uma única força: o empoderamento – como os governos se relacionam com os seus cidadãos; como as empresas se relacionam com seus empregados, acionistas e clientes; ou como as superpotências se relacionam com os países menores. A ruptura que a quarta revolução industrial causará aos atuais modelos políticos, econômicos e sociais exigirá que os atores capacitados reconheçam que eles são parte de um sistema de poderes distribuídos que requer formas mais colaborativas de interação para que se possa prosperar. (SCHWAB, 2016, p. 35).

Com essa estrutura, o autor, portanto, esclarece que o próprio agente social é quem realiza alterações e soluciona desafios no sentido de se adaptar ao novo ambiente emergente — de grandes transformações tecnológicas (SCHAWAB, 2016). Nesse sentido, é preciso mobilizar, segundo o que o autor refere, uma espécie de sabedoria coletiva. Ele aponta quatro tipos diferentes de inteligência para aproveitar o potencial desse cenário de rupturas. Atente para a contextualização no Quadro 3.

[15] SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

A partir do que se apresenta no Quadro 3, retoma-se a tese de que o indivíduo é o agente de mudança e que figura como peça-chave para a tomada de decisões. Isso se torna mais nítido ao comparar esse novo conceito de revolução às três fases anteriores. O homem é, de fato, o autor da mudança e, de igual modo, quem concebe novos caminhos em todos os âmbitos sociais. Com a contemporaneidade, a tecnologia é apenas mais um instrumento que se molda aos seus parâmetros e que vem sendo aperfeiçoada.

Quadro 3 – Tipos de inteligência para a sabedoria coletiva

Tipo de inteligência	Aplicação
Contextual (mente)	A maneira como os indivíduos compreendem e aplicam o conhecimento.
Emocional (coração)	A forma como os indivíduos processam e integram os pensamentos e sentimentos, bem como o modo que se relacionam com os outros e com eles mesmos.
Inspirada (alma)	A maneira como os indivíduos usam o sentimento de individualidade e de propósito compartilhado, a confiança e outras virtudes para efetuar a mudança e agir para o bem comum.
Física (corpo)	A forma como os indivíduos cultivam e mantêm sua saúde e bem-estar pessoais e daqueles em seu entorno para estar em posição para aplicar a energia necessária para a transformação individual e dos sistemas.

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir de conteúdo do livro de Klaus Schwab[16]

3.2 SOCIEDADE EM REDE

Na contemporaneidade, refletir sobre tecnologia e não associá-la ao acesso remoto à Internet é algo quase impensável. Em concordância com essa percepção, pensar nas tendências e inovações propiciadas pelo contexto de transformações — ao longo dos séculos — é instigar a ótica do indivíduo para o que se pretende executar no futuro. Ao aterem-se a esse panorama de inflexões, os agentes sociais debruçam-se na esfera da conectividade social. Apesar de estar-se, ainda, longe de

[16] SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

todos os indivíduos terem acesso aos meios tecnológicos de comunicação, é visível a intensificação de iniciativas rumo à ampliação de perspectivas.

Em consonância com essa onda de mudanças, uma pesquisa da União Internacional de Telecomunicações (UIT) confirmou que, pela primeira vez na história da Internet, os "conectados" superam os "não conectados"[17]. Os dados da pesquisa revelam que cerca de 51,2% da população mundial tem acesso à rede. Ressalta-se que um dos fatores para o crescimento contínuo da Internet é a chegada, na última década, da conexão em rede aos *smartphones*[18]. Nesse aspecto, pode-se aclarar a ideia de que, a partir dessa exponencial de novas conexões, culminou-se o crescimento, também, das redes sociais[19].

De modo a tornar mais entendível o movimento de expansão propiciado a partir das redes, é possível visualizar o panorama apresentado na Figura 2. Uma das maiores agências de *social media*[20] do mundo, a *We Are Social*, elabora relatórios anuais com dados sobre o ambiente digital ao redor do mundo. No mais recente, publicado em janeiro de 2019, é possível verificar, entre vários fatores, dados populacionais, número de usuários da Internet e de adeptos às redes sociais.

Além dos mais de 4 bilhões de internautas — já mencionados neste capítulo, um dado importante é o contingente de pessoas que possuem *smartphone*. O dado apresentado aponta para a casa de mais de 5 bilhões de pessoas. Apesar disso, a penetração dos usuários ativos nas redes sociais — com acesso à Internet por meio de qualquer plataforma — atinge os 3,4 bilhões e, propriamente, os que utilizam mídias sociais no celular decaem para 3,2 bilhões.

---

[17] IG. **Pela 1ª vez, população com acesso à internet supera os não conectados, diz ONU**. Disponível em: <https://tecnologia.ig.com.br/2018-12-07/conexao-a-internet-meio-mundo.html>. Acesso em: 09 maio 2019.

[18] Em livre tradução do inglês significa "telefone inteligente". O aparelho celular que possui tecnologia superior a seus antecessores e que tem conexão com a Internet. Além disso, contém sistema operacional que possibilita a instalação de aplicativos.

[19] No contexto da Internet, é considerada uma rede de interação entre indivíduos. Nela é possível compartilhar fotos e vídeos, além de conversar por meio de chat. O *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn* são exemplos de rede em que se compartilha informações entre usuários, interagindo entre si. Atualmente, as redes sociais são amplamente utilizadas por meio de *smartphones* com tecnologia que permite instalação de aplicativos — ou *apps* — que possibilitam mobilidade e rápida comunicação entre usuários.

[20] Agência voltada à atuação das redes sociais, auxiliando na criação de métricas para a boa reputação da imagem de uma marca e/ou organização no ambiente digital.

Em uma população que ultrapassa a marca de 7 bilhões de pessoas, o impacto das mídias digitais, em um restrito espaço temporal, tem causado transformações significativas — sobretudo, alterando a postura e os modos de interação entre indivíduos. Nesse sentido, a tecnologia se torna não mais uma finalidade, mas um meio que possibilita troca de experiência e, de certo modo, compartilhamento de impressões entre usuários.

Figura 2 – Contexto atual da conexão digital no mundo

Fonte: Reprodução da agência *We Are Social.*[21]

Com a exemplificação apresentada, no sentido de compreender os fenômenos por detrás da expansão do campo cibernético, pode-se adentrar ao campo teórico do que se compreende por sociedade em rede. Para tanto, é importante obter a noção do termo em si e associá-lo às tendências, laços temporais e recursos disponíveis na contemporaneidade.

Em uma aproximação com Castells (2005, p. 566), é possível denominar redes como “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede”. Nesse sentido, o

[21] SOCIAL, We Are. **Digital 2019: Global Internet Use Accelerates**. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 09 maio 2019.

conceito se aplica aos processos de transformação da sociedade ao longo do tempo, imbricado à corrente tecnológica de cada período histórico. Além disso, abre margem para a integração de novos entes — de modo aparentemente cíclico.

O autor indica que “as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela” (CASTELLS, 2005, p. 40). Com essa percepção, a tecnologia faz a mediação entre os sujeitos sociais ao conceber novos rumos midiáticos e suscitar certos paradigmas sociais.

Ao traçar uma ótica contemporânea à visão do autor, pode-se exemplificar as redes sociais como mecanismo de certas mudanças. O exponencial crescimento do meio é um bom exemplo disso. Atualmente, o compartilhamento e troca de mensagens nas redes é uma das principais finalidades de acesso dos usuários da Internet[22]. O uso do celular fica no centro dessa onda: mais de 95% dos que têm acesso à rede no Brasil se conectam pelo aparelho para trocar mensagens por aplicativos[23].

Nessa perspectiva, de modo disciplinar, é importante se ater ao que o Quadro 4 apresenta. Nele, é possível visualizar as principais redes sociais no Brasil e no mundo. De modo unâmine, em primeiro lugar se situa o *Facebook*. Atualmente, a rede social, em conjunto com o *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook Messenger*, alcança cerca de 2,6 bilhões de usuários ao redor do mundo[24]. Nesse contexto, fica perceptível que, essas plataformas, são amplamente utilizadas sem muita divergência de posição no *ranking*. Um dos destaques é o *Youtube*, que figura como uma rede de compartilhamento de vídeos. Estima-se que, no cenário mundial, mais

[22] G1. **Brasil ganha 10 milhões de internautas em 1 ano, aponta IBGE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/20/numero-de-internautas-cresce-em-cerca-de-10-milhoes-em-um-ano-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2019

[23] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua TIC 2017: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 03 maio 2019

[24] PORTAL EBC. **Facebook chega a 2,6 bilhões de usuários no mundo com suas plataformas**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/facebook-chega-26-bilhoes-de-usuarios-no-mundo-com-suas-plataformas>. Acesso em: 12 maio 2019.

de 1,9 bilhão de usuários acessem a plataforma tanto em computadores quanto em dispositivos móveis[25].

Quadro 4 – *Ranking* das redes sociais no Brasil e no mundo

	Posição	Brasil	Mundo
REDES SOCIAIS	1º	Facebook	Facebook
	2º	WhatsApp	Youtube
	3º	Youtube	WhatsApp
	4º	Instagram	Facebook Messenger
	5º	LinkedIn	WeChat
	6º	Twitter	Instagram
	7º	Facebook Messenger	QQ
	8º	Pinterest	QZone
	9º	Snapchat	Douyin/TikTok
	10º	Google+	Sina Weibo

Fonte: Adaptado do site Resultados Digitais.[26]

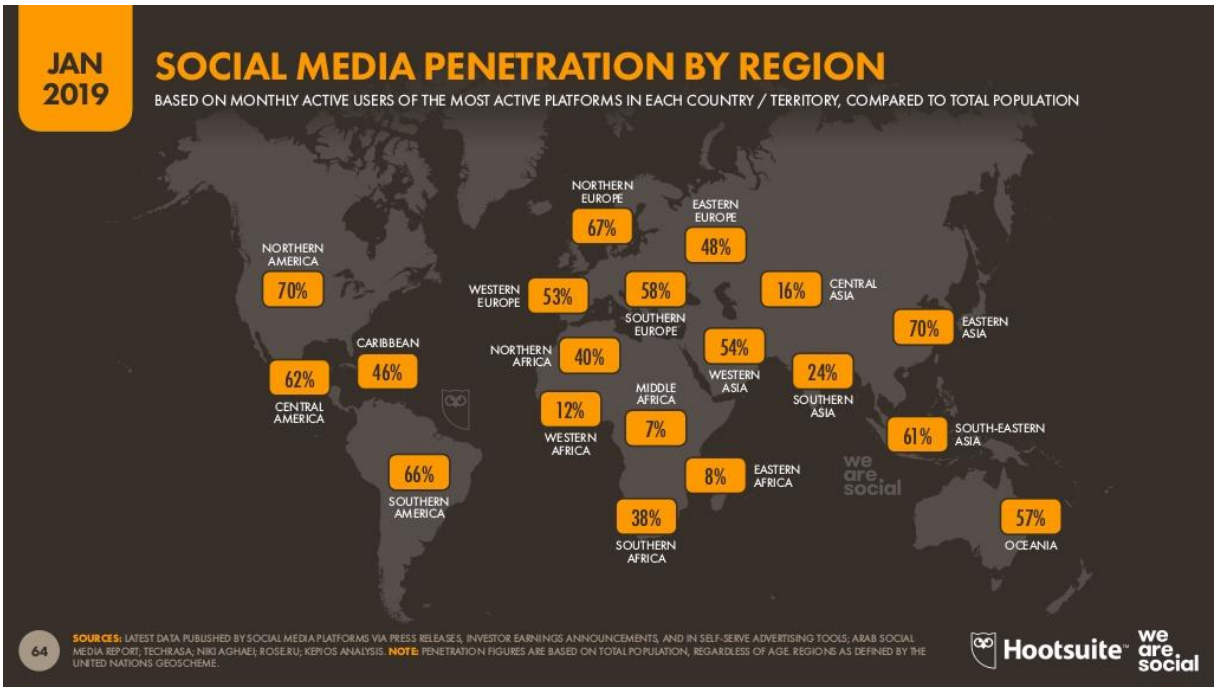
Baseado na premissa das redes sociais, outro dado que pode aclarar a percepção do alcance da mídia é sua penetração por localidade. Baseada nos usuários ativos por plataforma em cada país, a Figura 3 apresenta a penetração das redes sociais estipulada em continentes e regiões considerados relevantes. A América do Sul, por exemplo, apresenta um índice expressivo, somando 66%. Em

[25] CANALTECH. **YouTube atinge 1,9 bi de usuários e lança novas ferramentas de monetização**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/utilitarios/youtube-atinge-19-bi-de-usuarios-e-lanca-novas-ferramentas-de-monetizacao-116504/>. Acesso em: 12 maio 2019.

[26] RESULTADOS DIGITAIS. **Conheça as 10 redes sociais mais usadas no Brasil**. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 12 maio 2019.

maior escala, ficam a América do Norte, mais precisamente Estados Unidos e Canadá, e a Ásia Oriental, que compreende a localização da China.

Figura 3 – Penetração das redes sociais por região no mundo

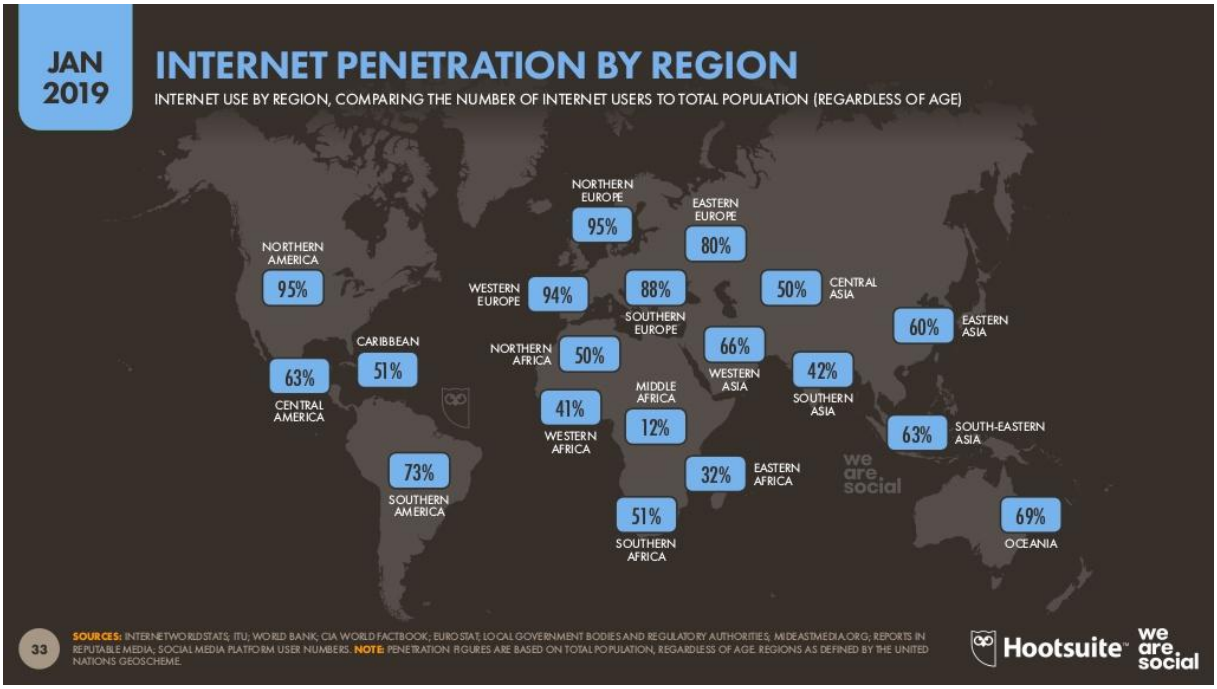


Fonte: Reprodução da agência *We Are Social*.[27]

De modo a ampliar o olhar além das redes sociais, é apropriado trazer alguns números da penetração da Internet na esfera regional/mundial. Os dados da Figura 4 trazem o acesso ao meio por região no espaço geográfico, comparando o número de usuários da Internet, independentemente da idade. Sem muita surpresa, a América do Norte soma 95%, colada com algumas regiões da Europa, que se situam com 94% de penetração. No sentido oposto, a África Central se situa com apenas 12%. Nesse sentido, percebe-se a dissonância da conectividade no contexto global. Por fim, a América do Sul pontua 73% de penetração da Internet.

[27] SOCIAL, We Are. **Digital 2019: Global Internet Use Accelerates**. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 09 maio 2019.

Figura 4 – Penetração da Internet por região no mundo



Fonte: Reprodução da agência *We Are Social*.[28]

Ao visualizar o adensamento e proporção exponenciais que a Internet tem atingido no contexto mundial, nota-se que as cadeias de comunicação se fortalecem e se tornam, de fato, globais. Nesse sentido, os agentes sociais se autointegram a um sistema de empoderamento, denotando suas particularidades. As redes sociais deixam essa premissa em evidência. Em contraponto, esse padrão da sociedade é visto com certa esquizofrenia no sentido de que “cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são” (CASTELLS, 2005, p. 41).

Em termos numéricos, as redes sociais e, em maior grau, toda a rede de conexões que a Internet propicia, integraliza indivíduos e, de certa forma, os condiciona e/ou os afasta. Essa percepção se baseia no fato de que nem todos os indivíduos estão conectados. Pode-se dizer, em certo aspecto, que é uma sociedade em rede velada — não propriamente individual, mas no sentido de se restringir a certos grupos e adotar certos comportamentos coletivos.

[28] SOCIAL, We Are. **Digital 2019: Global Internet Use Accelerates**. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 09 maio 2019.

No que se refere à noção social de grupos, pode-se retomar Maffesoli (1998) quando trata do declínio do individualismo. Ele retorna à ideia do coletivo e reforça que, “na verdade, em torno dos valores que lhes são próprios, os grupos sociais dão forma a seus territórios e a suas ideologias. Em seguida, por força das circunstâncias, são constrangidos a ajustar-se entre eles” (MAFFESOLI, 1998, p. 203). Em decorrência disso, os agentes sociais são os responsáveis por moldar todo o escopo social e seus modos de organização — tanto no mundo concreto quanto no mundo das ideias. Talvez importe acentuar aqui, que, na medida que o comportamento social leva à formação de grupos específicos, com características comuns, chamadas de tribos, a questão do individualismo, sob certo aspecto, permanece.

Ao discorrer sobre a percepção do ser humano como indivíduo que se baseia em suas crenças, além da individualidade previamente disposta e à tipificação de seus grupos, pode-se aproximar novamente de Castells (2005). De modo quase professoral, é importante reter o modo como o sujeito social responde às transformações ao longo dos movimentos sociais e de que forma elas interferem em cada época. O fator histórico é relevante, pois identifica a transformação, também, do próprio ser humano, demarcando a nova percepção da sociedade como um todo.

> Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 2005, p. 44-45).

Em definição branda, Castells (2005) reforça que a tecnologia não é o que determina a sociedade, muito menos, em oposição, a sociedade quem dita o curso da tecnologia. O autor deixa claro que há outros processos que implicam no curso da transformação tecnológica, como a criatividade, por exemplo. Nesse aspecto, o viés informacional ganha novos caminhos, bem como a rede de conexões entre os sujeitos sociais.

Nesse sentido, “as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais (CASTELLS, 2005, p. 57)”. Essa percepção leva à reflexão sobre identidade e cultura, que ladeiam o campo social. Castells (2005) entende que na sociedade da informação reconhecer-se é estar sujeito aos atributos que permeiam tanto o primeiro quanto o segundo fator (identidade e cultura).

Na tentativa de aprofundar ainda mais o conceito de sociedade em rede, um dos pontos sobre os quais o autor discorre é a tecnologia da informação. Em definição mais abrangente, Castells (2005, p. 67) inclui nessa perspectiva, dentre outros, “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/radiodifusão, e optoeletrônica”. Com esse escopo, o autor fundamenta algumas ações ao longo das décadas até chegar à atualidade.

> O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (CASTELLS, 2005, p. 69).

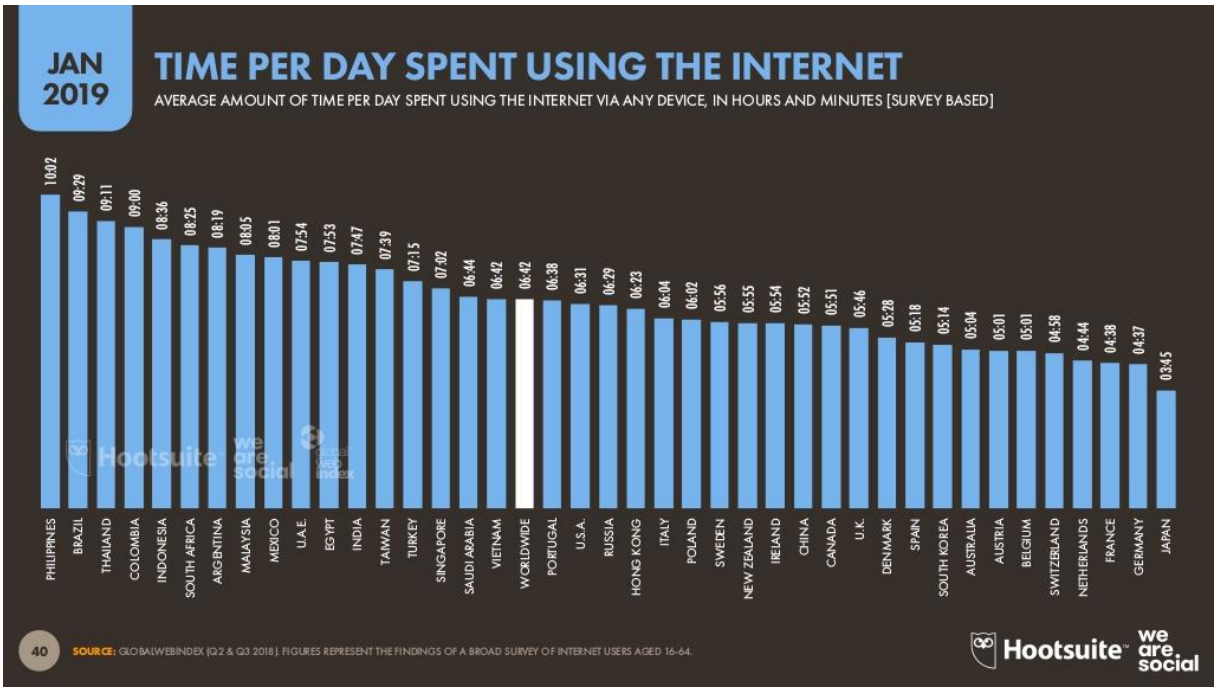
Desse modo, fica perceptível que o ponto central da tecnologia permanece na forma cíclica de seu curso, que se reinventa. “As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos” (CASTELLS, 2005, p. 69). Com isso, Castells (2005) apresenta o conceito de paradigma tecnológico em cinco pontos centrais. De forma breve, são eles: informação como matéria-prima; penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias; lógica das redes; sistema de redes baseado na flexibilidade e a quinta e última, refere-se à convergência de tecnologias específicas de modo integrado.

Ao passo que Castells (2005) pincela a tecnologia como uma espécie de processo, Schwab (2016) emancipa-se ao contemplar um panorama de inflexões ultratecnológicas, decorrentes de ação colaborativa da sociedade. A denominada quarta revolução industrial implicaria em transformar a tecnologia, apesar da lógica

robótica, em uma ferramenta humana, criativa e inovadora. Essa percepção elucida novas fronteiras paradigmáticas ao fazer do homem o elo transformador de todo o escopo social. Ele, sobretudo, solidifica a mudança e prepara caminhos de emancipação para novos horizontes.

Sob viés global e econômico, este novo paradigma tecnológico, “possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo” (CASTELLS, 2005, p. 119). Isso torna possível a base material para a expansão do paradigma em toda estrutura social. Nessa perspectiva, a sociedade em rede concebe novas funções sociais no mundo contemporâneo e abrange novos paradigmas com a tecnologia que cerca o mundo da conectividade digital e das plataformas da Internet. As redes sociais são apenas a ponta do *iceberg* de um emaranhado de óticas possíveis no que se refere às comunidades e suas contribuições e implicações no ciberespaço.

Figura 5 – Média de tempo gasto por dia usando a Internet



Fonte: Reprodução da agência *We Are Social*.[29]

[29] SOCIAL, We Are. **Digital 2019: Global Internet Use Accelerates**. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 09 maio 2019.

De modo a elucidar as formas de percepção e a importância da Internet no contexto contemporâneo, é válido atentar para a Figura 5. Nela, é possível visualizar a média de tempo gasto — em cada país (acesso diário) — por parte da população mundial. A pesquisa mensura o tempo gasto por qualquer dispositivo de acesso à Internet.

O relatório menciona a média mundial de acesso diário da Internet por usuário ativo: cerca de 6 horas e 42 minutos. Um dado que impressiona é o caso do Brasil, que está em 2º lugar dentre os países que mais ficam conectados no mundo. O brasileiro gasta cerca de 9 horas e 29 minutos na rede. Antecipando um ponto de reflexão, talvez se possa associar esse representativo número de horas com a expressiva incidência de *fake news*, principalmente a partir de 2016.

Dentre os que acessam menos, consta o Japão com média de 3 horas e 45 minutos e a Alemanha com 4 horas e 37 minutos. Nesse sentido, pode-se perceber que a questão do desenvolvimento econômico não está totalmente atrelada à Internet. Países considerados desenvolvidos estão abaixo da média mundial, enquanto os subdesenvolvidos estão acima dessa mesma média.

A sociedade em rede — ultraconectada, rápida e abrangente — deixa em evidência transformações em todo o escopo social. Ao passo que a população se permite adentrar no contexto digital, mais provável é que passe a adotar uma nova postura e/ou se condicione aos fatores que a rede dispõe. Uma coisa é nítida: não há como voltar atrás. É preciso reordenar o espaço social para essas novas "facilidades tecnológicas". A Internet, como se percebe, é uma desses mecanismos. Entretanto, inserida nela, há uma gama de possibilidades à qual o agente social precisa estar atento — incluindo o acelerado processo de evolução em que se vive na contemporaneidade. Esse aleatório excesso de oferta pode levar o sujeito à busca desenfreada pelo domínio de conteúdos e informações. Isso permite considerar a possibilidade oposta à interação e à consolidação de uma inteligência coletiva, na medida em que o sujeito tende a isolar-se. Um elemento que pode ajudar nessa reflexão é a *deep web*[30].

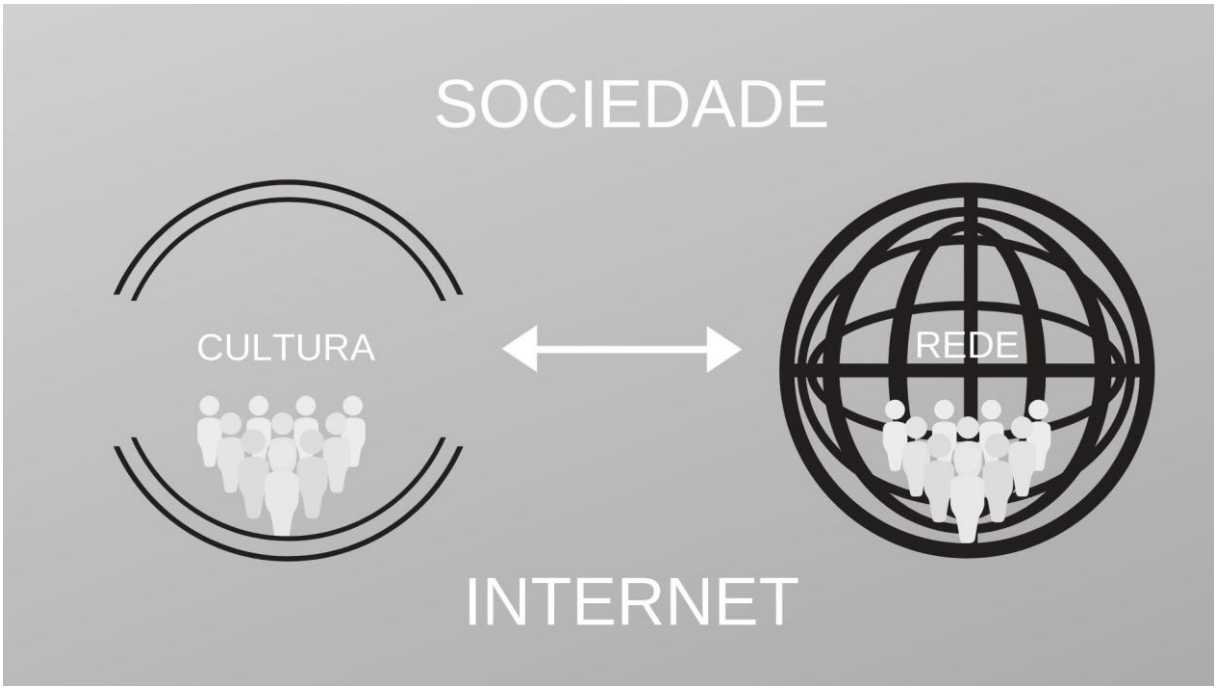
[30] Livre tradução, do inglês, que significa "submundo da rede". É considerada a zona da Internet na qual não há indexação de conteúdo pelos tradicionais buscadores. É uma parte "escondida" e "isolada", que mantém o anonimato de quem acessa. Acredita-se que boa parte do conteúdo tenha caráter imoral e, por vezes, ilegal.

3.3 CIBERCULTURA

Ao adentrar no ambiente *on-line*[31], uma dos conceitos que podem ser aprofundados é o de cibercultura. Em um olhar tímido, pode ser compreendida pela cultura que circunda o espaço cibernético — e seu emaranhado de conexões que se desenvolvem por meio da Internet. No entanto, a conceituação do termo vai muito além dessa mera simplificação.

A cibercultura deixa exposta a vivência do homem que se debruça em diferentes espaços em rede: o ciberespaço. Lévy (2000, p. 17) reforça que o neologismo diz respeito ao "conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço". Esse contexto reforça a analogia do indivíduo que estrutura todo esse panorama de ação e transformação social face ao ambiente cibernético.

Figura 6 – Incidência da cultura no mundo cibernético



Fonte: Criação do autor (2019).

[31] *On-line* se refere ao sentido de estar conectado. No sentido da cibercultura, estar conectado em rede, subentendendo-se conexão com a Internet.

Com essa premissa, antes de se ater ao conceito formatado, é válido refletir sobre a apropriação do termo cultura e suas inferências na sociedade. A cultura trata do homem em si e evidencia aspectos do contexto coletivo. De modo cíclico, ela altera as formas de percepção e cria mecanismos que vão se adaptando ao longo do tempo. Essa predisposição do homem em modificar sua forma de agir também se deve à forma de construção de sua identidade. De igual modo, surge com a necessidade de pertencimento a alguma esfera e/ou núcleo social.

Nesse sentido, é preciso compreender que, atrelada à cultura, a necessidade de pertença de uma identidade surge como problemática. A categorização do homem como espécie que estabelece relações é um ponto recorrente. Entretanto, Bauman (2012, p. 43) adverte que “não se pensa em identidade quando o ‘pertencimento’ vem naturalmente, quando é algo pelo qual não se precisa lutar, ganhar, reivindicar e defender”. Com essa percepção, o homem se estabelece em sociedade quando instaura a ação — incide com sua força, de certo modo figurativo, na sociedade.

Ao retomar a concepção de valores e grupos, é possível compreender algumas características com Maffesoli (1998, p. 107) e seu conceito de tribalização das massas. O autor traça a ideia de que os novos tempos, denominados de neotribalismo, se caracterizam “pela fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão” (MAFFESOLI, 1998, p. 107). Nesse sentido, depreende-se que os agentes sociais convergem em grupos e, indissociavelmente, há o sentimento de pertença a eles.

O autor também enuncia as características do que se entende por social e por socialidade. Enquanto no contexto social o indivíduo tem uma função, na sociabilidade o ser representa papéis — uma espécie de transição para a teatralização dos indivíduos em diferentes esferas.

> Característica do social: o indivíduo podia ter uma função na sociedade, e funcionar no âmbito de um partido, de uma associação, de um grupo estável. Característica da socialidade: a pessoa (*personna*) representa papéis, tanto dentro de sua atividade profissional quanto no seio das diversas tribos de que participa. Mudando o seu figurino, ela vai, de acordo com seus gostos (sexuais, culturais, religiosos, amicais) assumir o seu

> lugar, a cada dia, nas diversas peças do *theatrum mundi*[32]. (MAFFESOLI, 1998, p. 108).

O autor abarca o contexto e suas inferências na pós-modernidade, ao desenvolver sua teoria. O ser humano tende, na era da Internet, a aderir a certos comportamentos, assumindo, em determinadas situações, certa passividade. Além disso, abarca noções variáveis conforme seus gostos, utilizando-se da interface do ciberespaço para explorá-las. Por esse viés, o indivíduo integra-se a diferentes esferas do social, de acordo com o papel que esteja desempenhando, o que Jameson (1995) vai chamar de esquizofrenia da pós-modernidade.

Sob essa ótica, recorrendo às contribuições de Bauman (2012), é preciso pensar na totalidade. Os agentes sociais devem sentir-se parte de um grande grupo. Em tempos de mecanismos de redes, amplifica-se o modo como os usuários incidem em grupos e estabelecem relações. O autor esclarece esse fenômeno da visão do todo.

> A pertença, contudo, não é viável se a totalidade em questão transcender a capacidade da "massa cinzenta" – quando ela se torna, por esse motivo, uma comunidade abstrata, "imaginada". Alguém pertence a um congregado de pessoas igual ou menor que a rede de interações pessoais, face a face, vinculadas na rotina cotidiana ou no ciclo anual de encontros; é preciso identificar-se com a totalidade "imaginada". Essa última tarefa exige um esforço especial, diferente dos afazeres do dia a dia, e portanto é concebida como uma atividade de aprendizado distinta. Envolve passar por certos testes e exige um modo de confirmação de que o teste foi mesmo enfrentado com sucesso. (BAUMAN, 2012, p. 43).

Percebe-se, portanto, que a identificação com o todo é uma tarefa recorrente no que se refere ao fato de incluir-se — de pertencer e se sentir incluído, de modo simbólico, a determinado eixo em um grupo. Com o contexto de pertença, então, molda-se o aspecto comportamental dos agentes sociais. Nesse sentido, ao vincular a eclosão da Internet na era de transformações tecnológicas, é possível perceber que certos padrões tendem a modificar-se.

Essa perspectiva evolutiva, no que se refere aos aspectos culturais, aliados aos padrões e ao sentimento de pertença — perceber-se como agente responsivo

[32] Maffesoli (1998) se refere ao "teatro do mundo", ou seja, sua representação na sociedade. Os atores sociais são as personagens que vivenciam os espaços sociais e que vão se moldando em torno de diferentes grupos.

em um determinado contexto — é um importante ativo para esclarecer percepções contemporâneas. Assim, traçar paralelos com esses conceitos, em tempos de cibercultura, parece ser boa possibilidade de aclarar certos padrões que foram modificando-se ao longo do tempo. A Figura 7 busca uma demonstração disso.

A eclosão, por exemplo, dos mensageiros instantâneos — que também são considerados redes sociais, por aproximarem e proporcionarem a comunicação entre pessoas — tem se movimentado de forma exponencial nos últimos anos. Um dos termos que tem se utilizado é engajamento, ou seja, o modo como parte da população ativa na Internet se inclui e interage com outros agentes. Nesse sentido, a troca de mensagens entre usuários acaba por se tornar uma troca de experiência entre eles. À medida que utilizarem ferramentas de comunicação via Internet, mais provavelmente tenderão a se adequar aos moldes das redes.

Ao perceber a interação entre usuários, não se pode dissociar a ideia de reivindicações oriundas da própria rede. As eleições presidenciais americanas de 2016 e, mais recentemente, as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, aclaram essa percepção. De acordo com Moraes (2001, p. 125) “o ambiente tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado da Internet introduz um componente criativo nas lutas sociais”. Nesse escopo, percebe-se a força do meio tecnológico como forma de representatividade do ser. O autor elucida que é preciso abrir possibilidades para que esse campo de discussão se amplifique e possa disseminar ideias de todas as partes.

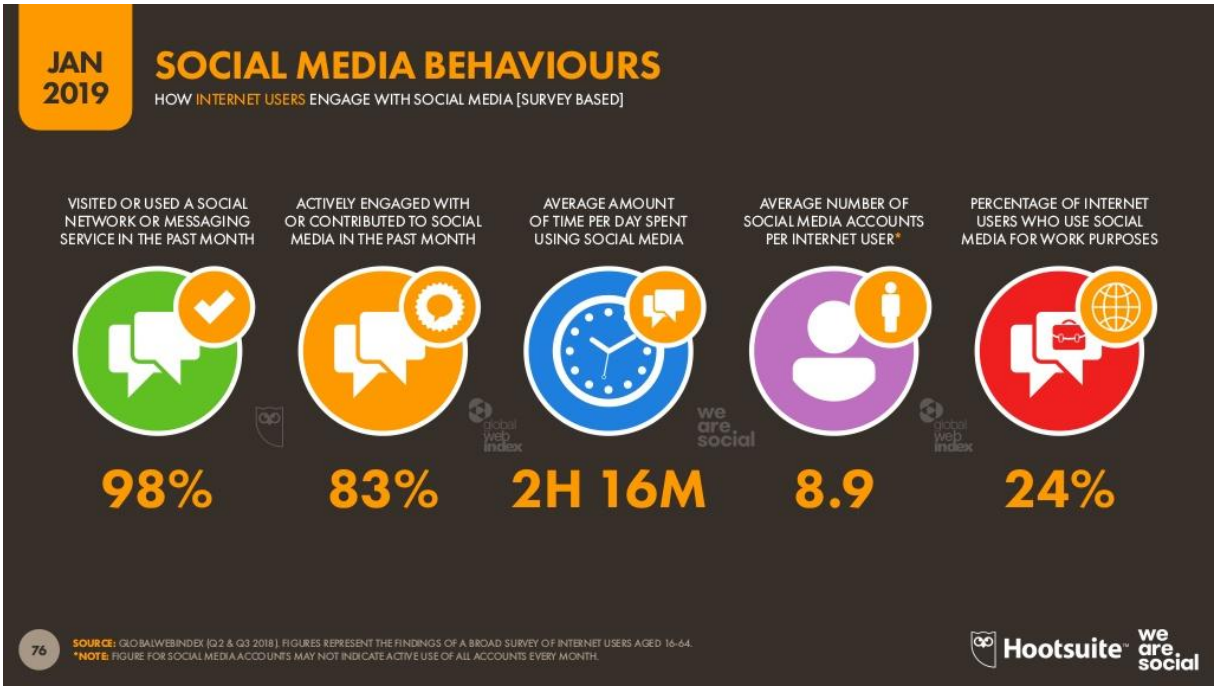
> O que se busca é promover a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios. Poder interagir com quem quer apoiar, criticar, contestar. Como também driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores empenhados em alcançar a justiça social. (MORAES, 2001, p. 125).

Com isso, compreende-se que, além de permitirem uma nova configuração de acesso a seus usuários, as redes tendem a democratizar, de certo modo, a informação — embora não sempre na medida e proporção corretas, mas isso será discutido com maior profundidade ao longo dos próximos capítulos. Por enquanto, importa destacar que o identificar e o estabelecer de vínculos, é visto de modo

positivo ao ter em vista que os internautas podem se expressar ativamente, sem os impasses que um meio de comunicação tradicional oferece.

Dados da pesquisa ilustrada na Figura 7 mostram o comportamento dos usuários da Internet e seu engajamento nas redes sociais. Os números se referem à fração do período de um mês, considerando os usuários ativos. O primeiro dado identifica que 98% dos internautas visitaram e/ou utilizaram redes ou serviços de mensagens instantâneas. Outro dado aponta que 83% se engajaram de alguma forma com as redes. Nessa perspectiva, pode-se perceber uma dicotomia entre “mundo da vida” e “mundo virtual”.

Figura 7 – Comportamento dos usuários nas redes sociais



Fonte: Reprodução da agência *We Are Social*.[33]

No seguimento das informações contidas na pesquisa, há, ainda, a média de tempo gasto nas redes sociais. Em geral, o usuário passa cerca de 2 horas e 16 minutos conectado nas redes sociais. Essa tendência é o que conduz muitas

[33] SOCIAL, We Are. **Digital 2019: Global Internet Use Accelerates**. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 09 maio 2019.

empresas a enxergar um potencial de negócio por meio, não somente da Internet em si, mas do contexto das mídias sociais que integram usuários.

A ideia de apropriação comercial torna-se mais evidente — ao se ater à Figura 7 — quando, em consonância, percebe-se que o número de contas em redes sociais por usuário é de cerca de 8,9. Nesse sentido, reitera-se que os agentes participantes do ambiente de conexão cibernética estão inseridos em diferentes realidades em uma mesma rede. Outrossim, pode-se dizer que estão inseridos em diferentes redes que, de algum modo, se conectam.

Essa multiplicidade de grupos também clarifica o último dado (Figura 7), que refere-se aos 24% de usuários que utilizam as redes sociais para fins de trabalho. Com essa aderência, as mídias digitais acabam se configurando como um espaço pode-se dizer abstrato, por não se ter propriamente a formalidade física. Isso se configura a partir da percepção de que os usuários se conectam e criam novas formas de organização social, a exemplo do que já vimos a partir dos movimentos da revolução industrial.

Em contraposição, Lévy (2000) leva a pensar que essa lógica é, no mínimo, inadequada. Para ele, em sentido oposto, as tecnologias são produtos da sociedade e da cultura.

> Seria a tecnologia um ator autônomo, separado da sociedade e da cultura, que seriam apenas entidades passivas percutidas por um agente exterior? Defendo, ao contrário, que a técnica é um ângulo de análise dos sistemas sócio-técnico globais, um ponto de vista que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos, e não uma entidade real, que existiria independentemente do resto, que teria efeitos distintos e agiria por vontade própria. (LÉVY, 2000, p. 22).

Com essa percepção, pode-se estabelecer que a tecnologia é, de certa forma, mediadora de processos e incidente na relação de seus agentes. Estes, por sua vez, são os atores que praticam e sofrem a ação. Nessa ordem de fatores, Lévy (2000), esclarece ainda que

> as verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre ‘a’ tecnologia (que seria da ordem da causa) e ‘a’ cultura (que sofreria os efeitos), mas sim entre um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas as técnicas. (LÉVY, 2000, p. 23).

Para além da ótica de que as redes sociais promovem a interação, elas acabam incorporando o modo de vida das pessoas em sociedade. Essa abrangência, de modo global, pode ser melhor traduzida no que traça a Figura 8. O termômetro aponta para a abrangência dos mensageiros instantâneos. A predominância, de acordo com a pesquisa, situa o *WhatsApp* como principal mecanismo de comunicação social em, pelo menos, 133 países. Logo na sequência, há a aderência do *Facebook Messenger*, totalizando o topo do *ranking* em 75 países. Após, os outros mensageiros alcançam 10 e/ou menos. Mensageiros ainda "desconhecidos" atingem 11 países.

Figura 8 – *Ranking* dos mensageiros instantâneos no mundo

Fonte: Reprodução da agência *We Are Social*.[34]

Com vigor, pode-se dizer que os mecanismos de comunicação instauram verdadeiras redes de interação entre os indivíduos. Os mensageiros instantâneos provam essa sintonia ao promover a reunião de duas ou mais pessoas, de modo a propiciar um ambiente de múltiplas possibilidades. Nesse sentido, diferentes tipos de

[34] SOCIAL, We Are. **Digital 2019: Global Internet Use Accelerates**. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 09 maio 2019.

interatividade se coordenam. Lévy é quem esclarece essas possibilidades, a partir do que se apresenta no Quadro 5.

A interatividade promove, em síntese, a participação dos agentes sociais em um ambiente de presença contínua. Lévy (2000) traça eixos de interatividade — em termos de uma mídia ou de um dispositivo de comunicação — são eles:

> – as possibilidades de apropriação e de *personalização* da mensagem recebida, seja qual for a natureza dessa mensagem,
> – a *reciprocidade* da comunicação (a saber, um dispositivo comunicacional "um-um" ou "todos-todos"),
> – a *virtualidade*, que enfatiza aqui o cálculo da mensagem em tempo real em função de um modelo e de dados de entrada [...]
> – a *implicação* da imagem dos participantes nas mensagens [...]
> – a *telepresença*.

Com esse panorama, aliado ao que figura no Quadro 5, é possível depreender que a interatividade propicia um campo aberto a possibilidades em diferentes graus. O fluxo comunicacional se transforma a partir de diferentes eixos e incide no contexto de produção — entre emissor e receptor — de mensagens. Nesse sentido, percebem-se transformações latentes no modo de orientação da comunicação e sua configuração no contexto social e, propriamente, no ciberespaço.

Quadro 5 – Diferentes tipos de interatividade a partir de Lévy

(continua)

Relação com a mensagem / **Dispositivo de comunicação**	**Mensagem linear não alterável em tempo real**	**Interrupção e reorientação do fluxo comunicacional em tempo real**	**Implicação do participante na mensagem**
Difusão unilateral	Imprensa Rádio Televisão Cinema	– Bancos de dados multimodais – Hiperdocumentos fixos – Simulações sem imersão nem possibilidade de modificar o modelo	– Videogames com um só participante – Simulações com imersão (simulador de voo) sem modificação possível do modelo

(conclusão)

Diálogo, reciprocidade	Correspondência postal entre duas pessoas	– Telefone - Videofone	Diálogos através de mundos virtuais, cibersexo
Diálogo entre vários participantes	– Rede de correspondência – Sistema das publicações em uma comunidade de pesquisa – Correio eletrônico – Conferências eletrônicas	– Teleconferência ou videoconferência com vários participantes – Hiperdocumentos abertos acessíveis on-line, frutos da escrita/leitura de uma comunidade – Simulações (com possibilidade de atuar sobre o modelo) como de suportes de debates de uma comunidade	– RPG multiusuário no ciberespaço – Videogame em “realidade virtual” com vários participantes – Comunicação em mundos virtuais, negociação contínua dos participantes sobre suas imagens e a imagem de sua situação comum

Fonte: Reprodução do conceito apresentado por Lévy (2000, p 83).[35]

Com essa premissa, na perspectiva de que a sociedade em rede permanece em constante movimento, a cibercultura incorpora a face interna de sua própria rede. Lévy (2000) denomina, de igual modo, ciberespaço como uma espécie de rede de interconexão mundial. Com essa asserção, o autor (2000, p. 17) se refere “não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga [...]”.

Nesse mesma prerrogativa, Lemos (2013, p. 128) clareia o conceito em duas perspectivas: “como o lugar onde estamos quando entramos num ambiente simulado (realidade virtual) e como o conjunto de redes de computadores, interligadas ou não, em todo o planeta, a Internet”. Apresentado esse panorama, o contexto das redes digitais se torna cada vez mais corriqueiro no cotidiano dos indivíduos. Assim, fortalecem-se, no ciberespaço, as redes digitais de comunicação em prol de novas ferramentas de comunicação e informação.

De igual modo, Lévy (2000, p. 49) diz que “o ciberespaço encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos (telecomunicação, telepresença) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona)”. Ao reter essa ideia, confirma-se que, com o advento dos aparatos digitais — como os

[35] LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

smartphones, por exemplo — transformou-se a forma de se utilizar a tecnologia. De modo que as novas possibilidades de comunicação não necessitam de espaço físico fixo e nem laço temporal preestabelecido, a exemplo do mensageiro instantâneo, o *WhatsApp*.

Em suma, a cibercultura destrincha todas as áreas da sociedade, ao poder transformar as formas de interação que se voltam ao ambiente *on-line* — da conexão propriamente dita. Do cenário humano ao contexto digital, o ciberespaço transita de modo a configurar novos padrões. “Atualiza-se, com o ciberespaço, o grande sonho enciclopédico de, em um único *media*, armazenar todo o conhecimento da humanidade, disponível a todos” (LEMOS, 2013, p. 72).

Ao se ater a esses aspectos, por sua vez, percebe-se que a tecnologia vinculada ao aspecto cibernético vai se aperfeiçoando ao longo do tempo. Entretanto, é importante se ater à essência da cibercultura que é, segundo Lévy (2000), o universal sem totalidade, ou seja, um espaço vazio e sem conteúdo particular.

> Trata-se de um universo indeterminado e que tende a manter sua indeterminação, pois cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode tornar-se produtor ou emissor de novas informações, imprevisíveis, e reorganizar uma parte da conectividade global por sua conta própria. (LÉVY, 2000, p. 111).

Com essa determinação de Lévy, pode-se conceber a ideia de que o ciberespaço ao passo que incorpora cada vez mais integrantes é, contudo, “terra de ninguém” — paradoxalmente inabitado. É um ambiente que produz e se alimenta de significado a partir da rede de conexões que são estabelecidas. A emergência do ciberespaço, portanto, interfere na vivência do círculo social e, pode-se dizer, incorpora o contemporâneo do ser humano.

Em sentido global, a cibercultura mune a sociedade de novas formas de percepção. Ela atualiza os parâmetros sociais e incide em novas formas de interação e atualização do ser em essência — em conexão e em rede. Ao passo que novas tecnologias vão sendo aperfeiçoadas, o espaço cibernético se renova e se abre a novas perspectivas. A Internet, e sua forma de se religar à realidade física, enfatiza que o ser humano, adentra em uma cultura criada quase que ao acaso.

Nisso reside essa teia de conexões que desembocam no que se entende na contemporaneidade por cibercultura.

3.3.1 Realidade virtual

No sentido de melhor compreender o intrínseco residente na cibercultura, um termo que precisa ser aprofundado de modo complementar — e cuja menção foi estrategicamente evitada até aqui — é o que se entende por virtual. Afinal, o que significa virtual? Em tempos de redes de conexão e de iminência da Internet, pode-se, leigamente, dizer que seu significado se vincula e adere propriamente ao que é ficcional no mundo concreto ou, de igual modo, pertencente à rede. Contudo, o termo ultrapassa essa simples barreira.

O sentido de virtual pode ser entendido de múltiplas formas. Lévy (2000, p. 47) descreve que virtual é “toda entidade ‘desterritorializada’, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular”. Nesse sentido, o virtual não se vincula somente ao cibernético, mas a uma variedade de contextos de expressão humana.

Ao considerar o que menciona o Quadro 6, é possível visualizar os diferentes empregos para o virtual — do sentido mais fraco ao mais forte. Percebe-se, portanto que a visão do senso comum trata o virtual como algo ilusório. Em termos filosóficos, considera-se virtual como potência. Já no sentido técnico, é um espaço de simulação. Com isso, Lévy (1996, p. 15) esclarece que “o virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal”.

O autor considera que o virtual é real. Nesse sentido, o termo propriamente não se opõe ao que se entende por real, mas ao que é atual (LÉVY, 1996). Isso ocorre pois, ambos (virtual e atual), encontram-se em estágios e momentos diferentes. O autor (2000, p. 47), de modo exemplificatório, declara ainda que “virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade. Se a produção da árvore está na essência do grão, então a virtualidade da árvore é bastante real (sem que seja ainda, atual)”.

Quadro 6 – Diferentes sentidos de virtual a partir de Lévy

	Definição	Exemplos
Virtual no sentido comum	Falso, ilusório, irreal, imaginário, possível	
Virtual no sentido filosófico	Existe em potência e não em ato, existe sem estar presente	A árvore na semente (por oposição à atualidade de uma árvore que tenha crescido de fato) / Uma palavra na língua (pó oposição à atualidade de uma ocorrência de pronúncia)
Mundo virtual no sentido da possibilidade de cálculo computacional	Universo de possíveis calculáveis a partir de um modelo digital e de entradas fornecidas por um usuário	Conjunto das mensagens que podem ser emitidas respectivamente por: – programas para edição de texto, desenho ou música, – sistemas de hipertexto, – bancos de dados, – sistemas especializados, – simulações interativas etc.
Mundo virtual no sentido do dispositivo informacional	A mensagem é um espaço de interação por proximidade dentro do qual o explorador pode controlar diretamente um representante de si mesmo	– mapas dinâmicos de dados apresentando a informação em função do “ponto de vista”, da posição ou do histórico do explorador, – RPG em rede, – videogames, – simuladores de vôo, – realidades virtuais.
Mundo virtual no sentido tecnológico estrito	Ilusão de interação sensório-motora com um modelo computacional	Uso de óculos estereoscópicos, *dataglovers* ou *datasuits* para visitas a monumentos reconstituídos, treinamento em cirurgias etc.

Fonte: Reprodução do conceito apresentado por Lévy (2000, p 83).[36]

Nesse caso, a atualização sugere “a solução de um problema, uma solução que não estava contida previamente no enunciado. A atualização é criação, [...] a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades” (LÉVY, 1996, p. 16).

[36] LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2000.

O atual, portanto, se contrapõe ao virtual na medida em que o primeiro corresponde a um segundo estágio (atualização) do segundo (potência).

Nesse aspecto mais teórico do que se entende por virtual, pode-se estabelecer um paralelo com o conceito de cibercultura — e, mais propriamente, com o contexto informacional que circunda o ciberespaço.

> Um mundo virtual — considerado como um conjunto de códigos digitais — é um *potencial de imagens*, enquanto uma determinada cena, durante uma imersão no mundo virtual, atualiza esse potencial em um contexto particular de uso. Essa dialética do potencial, do cálculo e da exibição contextual caracteriza a maioria dos documentos ou conjuntos de informações de suporte digital. (LÉVY, 2000, 48-49).

Nesse sentido, é possível compreender o que seja um hipertexto[37]. Lévy (1996) leva a pensar que, a partir do suporte digital, não há um texto legível, mas uma série de códigos (linguagem de máquina) traduzidos pelo computador em sinais alfabéticos. Com isso, os dispositivos apresentam-se como uma janela, na qual o leitor enxerga algo em potencial. “Potencial e não virtual, pois a entalhe digital e o programa de leitura predeterminam um conjunto de possíveis que, mesmo podendo ser imenso, ainda assim é numericamente finito e logicamente fechado” (LÉVY, 1996, p. 39).

Nessa mesma perspectiva, Moraes (2001, p. 69) afirma que o hipertexto se condiciona como “um texto modular, lido de maneira não-seqüencial, composto por fragmentos de informação que compreendem *links* vinculados a nós. O percurso não linear faculta novos gabaritos de intervenção por parte dos leitores”. Essa percepção elucida que a capacidade de interpretação recorre da habilidade do ser humano de fazer conexões e de instaurar mecanismos próprios conforme lhe convém. Nesse aspecto, retoma-se o princípio da pós-verdade, que embasa a compreensão nas crenças pessoais em detrimento dos fatos objetivos.

Com isso, ainda com Lévy (1996, p. 40), depreende-se que “o armazenamento em memória digital é uma potencialização, a exibição uma

[37] De acordo com Lévy (1996. p. 40), hipertexto é “uma matriz de textos potenciais, sendo que alguns deles vão se realizar sob o efeito da interação com um usuário. [...] A maior parte dos programas são máquinas de exibir (realizar) mensagens (textos, imagens etc.) a partir de um dispositivo computacional que determina um universo de possíveis”.

realização". Apesar de que, com o avanço da tecnologia, exclui-se o disquete, dentre outros dispositivos, e parte-se para o avanço, em maior grau, de armazenamento em *pen drives*, *HDs* externos e nuvem, percebe-se que a essência permanece a mesma: o potencial que se traduz no sentido realizável na esfera visual tecnológica.

Com a asserção de um hipertexto, de armazenamento e de visualização, coloca-se no centro a configuração de leitura desse novo universo. Na contemporaneidade, a eclosão dos chamados *ebooks*[38]*,* é uma realidade que se firma com cada vez mais propriedade. Independentemente de seu sucesso ou não, é uma tendência a ser considerada a partir da perspectiva tecnológica. Nessa premissa da virtualização, a informação em si figura como uma espécie de atualização.

> O mapa (a mensagem) faz parte do território (o acontecimento) e o território é largamente constituído de uma adição indefinida, de uma articulação dinâmica, de uma rede de mapas em expansão. Dito de outro modo, tudo o que é da ordem do acontecimento tem a ver com a dinâmica da atualização (territorialização, instanciação aqui e agora, particular) e da virtualização (desterritorialização, desprendimento, colocação em comum, elevação à problemática). (LÉVY, 1996. p. 58).

Ao passo que a apropriação da informação e sua troca situam-se na gênese do que se entende por conexão, alguns paralelos podem ser estabelecidos. Desde 2009, por exemplo, a Internet é a fonte de informação mais popular nos Estados Unidos[39]. Já no Brasil, a televisão ainda ocupa lugar cativo pelos brasileiros, sendo o meio cibernético, o segundo em acesso à informação. Esse dado é uma amostra da Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada pelo Governo Federal.

Embora o último relatório seja do ano de 2016, é válido refletir a partir dos números apresentados, como um norte para a compreensão do contexto contemporâneo no Brasil. Ao atentar para os números do Quadro 7, é possível

[38] Do inglês, *eletronic book*, ou seja, livro digital. Seu acesso ocorre por meio de *tablets, smartphones* e/ou dispositivos específicos para a leitura.

[39] ESTADÃO. **Internet é a fonte de informação mais popular--pesquisa.** Disponível em: https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,internet-e-a-fonte-de-informacao-mais-popular-pesquisa,388819. Acesso em: 19 maio 2019.

visualizar as mudanças de hábito do brasileiro no que se refere ao contexto de informação.

Quadro 7 – Consumo de informação no Brasil

Meio de comunicação	1ª menção	1ª+2ª menções
TV	63%	89%
Internet	26%	49%
Rádio	7%	30%
Jornal	3%	12%
Revista	0%	1%
Meio externo (placas publicitárias, outdoor, ônibus, elevador, metrô, aeroporto)	0%	0%
Outro (Esp.)	0%	2%
NS/ NR	0%	0%

Fonte: Reprodução da Pesquisa Brasileira de Mídia.[40]

A pergunta da pesquisa (estimulada) foi: em que meio de comunicação o (a) sr (a) se informa mais sobre o que acontece no Brasil? E em segundo lugar? Nesse sentido, os dados demonstram uma forte tendência da prevalência da televisão como meio de comunicação. Entretanto, a Internet, em segundo lugar, sugere um crescimento considerável face às outras mídias, tais como rádio, jornais, revistas, dentro outros meios externos de comunicação.

Não obstante, o crescimento do meio cibernético para a informação deve ter sofrido um acréscimo considerável ao ter em vista o contexto eleitoral brasileiro em 2018, pelo qual as mídias digitais foram um fator, até certo ponto, legitimador e decisivo, para a disputa. Com isso, o contexto de virtual atualiza-se à medida que virtualizar “consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em

[40] SECOM. **Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016**. Disponível em: http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view. Acesso em: 19 maio 2019.

fazer mutar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular" (LÉVY, 1996, p. 18).

Nesse contexto de transformações, no sentido informativo, pode-se estabelecer um paralelo com Jenkins (2009), quando explora o contexto de convergência das mídias e, propriamente, seu consumo. Essa nova cultura muda "a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento" (JENKINS, 2009, p. 43).

Figura 9 – Atividades do *E-commerce* em escala mundial

Fonte: Reprodução da agência *We Are Social*.[41]

Nessa altura, o consumo transita da informação para o mercado nos mecanismos *on-line*. O crescimento do que vem se denominando de *e-commerce*[42] tem ganhado força nos últimos anos. De acordo com a Associação Brasileira de

[41] SOCIAL, We Are. **Digital 2019: Global Internet Use Accelerates**. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 09 maio 2019.

[42] Do inglês, que significa comércio eletrônico. As compras são realizadas em lojas *on-line*. Todas as transações ocorrem em plataformas que se conectam à Internet, como computadores e *smartphones*.

Comércio Eletrônico (ABComm), o comércio eletrônico espera faturar quase R$ 80 bilhões em 2019. Somente no Brasil, a estimativa é de crescimento de 16% em relação ao ano anterior[43]. Com essa perspectiva, novos paradigmas vão sendo delineados no que se refere ao mundo virtual voltado às formas de consumo.

Na Figura 9, é possível visualizar a movimentação do comércio eletrônico e seu desdobramento até o ano de 2019. A pesquisa revela que 2,8 bilhões de pessoas utilizam esse tipo de serviço. A amostra aponta que a penetração do *e-commerce,* para a compra de bens de consumo, alcança 37% do total da população. Em termos monetários, a receita anual ultrapassa a casa dos $ 1,7 trilhão. Em relação à media de gastos por indivíduo, a pesquisa aponta um total de $ 634, ou seja, mais de R$ 2.500 anuais cada.

Nessa ótica comercial, Lévy (1996, p. 19) elucida que “a empresa virtual não pode mais ser situada precisamente. Seus elementos são nômades, dispersos, e a pertinência de sua posição geográfica decresceu muito”. Esse desprendimento imediatista a que o autor se refere, incide na capacidade de adaptação dos agentes sociais enquanto seres na sociedade capitalista. A nova configuração dos modos de consumo ajusta-se a uma realidade desconectada de tempo.

Sob esta égide, no sentido disruptivo do laço temporal da conexão, pode-se adentrar no que Lévy (1996) chama de comunidade virtual. Ela tende a se organizar “sobre uma base de afinidade por intermédio de sistemas de comunicação telemáticos. Seus membros estão reunidos pelos mesmos núcleos de interesses, pelos mesmos problemas [...]” (LÉVY, 1996, p. 20). Nesse aspecto, a sociedade cria um retorno, e assim o autor denomina, ao modelo de sociedade nômade, na qual a relação e o modo de interação entre indivíduos modificam-se sem muito esforço.

> A multiplicação contemporânea dos espaços faz de nós nômades de um novo estilo: em vez de seguirmos linhas de errância e de migração dentro de uma extensão dada, saltamos de uma rede a outra, de um sistema de proximidade ao seguinte. Os espaços se metamorfoseiam e se bifurcam a nossos pés, forçando-nos à heterogênese. (LÉVY, 1996, p. 23).

[43] E-COMMERCE BRASIL. **Comércio eletrônico deve crescer 16% no País em 2019, prevê ABComm**. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/comercio-eletronico-deve-crescer-16-no-pais-em-2019-preve-abcomm/>. Acesso em: 19 maio 2019.

A partir disso, o processo de construção coletiva, do qual cada um faz parte, a seu modo vai delineando-se. Essa percepção de sistema permanente da sociedade constitui uma base importante que reflete nos mecanismos digitais — virtuais, de certo modo. Na contramão do que é próprio da inércia, os agentes sociais precisam se desenvolver em um sistema de valores e de cultura que modifica-se a passos largos. Essa exaustão de atemporalidade virtual previamente imposta, gera passos para um novo conceito que integraliza e abarca todo o escopo social: a inteligência coletiva, do filósofo Lévy.

4 ESFERA PÚBLICA

"Viver em sociedade requer instinto de formiga, dentes de leão e habilidade camaleônica."

Carlos Drummond de Andrade

Ao ter em vista a digitalização dos meios de comunicação e as redes de interação estabelecidas entre os agentes sociais, deve-se ilustrar o espaço que ladeia todo esse escopo: a esfera pública. Apesar de a teorização de Lévy conduzir ao campo de inteligências no ciberespaço, não se pode ignorar o fato de que a sociedade em rede também é sociedade, ou seja, discute e amplia discursos públicos — torna-os mais abertos e dinâmicos. Essa percepção ocorre na esfera virtual e suas variáveis, bem como no mundo da vida[44] ou, queira-se chamar, mundo concreto, à luz de Habermas (1989).

Em aspecto introdutório, é válido discorrer sobre o sentido semântico do termo. Não que se estabeleça uma definição aprofundada do que seja esfera pública, mas já pincela uma percepção mais apurada do que o conceito, em síntese, carrega. McQuail (2012, p. 17) indica "aquilo que está aberto, em oposição a fechado, o que está livremente disponível, em vez de privado, em relação ao acesso e à censura, o que é coletivo e comum, não individual e pessoal". Com essa premissa, a esfera pública carrega a conotação de ser um espaço disponível para todos os agentes, aberto e plural.

Wolton (2004, p. 511) faz uma reflexão mais assertiva e esclarece que a esfera tida como pública diz respeito à noção de "um espaço simbólico, no qual se opõe e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais, que constituem uma sociedade". Nesse sentido, a esfera pública figura como um local propenso a discussões e que sugere aproximação – bem-intencionada ou não – entre os sujeitos sociais. Com

[44] Segundo Habermas (1989), o mundo da vida refere-se ao mundo concreto, palpável e entendível, que ocorre por meio de um processo comunicativo sobre as esferas do sistema social e suas ideias.

essa percepção, o campo social não se evidencia somente pelo intercâmbio de ideias, mas, de certo modo, pela autorreflexão e alegação de fundamentos racionais.

Envolto na perspectiva de esfera pública como espaço de discussão e, de certo modo, visibilidade entre os agentes, sua construção no ciberespaço torna-se recorrente. Aparentemente, uma espécie de esfera desterritorializada e disponível — à luz da tipificação da inteligência coletiva de Lévy (2003). Para tanto, é preciso retomar alguns preceitos do conceito de esfera pública, diga-se de passagem, preestabelecida e firmada ao longo dos últimos séculos. Afinal, que esfera pública tinha-se antes da Internet e, de igual modo, que esfera pública é constituída a partir do ciberespaço?

4.1 MODELO DE ESFERA PÚBLICA HABERMASIANO

Na tentativa de compreender os fenômenos da esfera pública, parte-se das contribuições de Habermas (2013). Como premissa inicial, o autor apresenta o termo embasado no ambiente estrutural do Estado e da sociedade burguesa, além das tensões e relações de poder existentes a partir do século XVIII. Àquela altura, o sociólogo esclarece que o público era fundamentalmente formado pelo poder público, ou seja, o Estado. Por outro lado, o que se compreende por privado situava-se no espaço tido como íntimo do seio familiar. Dessa instituição decorrem duas percepções que são, de certo modo, complementares.

> A ambivalência da família – ser agente da sociedade, mas, também, ser de certo modo a emancipada emancipação da sociedade – expressa-se na posição dos membros da família: eles são, por um lado, mantidos juntos através da dominação patriarcal e, por outro lado, pela intimidade humana. (HABERMAS, 2013, p. 73).

Nesse sentido, o autor alerta que “no setor privado também está abrangida a ‘esfera pública’ propriamente dita, pois ela é uma esfera pública de pessoas privadas” (HABERMAS, 2013, p. 45-46). Isso significa que a esfera íntima da sociedade burguesa em si possui seu próprio público. Ele esclarece que os ambientes de espaço comum da conjuntura social do burguês eram locais de cunho privado, apesar de públicos, no sentido estrito do termo. Esses locais compreendem

o que o autor denomina de esfera pública literária, onde ocorriam as discussões, determinadas pela subjetividade dos indivíduos. Thompson (2014) acrescenta que esse tipo de concepção dialógica remonta às cidades-estado da Grécia Clássica, onde ocorriam discussões em público. Nesse panorama,

> [...] as intervenções e argumentações dos participantes podiam ser vistas e ouvidas por aqueles ali reunidos, e todos tinham direitos iguais de manifestar a própria opinião e de ser ouvido. As assembleias constituíam um tipo distinto de esfera pública na qual a publicidade (ou visibilidade) do poder se baseava na capacidade dos indivíduos de se ocuparem num debate uns com os outros num lugar comum e de chegarem a decisões coletivas através de um consenso da maioria. (THOMPSON, 2014, p. 165).

Nesse sentido, as discussões da esfera social ocorriam de modo mais aberto, disponível a um pequeno grupo privilegiado à época. No entanto, havia uma sazonalidade em tomar decisões que fossem de cunho conjunto — o que na contemporaneidade parece mostrar pontos de fuga nesse quesito ao ter em vista a pós-verdade: cada um baseia-se em seus próprios preceitos. O movimento social aparenta não partir do individual para o coletivo, mas o oposto.

Na perspectiva de sociedade que debate à época dos séculos XVIII e XIX, na Figura 10, é possível ter um esboço dos movimentos da esfera pública apontada por Habermas. Em princípio, pode-se elucidar a esfera privada, ou seja, o seio familiar e a esfera literária que se volta ao campo de discussão moldado à presença de seus participantes; uma espécie de ato público. O movimento social decorre da esfera privada para as outras esferas.

Figura 10 – Escopo habermasiano da Esfera Pública

Fonte: Criação do autor a partir da conceituação de Habermas.[45]

Enraizada nesse “espaço” social está a esfera pública política que exerce o papel de dominação. Sob essa ótica, Bobbio (1997, p. 43) entende “que tudo é política, ou seja, [...] a politização integral do homem, a resolução do homem no cidadão, a completa eliminação da esfera privada na esfera pública [...]”. Essas relações de poder são evidenciadas no pensamento burguês explanado por Habermas (2013). O autor clarifica as formas de público e os movimentos em diferentes esferas. Ele também evidencia o estreitamento entre as esferas – literária e política (conforme a Figura 10) — voltando-se aos preceitos do núcleo familiar e da sua representatividade.

> Em ambas se forma um público de pessoas privadas, em que a autonomia, baseando-se na propriedade privada, busca representar-se, enquanto tal, na esfera da família burguesa realizar-se interiormente no amor, na liberdade, na cultura – em suma: enquanto “humanidade”. (HABERMAS, 2013, p. 73).

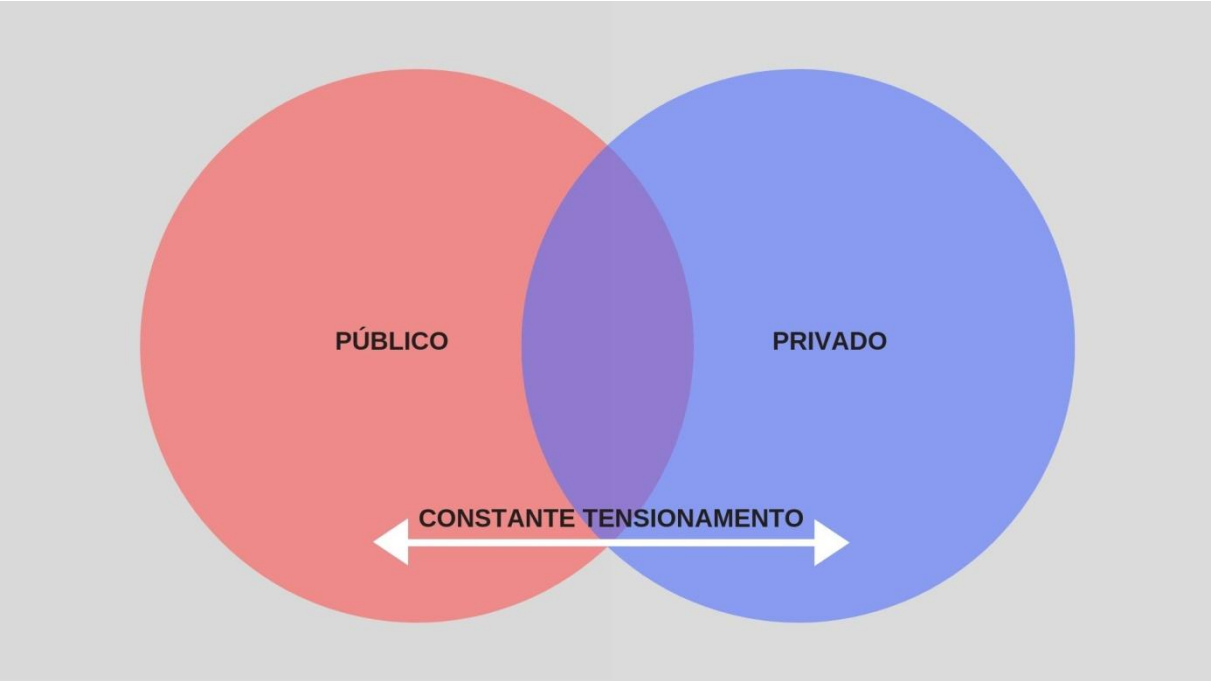
[45] HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

Percebe-se, portanto, que as relações da esfera pública burguesa baseavam-se “na identidade fictícia das pessoas privadas reunidas num público em seus duplos papéis de proprietários e de meros seres humanos” (HABERMAS, 2013, p. 74). Parte-se de uma ideia anteposta à de Maffesoli (1998), mas que serve para a explanação: de verdadeiras tribos entre os agentes que permanecem reclusos em grupos pré-determinados, principalmente em seus lares, resultando em espaços de interação entre indivíduos.

Nesse sentido, desponta uma linha de tensionamento entre público e privado. Hannah Arendt (2003) concebe dois caminhos correlatos para a definição dos termos. O domínio público, “significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDT, 2003, p. 61). Com esse cenário, tudo o que implica na contemplação e disseminação de algum fator para com os demais agentes sociais pode ser considerado como público. “A presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDT, 2003, p. 61).

Em continuidade, a autora evidencia que “o termo ‘público’ significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele” (ARENDT, 2003, p. 64). Com essa perspectiva, a filósofa esclarece que esse lugar comum não se refere ao mundo e ao espaço temporal propriamente dito, mas ao que o homem produz enquanto ser que reside entre os demais agentes sociais. Desse ponto, parece válido o estreitamento com a virtualização de Lévy (1996). O homem como elemento de potência na sociedade e as decorrentes atualizações como ator social que produz e vive sob a ótica de produção de bens, nas sociedades capitalistas.

Figura 11 – Tensão entre espaço público e privado



Fonte: Criação do autor (2019).

Em contraponto, o termo privado remete ao que é exclusivo, particular. Ao longo do tempo, a conceituação do que é propriamente privado foi modificando-se, mas é possível estabelecer linhas gerais de seu sentido. Pode-se dizer que, antes de tudo, significa

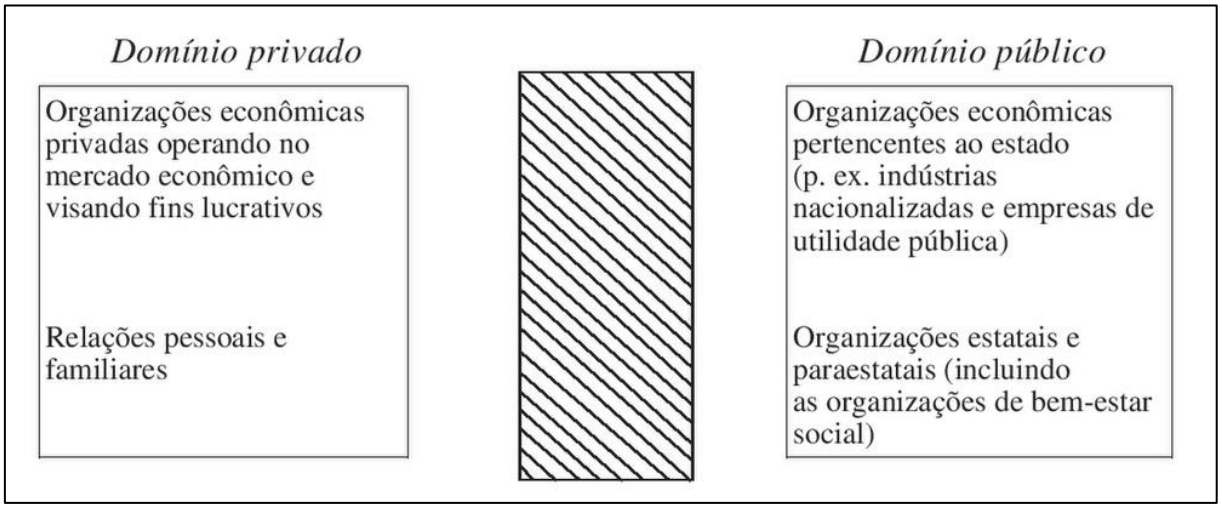
> [...] estar privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação 'objetiva' com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. (ARENDT, 2003, p. 71).

Nesse caminho de investigação, a esfera pública toma uma proporção de individualidade, ao ter em vista que os agentes sociais tendem a isolar-se. Nesse sentido, "a privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não aparece, e, portanto, é como se não existisse" (ARENDT, 2003, p. 71-72). Com isso, o homem atua como força subjetiva e que se afasta da noção de totalidade do campo social, a exemplo do que será abordado nos próximos capítulos sobre pós-verdade.

Com essa percepção, pode-se acrescentar Habermas (2013, p. 180), que recorre à ideia de desprivatização do núcleo familiar. “A esfera íntima, outrora centro da esfera privada de um modo geral, recua para a sua periferia à medida que esta se desprivatiza”. Incutida nessa percepção, o autor clarifica a ideia de oposição, ou seja, o que se refere e se compreende por público está cada vez mais privado. Esse estreitamento, por sua vez, deixa em evidência a publicização das relações. Nesse sentido, pode-se perceber a dicotomia dos domínios: público e privado. Para Thompson (2014, p. 165), “tem a ver com *publicidade* versus *privacidade*, com *abertura* versus *segredo*, com *visibilidade* versus *invisibilidade*”.

Em tom mais político, o autor aborda a dicotomia — público e privado — ao ater-se aos aspectos contextuais, com o Estado assumindo um papel mais intervencionista e autoritário, principalmente nos séculos XIX e XX. Àquela altura, como é possível visualizar na Figura 12, o domínio privado mantinha-se baseado no lucro no sentido das organizações. No caso das relações familiares, o matrimônio, por exemplo (THOMPSON, 2014). Já o domínio público era tido como um espaço que abrigava as instituições estatais e de terceiro setor, ausentando-se, de certa forma, o lucro.

Figura 12 – Público e privado nas sociedades ocidentais contemporâneas



Fonte: Reprodução do conceito apresentado por Thompson (2014, p. 163).[46]

[46] THOMPSON, John B.. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2014.

Desse modo percebe-se a mudança estrutural ao longo dos séculos. O capitalismo como legitimador de ações e de mudança das sociedades que despontam em seu processo de industrialização. Como elucidado no capítulo anterior, a sociedade passou por transformações profundas desde a primeira revolução industrial e suas decorrentes fases. Essa percepção incide não apenas em seus eventos tecnológicos, mas também da percepção dos agentes sociais de atravessarem um espaço de círculos fechados, da reclusão para um ambiente mais aberto, disponível e plural para discussão. Nesse sentido, a esfera pública passa por uma fase de mutação. Ao aliar a evolução da sociedade da informação e as recorrentes transformações tecnológicas, ela ganha novos contornos sociais: do mundo da vida para o ciberespaço.

4.2 ESFERA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Na contemporaneidade, a esfera pública encontra novas formas de buscar sua autonomia no contexto de plena ascensão do capitalismo. As tecnologias vão moldando uma sociedade cada vez mais voltada para hábitos que visam aos seus próprios anseios e sua presença no mundo. No contexto de evidente crescimento do ciberespaço, atualizam-se os parâmetros do termômetro da esfera social.

Anteposto a essa era, é válido recorrer a Thompson (2014) que elucida a modificação da dinâmica social com a chegada dos meios de comunicação. A forma de interação entre os indivíduos sofre uma certa ruptura. Parte-se, então, para uma comunicação mediada pela copresença. Como lembrado anteriormente, “um evento se tornava público quando representado diante de uma pluralidade de indivíduos fisicamente presentes à sua ocorrência” (THOMPSON, 2014, p. 167). Contudo, esse tipo de interação face a face foi deixado de lado ao passo que a mídia impressa foi delineando novos contextos de mediação entre os agentes sociais. Com o advento midiático,

> tornou-se um público *sem um lugar*, definido não pela existência ou possibilidade de uma interação face a face entre seus membros, mas pelo fato de que seus membros tinham acesso ao tipo de publicidade que se tornou possível graças a palavra impressa. (THOMPSON, 2014, p. 168-169).

Nesse sentido, pincela-se um indício de que os indivíduos acabam por deixar de lado a participação física para a participação e interação social baseada pelas entrelinhas do contexto midiático. Nessa perspectiva, a contemporaneidade intensifica essa visão com a interação mediada pelo ciberespaço — espaço onde a interação ente indivíduos ocorre em rede (tela para tela).

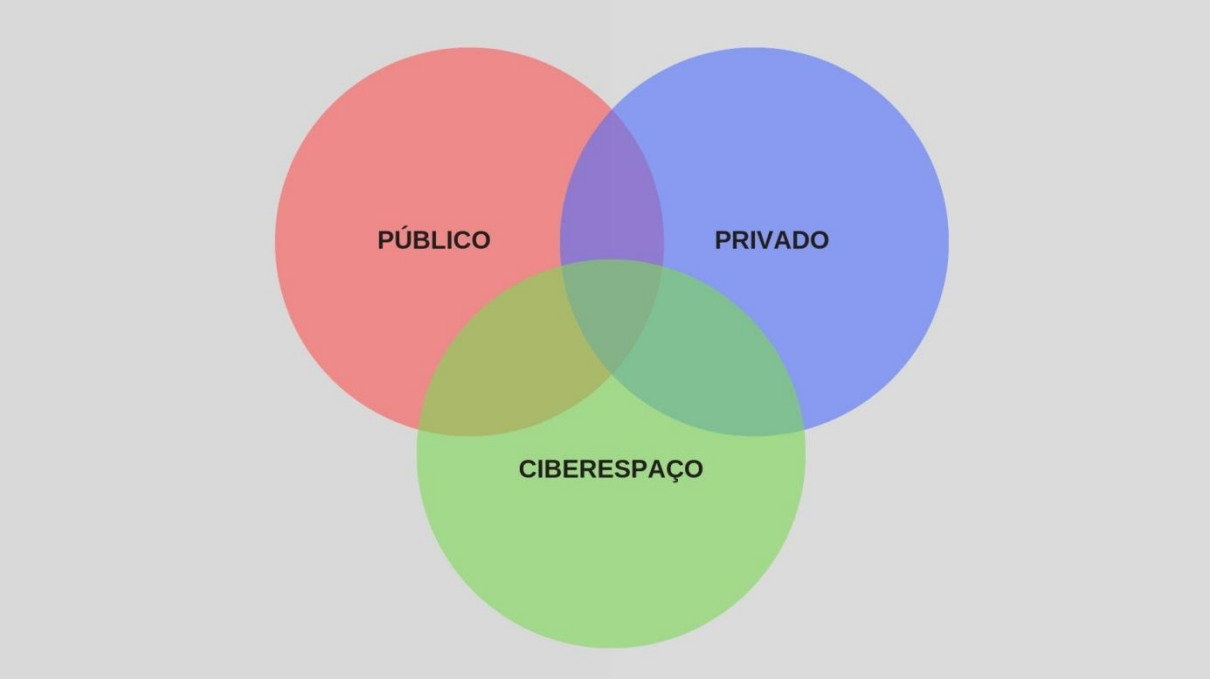
> Com o desenvolvimento de novos meios de comunicação — começando com a imprensa, mas incluindo também as mais recentes formas de comunicação eletrônica — o fenômeno da publicidade se separou da ideia de conversação dialógica em espaços compartilhados, e ligou-se de forma cada vez mais crescente ao tipo de visibilidade produzida e alcançada pela mídia [...]. (THOMPSON, 2014, p. 174).

O ciberespaço torna-se cenário para desdobramentos e novos paradigmas da conjuntura social. Ao passo que os agentes sociais passam a debater em rede e, não apenas, no mundo da vida, percebe-se uma série de transformações. Nesse sentido, a fronteira público/privado depara-se com problemáticas cada vez mais acentuadas na concepção de troca de informações na esfera de visibilidade pública midiática.

Segundo Wolton (2004, p. 225) ao passo que o público busca a legitimação, em aspecto democrático, o privado torna-se um espaço de reclusão voluntária. “Hoje, toda defesa da esfera pública remete à ideia de emancipação, e toda defesa da vida privada a uma concepção ‘conservadora’”. Essa categorização de uma espécie de fronteira público-privada à qual remete Wolton é recorrente nos estudos do conceito de esfera pública. Se, desde a concepção habermasiana de esfera pública havia uma tensão entre público e privado, em tempos de rede, essa percepção torna-se mais evidente.

Conforme elucida a Figura 13, o ciberespaço tornou-se, também, um tensionador dessa dinâmica social. Os agentes sociais tendem a estar em um espaço que, por vezes, é privado e, por outras vezes, torna-se público. As redes sociais concebem um panorama adequado para essa conceituação. Um perfil no *Facebook*, por exemplo, é de cunho privado/individual, mas na medida em que está disponível para interação entre os demais membros, torna-se público/comum a todos. Nesse sentido, a publicização e visibilidade do que, a princípio, é privado, torna-se notória.

Figura 13 – Tensão entre espaço público e privado no ciberespaço



Fonte: Criação do autor (2019).

Ao dar seguimento à fronteira público e privada, pode-se lembrar do escândalo envolvendo o *Facebook* na distribuição indevida de dados de usuários para empresas externas. Inicialmente, cerca de 87 milhões de pessoas que utilizam a rede tiveram seus dados utilizados, para fins estratégicos, de forma ilegal[47]. De acordo com alguns especialistas, esses dados ajudaram a influenciar o resultado da eleição americana em 2016. Outro desdobramento dessa história ocorreu no início de 2019, quando mais de 540 milhões de dados pessoais de usuários da rede social foram expostos em servidores da empresa *Amazon*[48].

Esse panorama ilustra as formas como as redes sociais podem ser uma ferramenta ambivalente. De um lado abarcam o discurso de interligação e aproximação e publicização de indivíduos e, de outro, tornam o espaço privado à medida que cada indivíduo escolhe com quem interage e compartilha suas informações. Nessa perspectiva, o vazamento de dados torna-se uma espécie de

[47] EXAME. **O escândalo de vazamento de dados do Facebook é muito pior do que parecia.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/o-escandalo-de-vazamento-de-dados-do-facebook-e-muito-pior-do-que-parecia/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

[48] G1. **540 milhões de dados de usuários do Facebook ficam expostos em servidores da Amazon.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/04/04/dados-de-540-milhoes-de-usuarios-do-facebook-ficam-expostos-em-servidor.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2019.

caminho fora da curva, pois transfere informações sem prévia permissão por parte dos usuários das redes.

Com isso, percebe-se o delinear da privatização do público e, de igual modo, a publicização do privado, que tomam novos ares em meio ao aparato das mídias digitais. A estrutura social atual evidencia a instauração de uma visibilidade, de certo modo, aflorada dos agentes sociais.

> Sem dúvida que a esfera pública contemporânea nos remete para dispositivos de representação e figuração onde cada ator pode mudar de imagem, pode dar-se a conhecer, pode fabricar a sua personalidade através de pressupostos simbólicos que vão ao encontro das imagens que se quer projetar no mundo da vida. (CARVALHEIRO et al., 2015, p. 12).

Essa percepção reforça a ideia de que os indivíduos colocam-se no centro da arena social. Já em outros períodos históricos, a tradição e o conservadorismo eram tidos como regra e, nesse ciclo, residia a leitura do que era tido como privado. Somente na direção oposta se esboçava o que era tido como público. Nesse contexto, fica perceptível que, a cada época, havia

> [...] um encontro entre dois movimentos relativamente diferentes: um a favor da liberdade individual, portanto, de uma certa capacidade para mostrar publicamente aquilo que se é, e um movimento democrático, que favorecia também a ideia de publicidade contra o secreto e o proibido. Foi valorizado, de ambos os lados, o que era ‘”público”. (WOLTON, 2004, p. 513).

A partir disso, a dicotomia existente entre público e privado, que evidenciam-se nas novas tecnologias do mundo atual. Nesse aspecto, pode-se fazer alguns apontamentos entre o conceito de esfera pública e o conceito de inteligência coletiva de Lévy (2003). No sentido acionado, suscitam os seguintes questionamentos:

a) De que modo a inteligência coletiva pode operar no ciberespaço à medida que os indivíduos tendem a operar em um espaço dito público, mas que, de modo velado, privatizam-se?

b) Como os indivíduos podem interligar-se e gerar conhecimento aberto a todos ao ter em vista que cada um deles tende a criar grupos e a escolher com que compartilha suas informações?

c) Se, no ciberespaço, há tensionamento entre público e privado, como esperar que o coletivo seja organizado, inteligente e, propriamente, disponível a todos no ciberespaço?

Com amparo nessas definições, afirmativas e questionamentos, pode-se partir para mais um dos desdobramentos decorrentes da esfera pública: a opinião pública. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997), o termo é discutível

> [...] com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos. Enquanto "pública", isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria antes falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistemocracia. A Opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser *doxa* e não *episteme*; mas, na medida em que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997, p. 842).

Habermas (2003, p. 110), apesar do tom mais cronológico, mostra sintonia com os autores e acrescenta o sentido referente à “reputação, a consideração, aquilo que se coloca na opinião dos outros”. A opinião pública parte, em tese, do debate público e da opinião dos diferentes públicos e, a partir disso, reforça a mediação entre Estado e sociedade para com essa opinião.

Correia (1998, p. 21) também pincela, em linhas gerais, a relevância desse estudo, afirmando que a esfera pública moderna concebe esse “aparecimento de uma publicidade crítica, entendida como a publicitação, com vista ao debate, das decisões do poder, a fim de que a legitimidade de tais decisões fosse obtida no tribunal da opinião pública”. Esse conceito implica questões de publicização e política à medida que a opinião dos públicos molda-se nesse contexto.

Nesse sentido, a opinião pública, sendo a opinião dos públicos, revela a faceta de sua inexistência. Em artigo, o sociólogo Bourdieu[49] conduz para esse panorama de inflexão. Ele relata que, muitas vezes, é exigida de alguém uma opinião que não se tem sobre determinado assunto. Com essa asserção, estabelece um paralelo com a contemporaneidade de modo que, em tempos de rede, os

[49] PIERRE BOURDIEU. **A opinião pública não existe.** Noroit, 1973. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1464421/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

agentes sociais precisam, obrigatoriamente, comentar e compartilhar todo tipo de conteúdo. A opinião tornou-se ferramenta de publicização social. Não há mais uma propriedade sólida ao falar. Esse aspecto também elucida a era da pós-verdade, que será vista posteriormente.

Habermas (2013) esclarece que a publicidade pode ser vista no exercício do poder político e social normativamente exigida, mas pode, também, figurar como uma instância receptora quando difundida de modo demonstrativo e manipulativo. Ambas são vistas no ambiente da esfera social, tendo a opinião pública como destinatário-comum. Nesse sentido, devem-se considerar os movimentos coletivos de opinião. Nesse caminho de descoberta,

> [...] é considerado 'pública' a opinião de um grupo quando ela subjetivamente se impôs como a opinião dominante: o membro individual do grupo tem uma (provavelmente errônea) concepção quanto à importância da sua opinião e do seu comportamento, ou seja, de quantos dos demais grupos, e quais deles, partilham ou rejeitam o hábito ou a perspectiva por ele defendida. (HABERMAS, 2013, p. 280-281).

Por esse viés, a opinião pública se refere não apenas à opinião da maioria em contraposição à opinião individual, mas evidencia a subjetividade inerente ao ser humano. Com isso, o individualismo começa a pincelar novos contornos no que tange ao estudo de esfera pública. Nessa conjuntura, talvez se possa traçar mais uma relação entre o conceito de opinião pública e o conceito de pós-verdade, na medida em que a opinião pública está enlaçada à visão comum de pelo menos determinado grupo de sujeitos a respeito de algo, enquanto o termo pós-verdade sinaliza para a possibilidade de convivência de diversas versões sobre um mesmo fato, ou seja, contempla prioritariamente o individualismo.

5 INDIVIDUALISMO

“Posso viver sem a grande maioria das pessoas. Elas não me completam, me esvaziam.”

Charles Bukowski

A sociedade, ao longo de sua trajetória, transitou por diversas transformações que modificaram a forma com que os indivíduos encaram sua própria identidade e maneira de conviver. Ao partir do pressuposto da modernidade, é possível perceber que padrões foram sendo modificados até chegar à contemporaneidade. Os indivíduos, como visto nos capítulos anteriores, após o desencadeamento de revoluções e de uma esfera pública cada vez mais instável, vivenciam novos paradigmas sociais. Nesse sentido, o individualismo caracteriza-se como um ponto de inflexão frente aos problemas sociais no contexto coletivo.

No sentido de compreender esse fenômeno social de individualização do ser humano em meio aos processos tecnológicos na contemporaneidade, é preciso remontar ao passado, de modo a perceber o desencadear de todo esse movimento. Ao passo que a sociedade possui uma tecnologia cada vez mais presente e de fácil acesso, aparentemente, houve um processo de esfriamento das relações. A mecanicidade da tecnologia transferiu-se para a mecanicidade dos indivíduos no coletivo. Com a emergência do ciberespaço, afasta-se a proximidade física e volta-se à proximidade em rede.

Para Bauman (2001, p. 40), o processo de individualização basicamente “consiste em transformar a ‘identidade’ humana de um ‘dado’ em uma ‘tarefa’ e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização”. Ainda segundo o autor, os seres humanos não mais nascem em suas identidades. Nesse sentido, pode-se dizer que há um processo de mutação que ocorre no ambiente contemporâneo.

Segundo Sennett (2014), a vida pública no espaço da contemporaneidade não passa de mera obrigação formal. Nesse contexto, os indivíduos convivem em sociedade como uma espécie de protocolo a ser seguido. Em continuidade, a indiferença frente às problemáticas sociais começa a ganhar novos contornos na medida em que a sociedade incita à espetacularização (DEBORD, 1997). Com isso, a midiatização torna-se cena principal, tensionando os agentes sociais a uma vida privada e a uma coparticipação no seio coletivo.

Com o intuito de desvendar esse *imbróglio* que emerge da sociedade em tempo de instabilidade, é importante fazer uma distinção entre modernidade e pós-modernidade, de forma a elucidar os dois contextos e os modos como essa transição é percebida em tempos em que outra conceituação — que será abordada no próximo capítulo — começa a ser delineada: pós-verdade. Nesse sentido, busca-se perceber se há, de fato, uma herança dos períodos históricos passados que auxilie na compreensão da atual conjuntura da sociedade e seus indivíduos, que beiram a uma espécie de isolamento voluntário.

Contudo, a conceituação parte sem ater-se aos termos propriamente postos. Esteves (2003) alerta para a nomenclatura de cada período histórico — modernidade/pós-modernidade, dentre outras recorrentes. O autor esclarece que

> ao longo de toda a história do pensamento social, a classificação das sociedades tem suscitado candentes debates mas nem sempre com resultados muito significativos em termos de conhecimento — as aquarelas em torno da catalogação suplantam com frequência um esforço efectivo de discussão e conhecimento dos problemas sociais. (ESTEVES, 2003, p. 113).

Com essa asserção, pode-se partir da premissa de que a tarefa propriamente de definição não é o complemento necessário para a compreensão dos cenários sociais. A validade está no conteúdo e nas nuances que ambientam o contexto social. Com isso, retoma-se Gadamer (2011), quando reflete que é importante o teor histórico e contextual — deixar que o texto fale por si. Nesse sentido, a validação das ideias ocorre nas proposições e elucidações de sentido e contextos de cada época. A modernidade e pós-modernidade, dentre outras conceitos decorrentes, servem apenas para tipificar períodos segundo autores propostos.

5.1 PRECEITOS MODERNOS

Para compreender o desenvolvimento da sociedade contemporânea, é importante fazer uma retomada de algumas conceituações e seus desdobramentos. Nesse intuito, pode-se estabelecer o período da modernidade como um ponto inicial para reflexão. De modo cronológico, a modernidade[50] decorre do final do século XVIII até a metade do século XX. Nesse período, há um rompimento do passado, atendo-se a novos princípios.

À época, segundo Kumar (1997, p. 88), insistia-se na concepção "de que decadência e degeneração eram partes tão integrantes da história humana como o crescimento e o progresso". De acordo com o autor, todos os aspectos culturais, científicos e artísticos progrediam somente pela influência moral e espiritual. Parte-se, portanto, de uma conjectura de ideias cristãs e clássicas para uma outra esfera de rompimentos e descobertas. Nesse contexto, é recorrente a indexação do período com a eclosão e desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, como experiência histórica, pode-se dizer que

> [...] a modernidade não é apenas a realização ou consumação da cultura e da sociedade modernas, mas também, de maneira paradoxal, um corte, uma descontinuidade, em relação a elas. Há uma transformação radical nos modos de vida e de organização social sobre o período que incide, instituindo um novo *ethos* cultural capaz de gerar amplas e significativas mudanças em níveis bastante amplos, do geográfico ao sensível. (GRUNER, 2019, p. 37).

Com essa premissa, a modernidade traz uma ruptura no modo como o ser humano vivencia seu cotidiano. O período situa-se, ainda segundo Gruner (2019, p. 38), "como um verdadeiro redemoinho de mudanças intelectuais, sensíveis, físicas, tecnológicas, econômicas e políticas". Nesse sentido, a esfera social esbarra em novos paradigmas e transformações em todas as áreas que ladeiam os indivíduos.

[50] Importante lembrar que há uma distinção do que compreende-se por Era Moderna e modernidade. A Era Moderna marca uma experiência histórica e temporal voltada ao longo dos séculos XVI e XVII, caracterizada por um processo de racional e secular do mundo (GRUNER, 2019). Pode-se dizer que a modernidade decorre como um aprofundamento desse período. De igual modo, modernidade não é o mesmo que modernismo, apesar da confusão entre alguns autores. De acordo com Kumar (1997) houve um confronto da ideia de modernidade para com o modernismo. "O modernismo simultaneamente afirmava e negava a modernidade, mas dava continuidade a seus princípios e desafiava-a em seu próprio núcleo" (KUMAR, 1997, p. 96).

O período traz rupturas de modo que os indivíduos passam a ter uma percepção mais flexível e, de certo modo, voltada aos seus anseios.

No intuito de sintetizar esse período, vale a definição de Kumar (1997), que mostra que, com o século XVIII, houve um descolamento de uma sociedade mais centrada e moralista, para uma sociedade voltada para novos rumos. Utiliza-se com frequência o termo radicalização para situar essa época. O autor sintetiza que

> as divisões, então convencionadas, de Antiga, Medieval e Moderna foram elevadas à categoria de “estágios” da história mundial e estes, por sua vez, aplicados a um modelo evolucionário ao estágio mais recente, o moderno. Os tempos modernos finalmente ganhavam vida. Não eram mais considerados simples cópias inferiores de tempos mais antigos, mais gloriosos; nem, também, apenas o último estágio de uma existência humana empobrecida que, ainda bem, acabaria com a história humana sobre a terra. Ao contrário, modernidade significava rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípio radicalmente novos. (KUMAR, 1997, p. 91).

Nesse sentido, percebe-se, ainda com Kumar (1997) e com Gruner (2019) que, até o século XIX, houve uma modificação nos padrões da sociedade. No período da modernidade houve, de fato, uma descentralização tanto de referências quanto de identidades. O que, antes, era fixo e familiar, tornou-se mais flexível, em busca de novas explicações. O ser humano, em tese, propôs-se a fazer mais reflexões acerca de si e do mundo que o cerca. Kumar (1997) afirma que o passado carece de formas de sentido, não ensina mais o indivíduo pelo exemplo. Esse panorama de rompimento e inflexão é o gerado pela chamada modernidade.

Um dos períodos que marcam um certo tensionamento e ambivalência da modernidade, é o que entende-se por modernismo. Essa fase contribuiu para movimentos nas esferas artística e literária, no final do século XIX e início do século XX. Kumar (1997, p. 104) esclarece que “a modernização — ou seja, os processos sociais e econômicos da modernidade — deu, desde o início, origem ao modernismo, ou seja, à crítica cultural da modernidade”. Nesse sentido, o modernismo vem com a função de afastar-se propriamente da racionalidade e voltar-se mais ao aspecto da sensibilidade do ser. Nessa composição de ideais e mudanças no contexto social

> a modernidade, que fora definida como um “rompimento com a tradição”, tornou-se em si uma tradição, a “tradição do novo”. Sob a força do modernismo, a modernidade veio a tornar-se nada mais do que inovação sem fim: mudanças intermináveis de estilo, ciclos intermináveis de modas. (KUMAR, 1997, p. 111).

Nesse período, segundo Lipovetsky (2000, p. 83, tradução nossa), “o modernismo não é somente uma rebelião contra si mesmo é, ao mesmo tempo, uma revolução contra todas as normas e valores da sociedade burguesa”[51]. A necessidade de expressar uma nova conduta torna-se mais evidente. Ao passo que ocorria uma espécie de libertação e de posicionamento contra o sistema vigente — o capitalismo — as formas de expressão denotavam cada vez mais particularidades. Com esse panorama, Lipovetsky (2000) acrescenta que

> O modernismo somente pode aparecer graças a uma lógica social e ideológica tão flexível que permitiu a produção de contrastes, divergências e antinomias. Já foi sugerido: é a revolução individualista pela qual, pela primeira vez na história, o ser individual, como qualquer outro, é percebido e percebido como o objetivo final, é concebido isoladamente e conquista o direito à livre disposição de si mesmo, que constitui o fermento do modernismo. (LIPOVETSKY, 2000, p. 93, tradução nossa)[52].

Com esse panorama, o autor adentra em uma seara que começa a desenhar-se nesse período: a individualidade. Cercado de mudanças e rompimentos socioculturais, o homem moderno afasta-se da ideia propriamente privada e tende a buscar formas de emancipação. Bauman (2001, p. 24) observa que “sentimo-nos livres na medida em que a imaginação não vai mais longe que nossos desejos e que nem uma nem os outros ultrapassam nossa capacidade de agir”. Esse panorama elucida a ideia de liberdade cada vez mais perceptível ao passo que adentra-se em outro contexto que se chama pós-modernidade.

---

[51] **Do original:** “El modernismo no sólo es rebelión contra si mismo, es a la vez revolución contra todas las normas y valores de la sociedad burguesa” (LIPOVETSKY, 2000, p. 83).

[52] **Do original:** “El modernismo sólo pude aparecer gracias a una lógica social e ideológica tan flexible que permitió la producción de contrastes, divergencias y antinomias. Ya se ha sugerido: es la revolución individualista por la que, por primera vez en la historia, el ser individual, igual a cualquier otro, es percibido y se percibe como fin último, se concibe aisladamente y conquista el derecho a la libre disposición de uno mismo, la que constituye el fermento del modernismo” (LIPOVETSKY, 2000, p. 93).

5.2 INDIVIDUALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Após ater-se alguns aspectos relevantes ao longo do período da modernidade, chega-se ao que pode ser chamado de período pós-moderno, ou a pós-modernidade[53], que decorre do final do século XX até a atualidade. Esse contexto abarca um novo conjunto de reflexões e inflexões na esfera social e do próprio indivíduo. Esse cenário pode ser compreendido pelo aspecto

> [...] essencialmente cibernético-informático e informacional. Nele, expandem-se cada vez mais os estudo e as pesquisas sobre a linguagem, com o objetivo de conhecer a mecânica da sua produção e de estabelecer compatibilidades entre linguagem e máquina informática. Incrementam-se também os estudos sobre a "inteligência artificial" e o esforço sistemático no sentido de conhecer a estrutura e o funcionamento do cérebro bem como o mecanismo da vida. (LYOTARD, 2002, não paginado).

Nesse sentido, a organização de vida dos agentes sociais atravessa para um novo estágio. Kumar (1997, p. 132) esclarece que "a vida política, econômica e cultural é agora [na pós-modernidade] muito influenciada por fatos que ocorrem no nível global". Sob essa perspectiva, a sociedade começa a sentir os efeitos da globalização[54]. Entretanto, percebe-se um movimento em que os indivíduos voltam-se mais aos aspectos locais do que aos globais. O autor observa que há uma redescoberta das identidades, tradições e histórias locais. Nesse sentido, os indivíduos refletem mais sobre si do que sobre o mundo em sociedade.

Bauman (2001) afirma que a sociedade contemporânea abriu espaço a uma nova crítica, de modo a acomodá-la e torná-la imune às suas consequências. Decorre desse aspecto uma nova percepção da esfera pública e da conjuntura social. Nesse sentido, o autor traça um paralelo entre a modernidade e a pós-modernidade.

> A sociedade que entra no século XXI não é menos "moderna" que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas

[53] Também denominada por alguns autores de contemporaneidade ou capitalismo tardio.

[54] Processo de interdependência econômica, de fluxo de bens e serviços, cultural, informacional e tecnológico. Trata-se, como mesmo enuncia, de um movimento global.

> históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização*; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de "limpar o lugar" em nome de um "novo e aperfeiçoado" projeto; de "desmantelar", "cortar", "defasar", "reunir" ou "reduzir", tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro — em nome da produtividade ou da competitividade). (BAUMAN, 2001, p. 36).

Ao passo que a sociedade caminha para uma evolução, de certo modo, da vida social, percebem-se aspectos da individualização, que começam a desenhar-se na esfera pública. Segundo Bauman (2001), esse período trata de uma reformulação e renegociação dos indivíduos para com a rede, que é a sociedade. Ambos — indivíduo e sociedade — movimentam-se: não permanecem estáticos. Com isso,

> [...] o significado da "individualização" muda, assumindo sempre novas formas — à medida que os resultados acumulados de sua história passada solapam as regras herdadas, estabelecem novos preceitos comportamentais e fazem surgir novos prêmios no jogo. A "individualização" agora significa uma coisa muito diferente do que significava há cem anos e do que implicava nos primeiros tempos da era moderna — os tempos da exaltada "emancipação" do homem da trama estreita da dependência, da vigilância e da imposição comunitárias. (BAUMAN, 2001, p. 39).

Nesse panorama, o indivíduo em sociedade vai contornando novos paradigmas e vive em uma espécie de estado fluido e líquido. Bauman (2001) traça esse conceito como uma metáfora[55]. O autor trata das relações humanas em sociedade de modo que o indivíduo vive em um estado de instabilidade. Nessa perspectiva filosófica, "o derretimento dos sólidos levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais" (BAUMAN, 2001, p. 10).

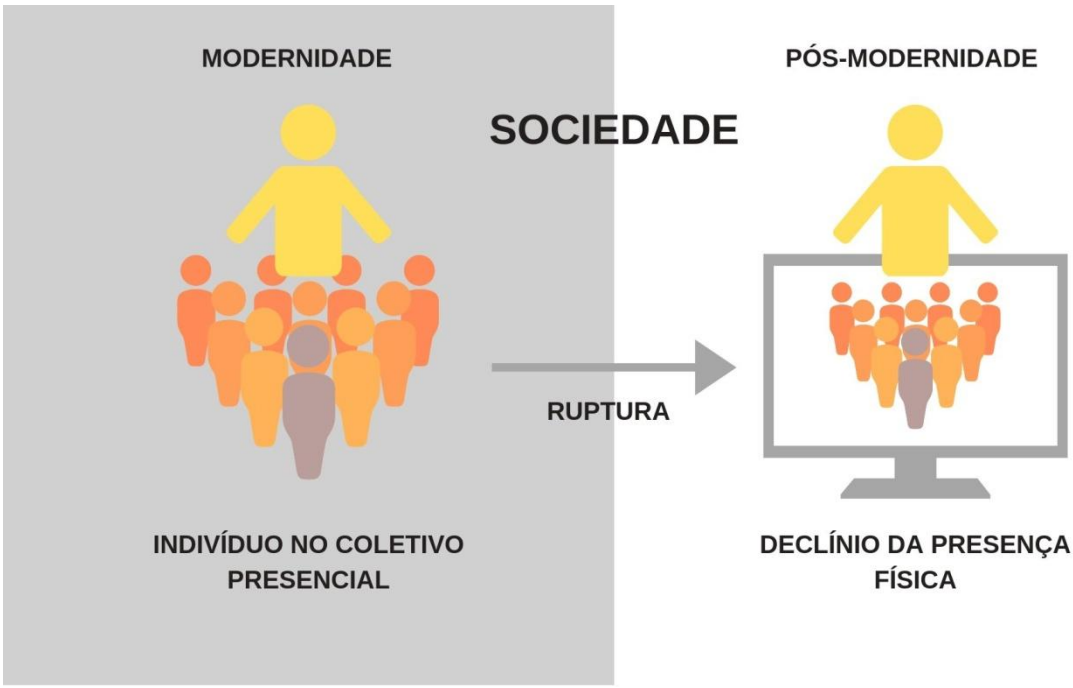
Na vida do indivíduo social, começam a estremecer as relações e a interação entre os indivíduos. Sennett (2014) é quem traz o conceito de declínio do homem público. O autor alerta para uma certa bipolaridade e esfriamento de relações na cena pública do indivíduo. Nesse contexto,

[55] Bauman (2001), metaforicamente, trata dos fluidos, líquidos e sólidos, em uma perspectiva social do indivíduo. Segundo o autor, os fluidos não se atêm a qualquer forma, são propensos à mudança e não prendem-se ao tempo. Já os sólidos não mantêm sua forma com facilidade e tendem a suprimir e ignorar o tempo. Em contrapartida, os líquidos não mantêm sua forma facilmente e o tempo é um fator importante. A cronologia da modernidade e sua recorrência seriam, portanto, um processo de liquefação e fluidez.

> o mundo dos sentimentos íntimos perde sua fronteiras; não se acham mais refreado por um mundo público onde as pessoas fazem um investimento alternativo e balanceado de si mesmas. A erosão de uma vida pública forte deforma, assim, as relações íntimas que prendem o interesse sincero das pessoas. (SENNETT, 2004, p. 11).

Nesse sentido, cerca-se o capitalismo como um dos fatores para que tais conclusões da vida contemporânea sejam da forma que estão estabelecidas. Ao passo que o indivíduo precisa adequar-se ao sistema, por certo torna-se refém dele. Nesse sentido, pode-se elencar uma abrupta mudança, que inclui a esfera tecnológica. O rastro da modernidade para com a pós-modernidade desenvolve uma ruptura, de modo que os indivíduos estão cada vez mais presentes na cena de representação. Baudrillard (1991) responde a esses questionamentos como a simulação de uma realidade: simulacros que tendem a discutir a relação para com o ambiente que vivem.

Figura 14 – Transição e rupturas da dinâmica social



Fonte: Criação do autor (2019).

Pode-se, de certo modo, trazer a virtualização de Lévy (1996) como aspecto a ser considerado nesse período. Nessa conjuntura, o indivíduo figura como uma potência de modo que atualiza seus parâmetros e vislumbra novas configurações da

sociedade. Esta, por sua vez, voltada aos seus próprios anseios, descentralizada e, de certo modo, irracional. Ao atentar para a Figura 14, pode-se visualizar essa mudança da dinâmica social. O seio coletivo presencial sendo superado pela telepresença. Esse declínio parte de um suporte conhecido pela grande maioria: a rede de conexões chamada Internet.

Os meios tecnológicos incidem como um ponto de inflexão para com a dinâmica social na contemporaneidade. As formas de operação da sociedade ganham novos contornos e afastam o indivíduo de uma unificação da sociedade. Jameson (1995) destaca que

> a tecnologia da sociedade contemporânea é, portanto, hipnótica e fascinante, não tanto em si mesma, mas porque nos oferece uma forma de representar nosso entendimento de uma rede de poder e de controle que é ainda mais difícil de ser compreendida por nossas mentes e por nossa imaginação, a saber, toda a nova rede global descentrada do terceiro estágio do capital. (JAMESON, 1995, p. 64).

Na medida em que a sociedade avança, parece que o poder vai sendo distribuído em pequenas doses no ciberespaço. É uma espécie de capitalismo fatiado que ocorre na rede. Ao ponto da instabilidade pós-moderna, a tensão nas relações, a barganha, o medo, os laços temporais e a condição do indivíduo vão sendo modificadas. É um espaço sombrio que se reverte em dissimulação (KEYES, 2018) velada, inverdades românticas. Atendo-se a Jameson (1995) volta-se, ainda, a uma ideia de esquizofrenia. Essa condição de ruptura de identidade e de novas conceituações, que também podem ser cadeadas à era do vazio denotada por Lipovetsky (2000).

No panorama apresentado, pode-se questionar o conceito de inteligência coletiva, em alguns aspectos:

a) com a liquidez das relações, com Bauman (2001), como lidar com a coletividade, supostamente, fluida em suas relações e redes de interação para com os demais?

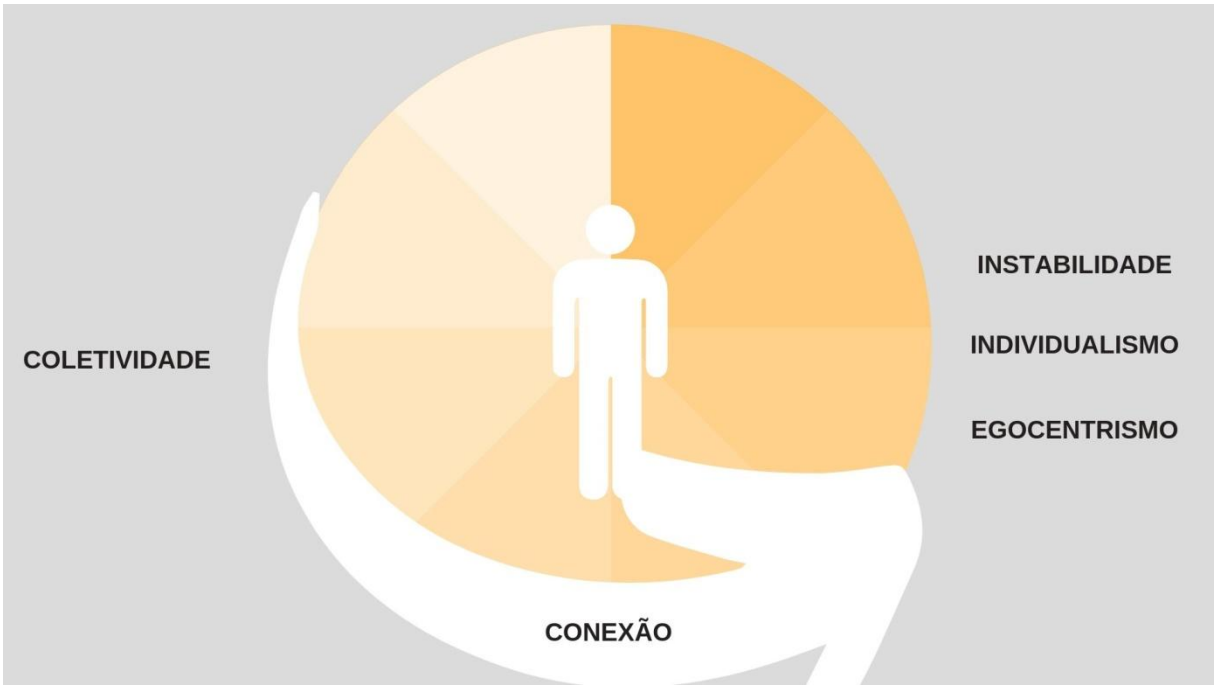
b) com o esforço do indivíduo avançar na direção das tecnologias, à luz de Lyotard (2002), a inteligência racional deste será modificada pela inteligência de dados? Como a inteligência coletiva pode emergir nesse contexto?

c) ao passo que há um desinteresse pela esfera pública, assim como elucida Lipovetsky (2000) e há certo esfriamento das relações, segundo Sennett (2004), como a inteligência poderá ser amplamente compartilhada e valorizada?

d) no sentido de instabilidade social do mundo contemporâneo, a ausência física substituída pela rede pode garantir uma relação saudável e inteligente?

Esse contexto de inflexão e reflexão, e ao ater-se ao que enuncia a Figura 15, é um importante prenúncio do que o próximo capítulo pretende abordar. O possível tensionamento que marca uma nova tendência: a da pós-verdade. Nesse panorama, o indivíduo incide em um novo contexto de perguntas às suas problematizações. Parte-se de uma ideia de pós-modernismo para uma concepção de pós-verdade. A ideia do coletivo para o individual em uma subjetividade exacerbada.

Figura 15 – Possível rota do individualismo no contexto de rede



Fonte: Criação do autor (2019).

6 TEMPOS DE PÓS-VERDADE

"Sempre acabamos adquirindo
o rosto das nossas verdades."

Albert Camus

No sentido de perceber as especificidades de um mundo digital que vive em constantes transformações e, em certa altura, de conflitos, uma nova conceituação paradigmática se apresenta: a pós-verdade. O recorte para o embasamento desse termo ocorreu a partir da conceituação do dicionário Oxford[56], que elegeu o termo como palavra do ano em 2016. Apesar de o termo não ser nenhuma novidade — tendo sua primeira aparição em meados dos anos 1990 —, aponta para uma reflexão do ambiente da pós-modernidade: de instabilidade, de caos e de rápida penetração no falseamento de informação no ciberespaço.

Em linhas gerais, o dicionário esclarece como pós-verdade, "aquilo que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal"[57]. Nesse sentido, a postura do indivíduo no sentido de receber informação é pautada mais pela própria subjetividade do que pelo teor factual em si. Essa denotação elucida certo afastamento da ideia de verdade como única e intocável, tornando-a multifacetada, adversa à possibilidade de obter apenas uma resposta.

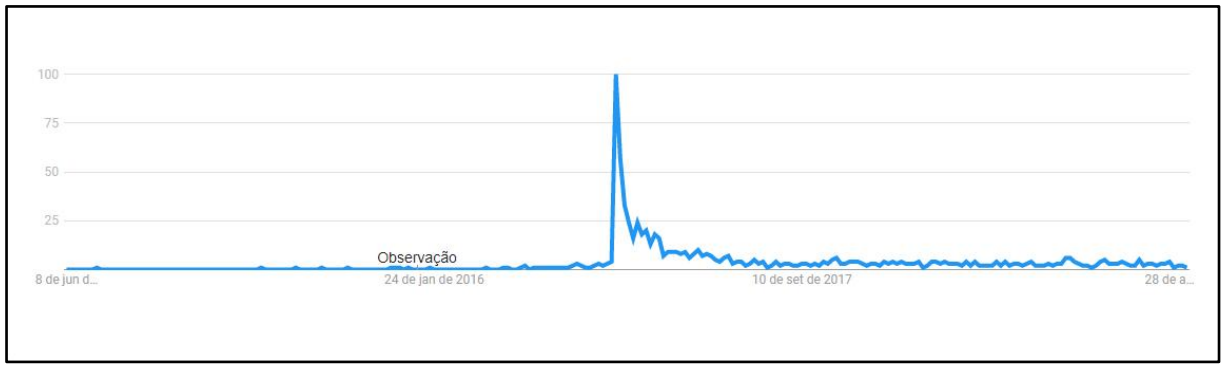
Ao analisar a Figura 16, pode-se obter o crescimento de busca pelo termo na Internet, nos últimos cinco anos. Percebe-se uma exponencial procura no ano de 2016. Isso se deve, principalmente, em decorrência das eleições presidenciais americanas do mesmo ano, na qual outro termo tornou-se famoso por causa de sua rápida proliferação: as *fake news*. Diversos autores referem-nas como um forte indício de pós-verdade, ao ter em vista que as informações veiculadas pelos

[56] OXFORD LIVING DICTIONARIES (Org.). **Post-truth.** Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/us/post-truth>. Acesso em: 03 jun. 2019.

[57] **Do original:** "Relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief".

candidatos eram pautadas de modo a adotar um apelo pessoal e, muitas vezes, sem fundamento. Isso levava a opinião pública a crer nos fatos, não importando se eram verdadeiros ou não.

Figura 16 – Interesse pelo termo “pós-verdade” nos últimos cinco anos



Fonte: Reprodução do Google *Trends*.[58]

Nesse ponto, é importante lembrar que os termos, apesar de serem, até certa altura, correlatos, possuem sentidos diferentes. As *fake news*, segundo Diogo Rais (2017), do Portal Mackenzie[59], são notícias falsas, mas que aparentam serem, de fato, verdadeiras. É uma espécie de mentira revestida, que faz uso de artifícios que conjecturam uma aparência verídica. Já a pós-verdade, de acordo com Gabriel Priolli (2017), em artigo para a Carta Capital[60], diz respeito à indiferença frente às questões e, não, propriamente, a um “culto” à mentira — apesar de outras correntes afirmarem ser, o termo, obra da mentira. É a legitimação dos fatos em decorrência de fatores subjetivos inerentes a cada indivíduo. O jornalista José Antonio Zarzalejos (2017, p. 12) complementa ao afirmar que “a pós-verdade consiste na relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emotivo”.

[58] GOOGLE TRENDS (Org.). **Post-truth.** Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=today%205-y&q=post-truth>. Acesso em: 03 jun. 2019.

[59] DIOGO RAIS. Portal Mackenzie. **O que é "Fake News".** 2017. Disponível em: <http://portal.mackenzie.br/fakenews/noticias/arquivo/artigo/o-que-e-fake-news/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

[60] GABRIEL PRIOLLI. Carta Capital. **A era da pós-verdade.** 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade>. Acesso em: 17 jul. 2018.

Voltando-se ao Brasil, em artigo para o *site* Observatório da Imprensa[61], Castilho (2016) elenca a Operação Lava Jato[62] como um dos casos – e que pode servir de exemplo - em que a percepção de todo o desenrolar dos fatos é dada em tom não somente objetivo. Ele explica que há, de certo modo, um movimento de convicções subjetivas, pelo qual as evidências e provas acabam em segundo plano, ou seja, prioriza-se, em algum aspecto, o fator das crenças individuais. A pós-verdade, ainda segundo o autor, é decorrente de um processo da avalanche de informação geradas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Álex Grijelmo (2017), do *El Pais*[63]*,* situa algumas coordenadas para a sustentação das afirmações – sejam verdadeiras ou falsas – na dita era da pós-verdade. A primeira se caracteriza como a insinuação, ou seja, sugerir dados, induzindo o leitor a uma ligação. A segunda se baseia na ótica de pressuposição e subentendido, os quais se firmam na ideia de oferecer algo sem nenhum questionamento, supondo verossimilhança ao receptor. Já o terceiro ponto refere-se à falta de contexto, evidenciando que esta, por sua vez, pode manipular os fatos. E o quarto ponto, reside na inversão da relevância. Segundo o autor, nem sempre os sujeitos sociais dispõem de fatos relevantes e, por isso, se prendem a aspectos secundários para atacar seus adversários. Nesse sentido, o subjetivismo se torna objetivo e, com isso, relevante.

A ideia de pós-verdade também acaba se prendendo ao que muitos têm chamado de bolhas virtuais, termo cunhado por Pariser (2012). Fabio Sasaki (2017), da Editora Abril[64], explica que o termo se refere ao fato de as pessoas estarem compartilhando apenas aquilo que confirme seu posicionamento e, com isso, afastando-se de opiniões divergentes. Nesse sentido, Prego (2017, p. 20) afirma que

---

[61] CARLOS CASTILHO. Observatório da Imprensa. **Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós-verdade.** 2016. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/apertem-os-cintos-estamos-entrando-na-era-da-pos-verdade/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

[62] Maior operação orquestrada pela Polícia Federal no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil.

[63] ÁLEX GRIJELMO. El País. **A arte de manipular multidões.** 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/22/opinion/1503395946_889112.html>. Acesso em: 03 jun. 2019.

[64] FABIO SASAKI. Guia do Estudante. **Resumo Atualidades: A era da pós-verdade.** 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/resumo-atualidades-a-era-da-pos-verdade/>. Acesso em: 17 jul. 2018

“a exposição a ideias contrárias à sua própria posição, [...] consideradas de interesse geral, não existe, porque ou estas ideias não aparecem na sua bolha ou são feitas para serem desacreditadas”.

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que as plataformas digitais têm se utilizado de algoritmos para a criação das chamadas bolhas virtuais. Percebe-se que alguns mecanismos são utilizados pelas redes sociais e têm contribuído para que os usuários recebam informações que reforçam o seu ponto de vista. Nesse sentido, Pariser (2012) atenta para o fato de que as empresas estão cada vez mais preocupadas em acumular dados de usuários da Internet e, de certa forma, “adaptar” a experiência no ambiente *on-line*.

Com isso, a rede vai transformando-se em espaço voltado aos interesses da indústria capitalista, que vai ganhando terreno e cada vez mais força. Esse viés confronta Lévy e sua teorização da inteligência coletiva no sentido de que integração de inteligências pouco parece importar quando o elo principal do ciberespaço, na contemporaneidade, é a tendência de grupos fechados e de gostos reclusos. Essa delimitação feita a partir de gigantes da indústria digital sugere um ciclo de eterno retorno: ao mesmo tempo que a informação circula pelo ciberespaço, ela limita-se à comunidades pré-concebidas e fechadas.

Parece importante lembrar, também, que, ao passo que a indústria vai se moldando no contexto digital, o sistema capitalista vai transformando o modo como os agentes sociais enxergam o ciberespaço. A incidência mercadológica possibilita uma visão quase mecanizada dos usuários. Nessa perspectiva, percebe-se que o indivíduo afasta-se de uma rede aberta para, talvez, um mercado aberto. O fator da humanização no ciberespaço existe, mas incide em variáveis no sentido de que o capitalismo tende a apropriar-se também desse espaço, ainda mais na contemporaneidade como visualizado nas amostras do Capítulo 3.

Nesse aspecto, a integração de Lévy não se valida à medida que o ciberespaço passa a ser visto como um elemento de produção e reprodução de condutas e, não mais, de integração e fortificação dos coletivos inteligentes. A pós-verdade vem para reafirmar que, apesar da objetividade do humano coexistir na rede, ela não se enquadra no grande palco da cena social digitalizada. Todos têm uma diretriz fomentada a partir de algoritmos que conectam-se a seus outros

semelhantes. Aproxima-se, portanto, de um panorama de inteligência restrita a poucos, ineficaz em sua abrangência e contrária às suposições de Lévy, nas quais abarca a toda a coletividade pré-estabelecida.

Na Figura 17, é possível visualizar a percepção da pós-verdade na rede. Em termos práticos, houve um descolamento do conceito de verdade, que propriamente alinha-se ao parâmetro subjetivo dos indivíduos. É uma espécie de verdade individual, pessoal, que tem potencial de se transferir aos demais. A charge clarifica uma suposta modificação paradigmática na era pós-moderna: ao passo que o homem tornou-se o centro, ele próprio vive as instabilidades e incertezas do ambiente contemporâneo. No entanto, pode-se pensar que utiliza da subjetividade para satisfazer seus anseios e buscar respostas moldadas a comportamentos iguais aos seus, levando-o a uma verdade ou, nesse novo contexto de inflexões: a uma pós-verdade.

Figura 17 – Charge em elucidação à pós-verdade

Fonte: Reprodução do site “Portal Vermelho”.[65]

[65] PORTAL VERMELHO. **A arte de manipular multidões.** Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/301599-1>. Acesso em: 03 jun. 2019.

6.1 O CONCEITO

A contemporaneidade tem sido cenário para diversos novos paradigmas sociais. A pós-verdade é o palco de um desses movimentos que tem contribuído para compreender um novo panorama de inflexões e, pode-se dizer, distinções desde a era moderna. Ao conceber alguns paralelos do conceito, parece oportuno pensar seu desmembramento. Afinal, o que seria propriamente a verdade em si? Em contrapartida, que traços desvelam a mentira? Face a esses dois questionamentos, pode-se compreender com mais propriedade o ambiente do ciberespaço.

Para Nietzsche (2007), uma das pistas para a aproximação, de ambos os termos, reside na linguagem. É nela que aparece, “pela primeira vez, o contraste entre verdade e mentira; o mentiroso serve-se das designações válidas, as palavras, para fazer o imaginário surgir como efetivo” (NIETZSCHE, 2007, p. 29). Com essa dissonância, percebe-se a incidência da linguagem como mediadora de relações e conflitos retidos no tensionamento: verdade *versus* mentira. Além disso, há de se considerar o aspecto metafórico dos termos, que residem no imaginário coletivo.

No sentido moral, o autor esclarece que a mentira é uma tarefa de hábito e que parte, por vezes, do inconsciente. A verdade, por sua vez, remete a uma elaboração ficcional e imaginativa do indivíduo. De modo a esclarecer essa percepção, o autor a define como:

> Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível [...]. (NIETZSCHE, 2007, p. 36-37).

Não distante desse panorama, Kuhn (2005) em seu debruçar paradigmático, explicita a verdade como algo incomensurável, tendo em vista a dificuldade em, propriamente, atingi-la. Nesse sentido, portanto, percebe-se a verdade como uma espécie de ente quase inacessível, mas que o indivíduo busca como ideal. Pode-se dizer que essa percepção amplifica-se na contemporaneidade e sugere pistas para a compreensão da sociedade. Enquanto os mecanismos tecnológicos avançam e os

meios de interação são aperfeiçoados, novos e desconhecidos caminhos são desatados. Nessa perspectiva, a pós-verdade conduz a um novo paradigma, à medida que há uma certa limitação na concepção da pós-modernidade para responder certos questionamentos.

Nessa conjuntura do conceito, atualiza-se, com vigor, a linha tênue existente entre a verdade e a mentira. Ao passo que a sociedade vai intensificando seus esforços para a criação e amplificação de novas tecnologias que contribuem para a conexão de indivíduos, nota-se um fator-chave: a dissimulação. Nesse sentido, Nietzsche (2017) afirma que essa é uma forma que o indivíduo encontra para preservar-se, principalmente aqueles que se acham o elo mais fraco. Em tempos de rede, essa perspectiva foi transposta para a tela — mudou de plataforma, mas permanece nos mesmos moldes.

Como a distância física propiciada a partir da Internet e a facilidade em se esconder por detrás das redes, a dissimulação tornou-se notória — adquiriu sua forma institucionalizada. Nesse sentido, mesmo sem ainda existir a ótica do ciberespaço, Nietzsche foi uma espécie de vaticinador. Com o advento das redes sociais, um dos pontos que não podem ser ignorados é a abrangência dos chamados perfis *fake*, ou perfis falsos, em diversos segmentos.

Em um levantamento do *Facebook*, mais de 1 bilhão de contas sem identidade foram bloqueadas[66]. Além de falso, esse tipo de perfil é responsável por espalhar grande parte de desinformações que circundam na rede. Não é a toa que o uso das redes para propagação desse tipo de perfil, quando causa dano moral a outras pessoas, pode ser enquadrado como crime. Embora, deva-se lembrar que, em linhas gerais, o perfil *fake* na Internet somente pode ser considerado crime quando baseado em pessoa real[67]. Essa perspectiva elimina a possibilidade de punição para aqueles que tão somente criam uma espécie de “personagem fictício” por detrás da rede.

---

[66] G1. **Facebook bloqueou mais de 1 bilhão de contas falsas, diz Mark Zuckerberg**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/09/13/facebook-bloqueou-mais-de-1-bilhao-de-contas-falsas-diz-mark-zuckerberg.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2019.

[67] UOL. **Criar fake na internet só é crime se for baseado em pessoa real**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/tecnologia/noticias/redacao/2019/04/14/criar-fake-na-internet-so-e-crime-se-for-baseado-em-pessoa-real.htm>. Acesso em: 09 jun. 2019.

Pontua-se aqui que esse panorama pode ser prejudicial no que refere ao tangenciamento das *fake news*. Se, de um lado, apenas os perfis que utilizam pessoas reais podem sofrer punição, como combater o rastro deixado pelas notícias falsas? Essa percepção decorre ao ter em vista que a proliferação de notícias falsas incide propriamente de “alguém que não existe”. Nesse sentido, torna-se importante a obtenção de leis mais rígidas que abarcam o direito digital e seus sentidos correlatos.

Essa configuração testifica a incessante dissimulação anunciada por Nietzsche (2007) e se aproxima de Keyes (2018), que também esclarece que os indivíduos estão cada vez mais desonestos e desconfiados. O autor declara que nesse novo formato social, o Google tornou-se verbo. Nesse sentido, afasta-se a ideia de vozes sociais audíveis e, de certo modo, adentra-se para o mundo das ideias no ciberespaço, onde o cérebro é a própria Internet. Com isso, a pós-verdade entra em um conflito inerente às concessões sentimentais e morais do ser humano. Ela nos permite à desonestidade sem o sentimento de culpa.

> Quando o nosso comportamento entra em conflito com os nossos valores, o que somos mais propensos a fazer é reconceber os nossos valores. Poucos de nós queremos pensar em nós mesmos como sendo antiéticos, muito menos admitir isso para os outros, de modo a desenvolvermos abordagens alternativas da moralidade. (KEYES, 2018, p. 20).

Essa afirmativa elucida o dado anterior referente às contas falsas no *Facebook*. A desonestidade que não prejudica diretamente a um determinado grupo de pessoas tende a não tornar-se mais um problema. Projetada no ciberespaço essa visão amplifica-se com notoriedade. Parece que o “jeitinho brasileiro” propagou-se para todos os cantos da conexão de redes existentes na atualidade. A problemática estende-se a todas as lacunas da sociedade. Keyes (2018, p. 196) aponta que “com tão poucos incentivos para ser honesto ou sanções contra a desonestidade, a cibernética é essencialmente uma zona isenta de ética”. Com isso, torna-se o ambiente propício para que a pós-verdade crie suas raízes.

Nesse sentido, o conceito de inteligência coletiva esbarra em alguns problemas-chave:

a) como utilizar de uma distribuição inteligente de conhecimentos haja vista a propagação de perfis falsos na Internet?

b) como lidar com a mentira no ciberespaço em uma época de aceleração de informação e de rápida absorção de informações falsas?

c) a possibilidade de manter uma conexão, segura e adequada a conhecimentos é possível ao amplificá-la a todo escopo coletivo no ciberespaço?

No panorama observado, a Internet torna-se parte de uma arena que abarca coletivos e que tensiona disputas. A desterritorialização proposta por Lévy falece ao ter em vista que o ciberespaço emancipa indivíduos mas não é, de todo, livre. A opinião e a crítica são isentas, mas não no contexto da conexão. Na contemporaneidade, como ilustrado no Capítulo 3, a rede não é algo disponível a todos. Com essa premissa, ela acaba por tornar-se restrita. O coletivo deixa de ser propriamente coletivo e mostra sua face privada.

Com isso, parece importante pensar que a dissimulação no ciberespaço é restrita a quem está no contexto digital. No entanto, expande para o mundo da vida ao ter em vista que toda a informação decorrente na rede torna-se, por vezes, ato público e expresso. Adentra-se, desse modo, em uma era de protestos conectados[68], que pautam-se do espaço virtual para sua validação. O que antes era apenas físico, esbarra na virtualidade e retorna em sua forma de esfera pública concreta. Afinal, as *fake news* não abrangem somente aos conectados, mas interferem nos não conectados à medida que os primeiros exercem influência para sobre os segundos.

Esse ambiente de dissimulação na coexistência do real, virtual e atual, também abordado por Lévy (2001), pode ser elucidado na simulação da realidade de Baudrillard (1991). Com mais propriedade, o sociólogo faz uma reflexão sobre o paralelo entre dissimulação e simulação. “Dissimular é fingir não ter o que se tem. Simular é fingir ter o que não se tem. O primeiro refere-se a uma presença, o segundo a uma ausência (BAUDRILLARD, 1991, p. 9)”. Nesse sentido, percebe-se

[68] ÉPOCA. **A era dos protestos conectados.** Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/era-dos-protestos-conectados.html>. Acesso em: 09 jun. 2019.

que, além da dissimulação, o ambiente contemporâneo pode ser concebido por meio de simulações, que nada mais são do que imitações existentes no mundo da vida.

> Logo fingir, ou dissimular, deixam intacto o princípio da realidade: a diferença continua a ser clara, está apenas disfarçada, enquanto que a simulação põe em causa a diferença do <<verdadeiro>> e do <<falso>>, do <<real>> e do <<imaginário>>. (BAUDRILLARD, 1991, p. 9-10).

Com essa conjuntura, o ciberespaço parte de uma dissimulação amplamente existente para uma percepção de simulação da realidade. Os agentes sociais debruçam-se naquilo que não possuem. Por esse viés, a Internet pode ser considerada um próprio espaço de simulação, por meio da qual o que é falso e verdadeiro parte de uma realidade, por vezes, subjetiva. Cada indivíduo formata seu ambiente e, a partir dele, faz inferências. Esse cenário valida o contexto da pós-verdade, no qual os agentes utilizam da subjetivação como aceno para confirmar uma verdade que, muitas vezes, não se tem.

Essa mesma realidade do ciberespaço acaba por tornar-se simulacro à medida que não sabe mais distinguir os dois lados existentes, no caso, verdade e mentira. Baudrillard (1991) fornece bases para essa concepção, que parte de um mundo de representações, onde os elementos nunca existiram e/ou não se tem mais uma realidade física. Essa ambiência de simulação e simulacro é o que ampara a hiper-realidade, adotada assim pelo autor. Os indivíduos são cercados de elementos que conduzem a essa percepção em seu cotidiano. O ciberespaço é um desses fatores ao elucidar um contexto, além de simulação, de atuação e representação dos conectados.

Nesse cenário, torna-se recorrente a presença da espetacularização. Debord (1997) esclarece que o espetáculo ocorre não pela própria imagem, mas pela relação entre os indivíduos que são mediadas pelas imagens. O autor afirma que o movimento do espetáculo ocorre de modo inverso ao mundo concreto: é a percepção do não-vivo. Esse panorama sugere as transformações, principalmente, de consumo no sistema social vigente. Pode-se elencar, portanto, as interações que ocorrem no ciberespaço, por exemplo. Cria-se um mundo de aparências, de representações imediatas, concebendo, por vezes, até formas de alienação social.

Ao aliar a perspectiva da pós-verdade que aparenta ser de dissimulações, mentiras, representações e espetáculos, à ótica do ciberespaço que é de aderência desses padrões na contemporaneidade, pode-se dizer que:

a) Os indivíduos em rede mascaram uma realidade quase mística de inverdades (ambiente simulado), que romantizam-se em verdade;

b) A hiper-realidade proporcionada no ciberespaço atualiza parâmetros para novas perspectivas de compreensão e interpretação de realidades paralelas à medida que os indivíduos aderem à realidade que melhor atende às suas exigências (bolhas virtuais);

c) A verdade e a mentira afastam-se de um ideal ético e moral, para tornarem-se mera qualidade, sem dolo;

d) Face a um ambiente de interação exposto a espetáculos, a suscetibilidade de propagação de *fake news* e sua fácil aderência, tornam-se notórias;

e) O cenário de troca de conhecimento esbarra na réplica de conhecimento, à proporção que o indivíduo tende a reproduzir informações de fontes diversas, sem conhecimento prévio;

f) Desconstrói-se a credibilidade propriamente objetiva para a operação no modo subjetivo, amplamente centrada nas aparências e necessidades de cada agente social.

O contexto de tempos da pós-verdade sugere uma transformação no eixo social ao expor novos caminhos. A onda social em que os sujeitos estão inseridos desemboca em uma espécie de pragmatismo individualista. O costume, o conjunto de regras e as bases sociais voltam-se para o amparo das particularidades em detrimento ao coletivo. Totalmente fora dos trilhos pensar em um inteligência coletiva quando, na verdade, o indivíduo pauta-se no “eu” em vez de “nós” e que precisa, além da verdade, da pós-verdade.

6.2 FENÔMENO DAS *FAKE NEWS*

Na tentativa de preencher um hiato importante para a compreensão dos tempos de pós-verdade, não há como fugir da abordagem das fake news, ou conhecidas, também, como notícias falsas. Embora o termo pareça introjetado na mente dos indivíduos e já tenham pré-concebido uma conceituação prática do termo, vale esclarecer que as *fake news* são

> [...] notícias, estórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras. Elas visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos. (SANTAELLA, 2018, p. 29).

Por mais que a síntese do termo não aparente novidade, Santaella (2018, p. 31) chama a atenção para o fato de que no ciberespaço "o verbo, a imagem e o som, quase sempre juntos, são agora criados, compartilhados, aceitos, comentados ou atacados e defendidos [...] por milhões de pessoas". Nesse sentido, multiplicam-se as formas como os indivíduos podem lidar com a informação propriamente dita. Em contrapartida, supostamente, pode-se pensar em maior vigilância quanto ao que está sendo compartilhado.

Para o site irlandês *WebWide*[69], a especialista em rede social Marina Chapman demarca alguns parâmetros da Internet que são prováveis geradores de *fake news*, tais como: *clickbait*[70], propagandas, sátiras/paródias, "jornalismo desleixado"[71], títulos enganosos/sensacionalistas, notícias tendenciosas. Nesse sentido, a informação perpassa a ótica de ser uma ferramenta que agrega valor para tornar-se um meio de prospecção de cliques e de disseminação de inverdades na rede. À medida que essas táticas consolidam-se no ciberespaço, constrói-se um ambiente poluído para a construção de saberes que sejam verídicos. Além disso,

[69] WEBWISE (Org.). **Explained: What is Fake News?** Disponível em: <https://www.webwise.ie/teachers/what-is-fake-news/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

[70] Do inglês, que significa caça-cliques. Geralmente são chamadas exageradas com conteúdo duvidoso, no intuito de gerar tráfego no site desejado.

[71] A autora refere-se aos jornalistas que não checam a informação ou não buscam fontes seguras para obtê-la.

quem perde credibilidade é o próprio jornalismo em si, que depara-se com essa seara de desinformação.

Em consequência desse novo panorama, formaram-se vários grupos e *sites* que ajudam a identificar informações falsas — são os chamados *fact-checking*[72]. No Brasil, a primeira agência dedicada a esse tipo de serviço é a Lupa, que faz a verificação de informações duvidosas que caem na rede, de modo a filtrar o que é factual e verdadeiro, daquilo que é falso. Essa necessidade vem abarcando cada vez mais os veículos de comunicação. O Grupo Globo, por exemplo, atua com o "Fato ou *Fake*", serviço que também checa conteúdo suspeito na Internet.

Para além de empresas hegemônicas de comunicação, o próprio *Facebook* precisou adaptar-se a essa nova realidade contra a propagação de *fake news*. No Brasil, a rede social conta com três parceiros atuantes: a Agência Lupa, já mencionada, o site Aos Fatos e o Estadão Verifica, pertencendo ao grupo do jornal O Estado de S. Paulo (Estadão), sendo esse o mais novo parceiro[73]. A contratação de empresas para esse tipo de serviço visa a minimizar o risco de proliferação de notícias falsas em seus respectivos ambientes, bem como auxiliar na construção de sua credibilidade.

No mesmo sentido, o *WhatsApp* limitou o encaminhamento de mensagens simultâneas, devido ao envio massivo de notícias falsas. A medida tem como objetivo focar no envio de mensagens privadas e, não mais, para um número massivo de pessoas[74]. Com essa afirmativa, percebe-se que as redes sociais sentiram o efeito da avalanche de informações falsas, de modo a prejudicar todo o mercado informacional do ciberespaço. Além disso, parte-se de uma ideia de mercado capitalista, já que empresas atuam como parte de modelo de negócio.

---

[72] Do inglês, em tradução literal, que significa "verificar os fatos".

[73] MEIO&MENSAGEM. **Estadão é o novo parceiro de checagem de notícias do Facebook.** Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/04/18/estadao-e-o-novo-parceiro-de-checagem-de-noticias-do-facebook.html>. Acesso em: 17 jun. 2019.

[74] O número de compartilhamento antes da medida do *WhatsApp* era de até 200 encaminhamentos de mensagem simultâneos. Após a nova imposição, o máximo permitido é de até cinco mensagens simultâneas.
TECHTUDO (Org.). **WhatsApp limita o encaminhamento de mensagens para cinco contatos.** Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/01/whatsapp-limita-o-encaminhamento-de-mensagens-para-cinco-contatos.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Nesse contexto de verificação de notícias, o site *WebWide*[75] aponta seis pontos simplificados para identificar as notícias falsas, são eles: olhar a notícia mais de perto, ir além do simples título, checar outras fontes, checar os fatos, olhar a informação sem ideias pré-concebidos no sentido de afetar a interpretação e, por último, verificar se o *site* não é apenas um propagador de sátiras. Nesse aspecto, um *site* conhecido no Brasil por tratar a informação em forma de sátira é o Sensacionalista[76]. Por essa ótica de checagem, pode-se evitar a incidência de cair em armadilhas e replicar conteúdo que seja falso e, muitas vezes, prejudicial para os indivíduos.

Ao transitar pela verificação de notícias falsas, um ponto que deve ser considerado é o modo como ocorre a manipulação de dados no ciberespaço. Ao passo que o acesso à informação torna-se mais prático e que as inferências, com o subjetivismo exposto, tornam-se mais claras, é possível visualizar certos padrões adotados na Internet. Com a manipulação da informação, os mecanismos de algoritmo criam verdadeiras bolhas virtuais. Esse termo, aliás, parte de Pariser (2012), que esclarece que as bolhas não afetam apenas o modo de ocultação de notícias — determinando o que é visto e o que é oculto — mas afetam o modo como se pensa a informação.

Nesse sentido, pode-se pensar na ideia de grupos fechados, verdadeiras tribos à luz de Mafesolli (1998), no sentido de que, ao restringir a informação, o sujeito é direcionado ao que ele é mais propenso a ser empático na rede. Isso contribui para a construção de grupos heterogêneos e que tendem a permanecer fixos em uma determinada ideia, reforçando a subjetividade e ausentando-se da multiplicidade de panoramas de reflexão. Com isso, as *fake news* tornam-se uma espécie de ponto de fuga para a propagação de conteúdo que seja visto, ouvido e compartilhado para o máximo de indivíduos possíveis na rede. Essa medida incide na contemplação da pós-verdade como uma dissimulação amplificada e aceita por boa parte dos agentes sociais.

---

[75] WEBWISE (Org.). **Explained: What is Fake News?** Disponível em: <https://www.webwise.ie/teachers/what-is-fake-news/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

[76] O slogan do site já faz um prenúncio de seu conteúdo: “isento de verdade”.

Dessa percepção das *fake news*, decorrem mais alguns pontos que formam uma linha tênue para o conceito de inteligência coletiva:

a) de que modo a multiplicidade de vozes será integrada se, de modo corriqueiro, há uma padronização de algoritmos que limitam o ciberespaço?

b) se boa parte dos agentes sociais prestam a desinformação, como criar um ambiente coletivo inteligente?

c) se o ambiente precisa da verificação de informações das agências de *fact-checking*, a inteligência do coletivo será mediada?

Com esses fatores elencados, pode-se dizer que as *fake news*, inseridas no contexto da pós-verdade, colocam em xeque o modo operacional do conceito de Lévy. Ao passo que a proliferação de notícias falsas é tida como uma realidade no ciberespaço, os agentes sociais precisam deixar de lado o impeditivo de creditar toda e qualquer informação e partir para a base de ação da dúvida. A dúvida é que pode propiciar um novo horizonte de significação e de maior fidedignidade no ciberespaço.

Contudo, as *fake news* transformam a ótica da sociedade da informação em uma sociedade voltada aos anseios de propagação da dissimulação e de inverdades subjetivas. Nesse cenário, a informação propriamente dita afasta-se de um ideal de verdade para tornar-se ferramenta de manobra das grandes massas. Exemplos disso não faltam: desde eleições presidenciais até mortes e linchamentos pela desinformação. Com isso, o fenômeno das notícias falsas tende a promover um movimento de espetáculo, amparado em Debord (1997), e que faz da passiva ingenuidade dos agentes um ponto para sua inserção e rápida proliferação.

7 A INTELIGÊNCIA É, DE FATO, COLETIVA?

“A inteligência é caracterizada
por uma incompreensão natural
da vida.”

Henri Bergson

Ao adentrar no ambiente teórico da inteligência coletiva, é notório recair sobre o conceito que é próprio do senso comum: inteligência e coletivo, unificados, tendem a obter o sentido de discernimento intelectual em sociedade que contempla a unidade. Nesse aspecto, pode-se até obter uma resposta fugaz e simplificada para o termo que não evidencia a gênese de um aspecto importante para sua conceituação: o ciberespaço. Lévy é quem conduz para esse novo panorama de inflexões.

Parece importante refletir sobre as linhas gerais da teoria para estabelecer outros paralelos. Segundo Lévy (2003, p. 28), o termo se refere a uma “inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Nesse sentido, a definição engloba grupos de pessoas, ou seja, a coletividade, já pré-anunciada no aspecto estrito da palavra. A abordagem do conceito parte do pressuposto da sociedade como agente que detém certo enriquecimento de competências.

O autor esboça ao menos quatro coordenadas principais para a compreensão do conceito. A primeira delas é a distribuição da inteligência. “Ninguém sabe tudo, todos sabem alguma coisa, todo o saber está na humanidade. Não existe nenhum reservatório transcendente, e o saber não é nada além do que o que as pessoas sabem” (LÉVY, 2003, p. 29). Em síntese, entende-se que todos os agentes sociais têm alguma contribuição para com a sociedade em que estão inseridos.

Em contraponto, a inteligência — no sentido teórico — se volta, também, para onde possa, aparentemente, não haver inteligência. O autor apoia-se no entendimento de que, em algum contexto, os indivíduos vão ter algum tipo de

inteligência. Nessa perspectiva, o conhecimento se traduz na compreensão em si. Essa categorização, em tese, deixa visível a percepção de que a inteligência está em toda parte, à medida que todos têm algo a distribuir/com quem contribuir.

Ligado a esse viés, o segundo ponto de partida é uma inteligência "incessantemente valorizada". O autor enuncia que o desprezo pela inteligência tornou-se notório na sociedade. Os agentes sociais, incutidos dessa lógica, estão desvalorizados e desacreditados intelectualmente. Com isso, as inteligências tendem a esvair-se — ou, pelo menos, o uso delas — com a preocupação da sociedade por certos fatores decorrentes do meio social.

> Numa época em que as pessoas se preocupam cada vez mais em evitar o desperdício econômico ou ecológico, parece que se dissipa alegremente o recurso mais precioso, a inteligência, recusando-se a levá-la em conta, desenvolvê-la e empregá-la. (LÉVY, 2003, p. 29).

Com essa asserção, o autor parte para um terceiro ponto, que liga a inteligência propriamente dita à era da informação. Lévy (2003) o denomina como uma coordenação de inteligências em tempo real. Com essa premissa, os sistemas de comunicação devem, supostamente, oferecer aos seus participantes meios de interação, conduzindo-os para um mapa dinâmico. Nessa conjuntura de novas possibilidades e de interação, adentra-se ao campo do ciberespaço, que "tornar-se-ia o espaço móvel das interações entre conhecimentos e conhecedores de coletivos inteligentes desterritorializados" (LÉVY, 2003, p. 29).

Nesse aspecto, pode-se retomar seu conceito de virtualidade, que não está situado em um ponto específico e nem depende de laço temporal. O virtual se pauta pela potência e suas atualizações. Com a emergência do ciberespaço e a inserção do conceito de inteligência coletiva, de certa forma, ocorre o mesmo. O ambiente — virtual e atual — propicia mecanismos de interação e abre margem para o conhecimento sem pré-determinação.

No quarto ponto, Lévy (2003) analisa o sentido das competências, de modo a chegar a uma mobilização estável dos coletivos. O autor afirma que é preciso reconhecer essas mesmas competências e, não apenas, considerar somente uma parte delas. Desse modo, ele esboça as formas de identificação dos indivíduos e os

mecanismos para a conservação, em certo aspecto, de uma alteridade cognitiva entre sujeitos sociais.

> Na era do conhecimento, deixar de reconhecer o outro em sua inteligência é recusar-lhe sua verdadeira identidade social, é alimentar seu ressentimento e sua hostilidade, sua humilhação, a frustração de onde surge a violência. Em contrapartida, quando valorizamos o outro de acordo com o leque variado de seus saberes, permitimos que se identifique de um modo novo e positivo, contribuímos para mobilizá-lo, para desenvolver nele sentimentos de reconhecimento que facilitarão, consequentemente, a implicação subjetiva de outras pessoas em projetos coletivos. (LÉVY, 2003, p. 30).

Nessa ótica, o conceito de Lévy (2003) pode ser encarado como um pontapé para a transformação do que se compreende por ciberespaço — ambiente no qual a inteligência coletiva, segundo o autor, torna-se efetiva. Nesse sentido, a onda da rede torna-se um legitimador da ação e se consolida como uma espécie de ente que integra os agentes sociais em suas individualidades. De igual modo, com suas particularidades expostas, eles distribuem e enriquecem as competências de modo compartilhado. Em síntese, essa é a teorização introdutória de Pierre Lévy.

Ao refletir sobre os aspectos iniciais do eixo fundante da teoria do autor, é possível fazer alguns apontamentos. Lévy esclarece teoricamente e discorre de forma filosófica sobre a inteligência coletiva, mas afasta-se de algumas percepções que decorrem do uso corrente do termo. Ao interligar indivíduos e construir um conhecimento coletivo e valorizado, ele desconsidera o fator de emissão/recepção daquilo que é ilusório, falso e/ou mentiroso. O uso subjetivista e a alteridade são elementos importantes na construção do ciberespaço. Porém, deve-se considerar que com eles consolidam-se, também, pontos de fuga, ou seja, nem todo o “conhecimento” gerado nesse cenário (rede) levará à positividade.

A conjuntura do ciberespaço deve ser vista como um espaço de tensionamento de ideias. Nesse aspecto, o conceito de Lévy torna-se quase profético. Em contrapartida, a proliferação de notícias falsas na Internet abre uma lacuna no que diz respeito à credibilidade não apenas da distribuição da informação e da produção desses conteúdos, mas de quem está por trás da tela. Keyes (2018) pondera que

> é bastante difícil avaliar a autenticidade de outra pessoa em carne e osso.

> Realizar essa tarefa on-line é quase impossível. Aí nós não só temos poucas pistas de credibilidade do que os outros estão dizendo como não temos sequer como saber se são mesmo quem dizem ser. (KEYES, 2018, p. 196).

Nessa perspectiva, em passos largos, a pós-verdade vai cercando o ciberespaço ou, pelo menos, mostrando dele uma outra face. Nesse contexto, o conceito toma proporções maiores, na medida em que não apenas legitima dados de cunho privado, mas também de cunho coletivo — amplamente social. As interpretações tornam-se cada vez mais subjetivas e apartam-se da objetividade necessária para sua interpretação. Cada indivíduo ambienta-se de acordo com a sua própria verdade.

Na *práxis*, a inteligência coletiva parece desconsiderar esse panorama de inflexões e se torna refém de uma inteligência que pode, em certo aspecto, tensionar mentiras a partir da troca de mensagens pelos interlocutores. Com isso, o subjetivismo apontado por Lévy é utilizado, mas no sentido oposto — uma espécie de culto à inversão de valores no ciberespaço. Apesar de não ser essa a questão central deste trabalho, talvez seja importante pontuar ou, pelo menos, demarcar a possibilidade de relação entre esse fenômeno e o “apagamento” da materialidade.

Santaella (2018) considera que o mundo contemporâneo é o ambiente perfeito para a proliferação de notícias falsas. Essa perspectiva ocorre ao passo que, segundo a autora, fatores como a desconfiança e a desinformação são recorrentes na sociedade. Nesse compasso, pode-se elencar mais duas condições: a desonestidade e a enganação, abordadas por Keyes (2018). De acordo com ele, os agentes sociais aceitaram a mentira de modo generalizado — uma espécie de transgressão sem culpa. Nessa ambiência social, a inteligência coletiva torna-se um horizonte distante. Essa percepção ocorre em duas perspectivas iniciais:

a) ao ter em vista o falseamento de informação e sua demasiada reprodução, os coletivos apartam-se de uma ideia colaborativa e tida como inteligente;

b) a contrainformação massiva propiciada, não cria um ambiente favorável para a distribuição das inteligências em comum;

c) uma vez que o indivíduo possui a bagagem das *fake news*, ele distribui a

verdade pela sua ótica, tornando-a, por vezes, uma pós-verdade. Em vez da informação, o que permanece é a contrainformação ou, pode-se dizer, desinteligência.

Com essa premissa, percebe-se que, ao criar coletivos e potencializar as competências dos agentes sociais, como Lévy pretende, o conceito dá margem à pontos de fuga. A função colaborativa e de crescimento da humanização no ciberespaço pode, por vezes, tornar-se utópica ao ter em vista que parte dos indivíduos são condicionadores e propagadores de correntes contrárias ao que se esperaria de um coletivo supostamente inteligente. A propagação de ódio tem sido um fator recorrente nas redes sociais. Exemplo disso é a *deep web*.

À vista disso e à luz de Maffesoli (1998), os grupos tornam-se cada vez mais parte da sociedade e não há como dissociá-los. Esse contraponto implica na percepção de que a organização da sociedade tem traços que levam-na à integração. No entanto, unificá-la de modo a abranger todo o círculo social não parece ser totalmente funcional e/ou possível de atualizar-se. Tribos situam-se na Internet e é nessa seara que a inteligência coletiva poderia buscar mecanismos de funcionalidade, além de filtros contra a desinformação.

Em justaposição à visão de Maffesoli, pode-se aproximar do que denomina-se “bolha de filtros”. O termo cunhado pelo autor Eli Pariser (2012), em parte, refere-se aos mecanismos de gigantes da indústria, atuantes no ciberespaço, que utilizam seus algoritmos para que as informações obtidas sejam cada vez mais restritas de acordo com as preferências dos usuários da Internet. Santaella (2018) alerta para acontecimentos importantes em que as bolhas fizeram o trabalho de ocultação: a eleição de Trump e o Brexit[77] no Reino Unido. Essa noção mecânica de movimentos da indústria capitalista na esfera *on-line* parece ser ignorada por Lévy.

Com esse cenário, é pertinente realizar a seguinte análise: como fazer uma construção de saberes coletiva e que possa ser distribuída quando há a presença de restrições de conteúdo? E, mesmo que seja possível, como ordenar o eco de vozes que decorre de milhões e milhões de informações lançadas no ciberespaço? Sob

[77] Termo popularizado (pró ou contra) a polêmica e conturbada saída do Reino Unido da União Europeia em votação em meados de 2016.

esta égide, é provável que ocorra uma espécie de “engarrafamento virtual”[78] e a inteligência fique condicionada ao sistema vigente, deixando de ser o que Lévy denomina “desterritorializada”, aberta e disponível a todos.

Em outro olhar, por princípio, a semântica da palavra “todos” significa abranger e perceber uma totalidade. Nessa ótica, Lévy evita o pressuposto de que o ciberespaço não é um ambiente disponível a todos — nem mesmo na contemporaneidade. Como pode-se destacar nos tópicos anteriores, a aderência da Internet, em muitos países, ainda está caminhando a passos lentos. Como criar um coletivo inteligente, amplamente aberto, se nem as ferramentas primárias estão à disposição de todos? O acesso aos meios tecnológicos aparece, em grande parte, como um impasse para a contemplação efetiva da teoria do autor.

Nessa altura, é válido retomar os postulados de Lévy e visualizar o Quadro 8, que esboça algumas diretrizes mais sintéticas da inteligência coletiva. O autor reforça linhas gerais do termo e evidencia o que é e o que não é pertencente ao conceito, segundo sua percepção. Em uma análise preliminar, ele demonstra pretender fugir dos padrões de totalitarismo e do que compreende por fetichismo. Essa incidência, segundo Lévy, tende a se reforçar à medida que os indivíduos se agrupam e tornam-se um verdadeiro coletivo social.

Quadro 8 – Linhas gerais do conceito de inteligência coletiva

(continua)

Inteligência coletiva	
O que é?	- Inteligência distribuída por toda parte; - Incessantemente valorizada; - Coordenada e mobilizada em tempo real.

[78] Nesse ponto, é válido ler o artigo de Arthur Coelho Bezerra, que elucida alguns aspectos sobre o caminho da vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais, de modo que os indivíduos devam superar barreiras até então impostas pela indústria da informação digital.
BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais... .** João Pessoa: Ancib, 2015. p. 01 - 16. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2716/1034>. Acesso em: 30 maio 2019.

(conclusão)

O que não é?	- Projeto totalitário de subordinação dos indivíduos a comunidades transcendentes e fetichizadas; - “Formigueiro”: os indivíduos não possuem visão nenhuma de conjunto e não sabem como o que eles fazem se compõe com os atos dos outros indivíduos; - Estrutura absolutamente fixa.

Fonte: Adaptação a partir da conceituação de Pierre Lévy.[79]

Ao traçar os aspectos introdutórios, Lévy (2003) propaga o termo — na antropologia do ciberespaço —, ou seja, ele discorre sobre o conceito de modo a inseri-lo no campo social, rondando aspectos da economia, no processo identitário do coletivo e na troca de conhecimento entre indivíduos. Retoma-se, portanto, que o conhecimento tido e gerado de forma social, e que se inicia culturalmente, é um dos pontos-chave de seu estudo.

Em aspecto mais circular do campo de definição, Lévy (2003, p. 66) elucida que “coletivo não é necessariamente sinônimo de maciço e uniforme”. Com essa asserção o autor pretende, em linhas gerais, estabelecer um estudo que forneça experimentação, evidenciando a multiplicidade e variedade existentes no ciberespaço. Por outro lado, essas diferenças existentes podem ser visualizadas ao perceber que a Internet é um campo de discussões que deriva de correntes provenientes de diferentes indivíduos. Nesse aspecto, o fluxo torna-se natural e não parece, de todo, necessário desvendar o que seria considerado corriqueiro.

Em breve definição, vale-se retomar a definição de ciberespaço, que pode ser entendida como um ambiente “de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 2000, p. 92). De forma complementar, Lemos (2013, p. 128) enxerga o conceito como um campo “sem dimensões, um universo de informações navegável de forma instantânea e reversível. Ele é [...] caracterizado pela ubiquidade, pelo tempo real e pelo espaço não físico”.

[79] LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Figura 18 – Aspectos do conceito de inteligência coletiva

Fonte: Adaptação da obra de Pierre Lévy.[80]

O ciberespaço é uma das premissas para a incidência da inteligência coletiva. Ele torna-se o ambiente para a adequação à medida que propaga a ideia de, entre outros fatores, rompimento de espaço físico. Anterior a esse preceito e de importante relevância para sua contextualização, é o de cibercultura, também explanado no tópico anterior. Lévy (2003) esclarece que a cultura em si é um dos pontos de partida para seu estudo e que, a inteligência coletiva cresce a partir dela.

De igual modo, é importante retomar o conceito de virtualidade, inerente ao ciberespaço. “A universalidade da cibercultura propaga a co-presença e a interação de quaisquer pontos do espaço físico, social ou informacional” (LÉVY, 2000, p. 47). Nessa lógica, o conceito de inteligência coletiva propaga-se no próprio ciberespaço, que, supostamente, forneceria suporte para a interligação de indivíduos. Por esse viés filosófico de Lévy, o contexto virtual incorpora um aspecto importante para o estudo.

Para além de uma definição estrita, o virtual é concebido e entendido como uma espécie de “entidade ‘desterritorializada’, capaz de gerar diversas

[80] LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular" (LÉVY, 2000, p. 47). O virtual evidencia o campo da coletividade e cria conexões entre indivíduos. Dessa forma, pode-se dizer que o termo emoldura o conceito da inteligência coletiva no âmbito digital.

Ao aliar espaço, cultura e virtualidade, na Figura 18, é possível depreender os aspectos estruturais do conceito de inteligência coletiva. Ela engloba várias diretrizes que estão entorno da sociedade, desde a ética, economia, tecnologia, política, até a estética. Nesse sentido, fundam-se os espaços antropológicos, assim denominados por Lévy, a partir da nomeação de "Espaços de Saber". Esse sistema tipifica a matriz do projeto do autor e sintetiza a proposta por ele apresentada.

A ética da inteligência coletiva se baseia nos preceitos de o indivíduo considerado justo favorecer a potência, ou seja, a potencialização das competências humanas. Nesse sentido, o justo é uma espécie de agente integrador da sociedade, que interage com o coletivo social. O poder nessa sociedade torna-se recorrente. Entretanto, Lévy (2003, p. 38) assinala que "se a potência é boa, o poder é ruim, pois é medido por sua capacidade de limitar a potência, por seu potencial de destruição". Nessa ótica, o autor subentende que o poder serve para reduzir as qualidades dos indivíduos.

Ao partir desse pressuposto de Lévy, pode-se tecer uma crítica no sentido de que o poder, em certa medida, deve ser interpretado como agente de construção na contemporaneidade. Na sociedade da informação, em que a semântica é passível de variáveis, todos detêm certo poder, que provém de uma autonomia — por vezes mascarada, mas existente. Se a inteligência coletiva, no que se refere a sua ética, é resistente quanto a esse aspecto, concebendo o poder como modo de redução das qualidades humanas, é preciso, então, extingui-lo? Lévy afasta-se da ideia de totalitarismo — em tese, como enunciado anteriormente no Quadro 8 — mas evoca um paradoxo em sua própria teoria ao fazer tal afirmação.

Bobbio (1997) chama a atenção para o fato de que o poder é, em síntese, uma relação entre os homens sociais. Ao passo que as competências dos indivíduos ligam-se aos aparatos midiáticos e há traços de uma possível nova revolução industrial altamente tecnológica e se atendo a Schwab (2016) a percepção de Lévy

leva a pensar — por mais contraditório que pareça — na subestimação da capacidade humana. Essa ideia legitima-se na proposição de que a ausência de poder tornaria o ciberespaço um espaço desordenado e descoordenado. Nessa ótica, o poder[81], em sentido amplo, tem autonomia pra firmar diretrizes, ou seja, os indivíduos uma vez agentes autônomos, têm propensão a potencializarem com mais vigor suas competências e, não, o oposto.

A partir de uma visão crítica ao conceito de democracia digital, apesar de haver certa resistência por parte de alguns autores, o Estado deixa de ser o mediador do fluxo informacional, transferindo-o para o indivíduo. Exemplos latentes não faltam: desde o vazamento de informações sigilosas de espionagem do governo americano por Edward Snowden, o fenômeno das *fake news* orquestrado por escândalos eleitorais e o tensionamento do poder legitimador travestido de cliques na Internet, clareiam essa seara. Isso significa que quem está por detrás da tela — independentemente se na condição de influenciador ou influenciável — é quem detém, em princípio, a tomada de decisão.

Afinal, na contemporaneidade, o poder é concebido como uma forma de autoafirmação nas redes: as mídias sociais dão voz aos que não a têm. As redes ditas sociais consolidam essa afirmação ao passo que os agentes sociais interagem uns com os outros e há espaços para discussão, críticas, além da propagação de conteúdo produzido e distribuído instantaneamente, por qualquer indivíduo que dispõe-se a fazê-lo. Apesar da gama de ditas pós-verdades e da construção de bolhas, os espaços sociais localizados na Internet, portanto, fomentam redes de relacionamento entre coletivos. É preciso, portanto, reavaliar os modos de operação dessa ética que reduz o que, em tempos de convergência, os indivíduos tomam mais em consideração: sua emancipação.

Nesse sentido, parte-se para a economia da inteligência coletiva. Com os avanços tecnológicos e inovações constantes, Lévy (2003) reflete que a economia supostamente parte do contexto da transmissão dessa informação.

[81] No contexto apresentado, o poder refere-se não propriamente aos mecanismos do Estado e da máquina capitalista — embora essa sirva-se do poder de mercado exploratório do ciberespaço — mas aponta para a capacidade de os agentes sociais do poder tornarem-se agentes autônomos, com poder de decisão.

> A economia girará — como já o faz — em torno do que jamais se automatizará completamente, em torno do irredutível: a produção do laço social, “o relacional”. Não nos referimos apenas a uma economia do conhecimento, mas a uma economia do humano, mais geral, que engloba a economia do conhecimento como um de seus subconjuntos. (LÉVY, 2003, p. 41).

Incutido nessa perspectiva, Lévy (2003) sinaliza para a possibilidade da produção de uma economia das qualidades humanas. Essa percepção ocorre pelo fato de que os indivíduos se pautam pela necessidade e competitividade econômica, pela organização da exclusão social e pela falta de reconhecimento das qualidades humanas. De acordo com o autor, é preciso retomar o viés social do vínculo de pertencimento e de identidade. Nesse panorama, pode-se afirmar que a subjetividade dos indivíduos não deve ser negada, mas amplamente utilizada, a partir do pressuposto de mecanização com transformações tecnológicas na sociedade da informação.

> É como se o humano, em toda a sua extensão e variedade, voltasse a se tornar matéria-prima. Ora, defendemos aqui que a inteligência coletiva se imponha como produto acabado com excelência. A inteligência coletiva: fonte e objetivo das outras riquezas, aberta e inacabada, *output* paradoxal porque interior, qualitativa e subjetiva. A inteligência coletiva: produto infinito da nova economia do humano. (LÉVY, 2003, p. 44).

Nessa lógica de instauração de poder, Lévy leva a pensar que é necessário ausentar-se dos sistemas econômicos vigentes e partir para uma espécie de sistema colaborativo, no mais amplo aspecto do termo. Com essa percepção, a inteligência coletiva se tornaria uma teoria reducionista, ao ter em mente que o ciberespaço, a luz do autor, é um lugar de reflexão e totalmente amplo e desterritorializado. Com essa contradição, o teórico não esclarece o fato de que a sociedade é condicionada, na maioria das vezes, pelo sistema que a rege.

Na contemporaneidade, com a liquidez das relações, à luz de Bauman (2001), as incertezas elucidadas por Jameson (1995) e o declínio do homem público por Sennett (2014), pode-se aproximar da ideia de uma sociedade que aponta para a instabilidade do seio social. Nesse aspecto, a redução de qualidades humanas pode ser recorrente e não relacionada à ética vinculada ao poder, como suscitado por Lévy anteriormente. Na contemporaneidade, o homem público parte de uma

ideia de descentralização sistêmica e de uma conjuntura social que cerca as individualidades dos agentes sociais.

Com a dissolução dos agentes sociais no que refere-se ao sistema econômico vigente, pode-se dizer que a ausência de nomadismos sociais se tornou recorrente. Nessa linha, o que decorre é o que Lévy (2003) denomina de nomadismo antropológico, ou seja, o deslocamento de conhecimentos em uma era cercada por alguns saberes estáveis. Isto posto, o autor elucida que “à desterritorialização dos fluxos econômicos, humanos e informacionais, [...] propomos responder com uma desterritorialização da iniciação e da própria humanização” (LÉVY, 2003, p 45).

Nessa percepção, abre-se espaço para o papel do agente social em sua essência. Lévy coloca o homem como centro de suas inferências e referências. O contexto da inteligência coletiva clareia a percepção de que todos os agentes externos precisam da subjetividade previamente exposta pelo homem. Essa subjetividade é recorrente ao conceituar o estudo dos coletivos humanos proposto pelo autor. É preciso, contudo, fazer uma ressalva de que os saberes na contemporaneidade são confrontados a partir da pós-verdade, como já mencionado neste tópico e que será aprofundado nos próximos capítulos.

Ao comparar esse saber com o que o autor menciona no cerne de seu estudo, quando elucida que todos têm um saber que pode ser distribuído, percebe-se certa contradição. Se todos têm um saber que pode ser distribuído, e o autor fica exposto à subjetividade de saberes, como se dará esse inteligência coletiva? Uma vez ambientada em um campo de incertezas, como os indivíduos podem efetuar saberes concretos? Ao retomar Bauman (2001), como se firmará um coletivo inteligente e, de fato, integrado, quando percebe-se fragilidade nas relações no contexto do mundo pós-moderno?

Nesse sentido, é preciso adensar melhor essa percepção do conceito. Ao ter em vista que na contemporaneidade o subjetivo é ofuscado e torna-se fato objetivo, é preciso realinhar algumas peças. Se, por um lado, a teoria de Lévy apresenta-se com a imposição da subjetividade e das amplas qualidades humanas, de outro deve-se levar em consideração que essa percepção subjetivista, na atual conjuntura social, se pauta em verdades, em grande escala, fabricadas, romantizadas — o que vem se denominando de pós-verdade.

Após alguns apontamentos, parte-se para outro ponto da engenharia do laço social do conceito de inteligência coletiva, que é o aspecto tecnológico. Lévy (2003) retoma a economia do humano como ponto de partida para uma espécie de sustentáculo da sociedade.

> Os seres humanos são, ao mesmo tempo, a condição necessária do universo e o supérfluo que lhe confere seu preço, compõe o solo da existência e o extremo de seu luxo: inteligências, emoções, envoltórios frágeis e protetores do mundo, sem os quais tudo voltaria ao nada. (LÉVY, 2003, p. 47).

Com essa percepção, os indivíduos são a base para a concepção dos instrumentos e técnicas no que se refere à construção da sociedade. Nessa mesma linha, sabe-se que a ideia da engenharia do laço social não é novidade frente a sua aplicabilidade na ciência. No entanto, de acordo com o autor, o que a diferencia, é sua finalidade e modalidade: parte-se do que é molar, ou seja, massivo, para o que é molecular, ou seja, preciso/estruturado. Com isso, o autor pretende afastar-se da ideia de massificação e parte para a engenharia da precisão, demonstrando que a técnica abarca, além do humano, pelo menos, outras três áreas: da vida, da matéria e da informação.

Em contraposição, na contemporaneidade, Lévy parece equivocar-se na tônica ao desconsiderar certa tendência de desconstrução de padrões. As formas de organização social voltam-se para a instabilidade e, propriamente, retomando a fala de Lévy (2003), a instabilidade de saberes. Portanto, não se pode desconsiderar as formas de recepção do grande coletivo, a partir da perspectiva de que a sociedade vai moldando-se a padrões cada vez mais cíclicos, a exemplo da pós-verdade. De modo que os âmbitos tecnológicos partem para uma visão mais descentralizada, focada na matéria humana, porém com características individualizadas e, em muitos casos, com formação de pequenos grupos.

Em continuidade à engenharia da precisão, Lévy (2003) retoma a questão de virtualidade que se alinha propriamente à informação. O digital propicia uma base vasta de novas possibilidades e que, segundo o autor, seria o absoluto da mensagem. Essa perspectiva remete à aceleração e aos reordenamentos incidentes dessa nova configuração de mensagens — em todas as plataformas do espaço

social. Com isso, a organização de outro espaço, o virtual, é percebida com um novo olhar pelos indivíduos.

Pode-se, portanto, vincular à cibercultura que é incidente em todo esse processo informacional. Para Lévy (2003), ela é real. No entanto, é preciso lembrar que “o virtual não ‘substitui’ o ‘real’, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo” (LÉVY, 2000, p. 88). O autor entende que o virtual não pode fixá-la somente no campo digital. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o digital se aproxima do que é virtual.

> As bases de dados, sistemas especialistas, tabuladores, hiperdocumentos, simulações interativas e outros mundos virtuais são potenciais de textos, de imagens, de sons ou mesmo de qualidades táteis que situações específicas atualizam de mil maneiras. (LÉVY, 2003, p. 53).

Nesse aspecto, a informação, antes posta somente no meio impresso, pode ser destrinchada em novos meios tidos como digitais e que agregam os sujeitos sociais. No centro de toda essa ótica digital e incutida no pretexto da linguagem, “a informação certamente se encontra fisicamente situada em algum lugar, em determinado suporte, mas ela também está virtualmente presente em cada ponto da rede onde seja pedida” (LÉVY, 2000, p. 48).

Com essa determinação, Lévy (2003) leva a pensar que os coletivos humanos são subordinados, de certo modo, às formas de trabalho estabelecidas a partir do século XIX. Nesse sentido, remete-se ao molar (maciço, massivo), que pode transformar-se no molecular (ultrarrápido, preciso) a partir do conceito de ciberespaço. “A abertura do ciberespaço permite conceber formas de organização econômica e social centradas na inteligência coletiva e na valorização do humano em sua variedade [...]” (LÉVY, 2003, p. 54). O autor critica o mau uso do sistema de modo que, os indivíduos, devem ser valorizados em suas competências e particularidades.

Em esfera política, outro aspecto da engenharia do laço social, Lévy (2003) concebe a ideia da dinâmica das cidades inteligentes, ou seja, a forma de governar um ambiente totalmente desterritorializado: o ciberespaço. Com a possibilidade de rápidas mutações nesse campo, precisa-se de mecanismos apropriados para seu

desenrolar. O autor apresenta a tese de uma democracia direta, acompanhada pelo computador, ou, de modo mais teórico, uma “ágora virtual”.

No sentido de obter uma democracia direta, com abrangência de novas possibilidades em âmbito social, o ciberespaço torna-se, segundo o autor, um campo oportuno para essa implementação. Lévy afirma que

> o ciberespaço poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados o mais próximo possível das comunidades envolvidas. (LÉVY, 2003, p. 60).

O autor pontua que, na sociedade contemporânea, e sua acelerada sistemática, o governo não se adapta face aos problemas e demandas que precisam de respostas. Evidencia-se, portanto, o que Lévy chama de mobilização de competências. Na prática, essa ótica reverbera na atualidade à medida que a Internet propicia essa abertura para a interação entre sujeitos sociais, que fazem uso da rede para defender seus mais variados pontos de vista.

Essa tecnopolítica sobre a qual Lévy reflete incide nos modos de operacionalização da sociedade, permitindo a comunicação em tempo real — de todos para todos —, servindo como uma forma, segundo o autor, de serviço público. Ele assinala que “situada sob o signo da inteligência coletiva, a democracia em tempo real opõe-se absolutamente à demagogia do direito e aos efeitos de massa imediatos” (LÉVY, 2000, p. 74). Nessa percepção, ainda acrescenta que

> a democracia em tempo real é ao mesmo tempo um caso particular e o coroamento da economia das qualidades humanas. Ela participa efetivamente de um objetivo de valorização e otimização das qualidades de cada um. (LÉVY, 2000, p. 78).

Nesse sentido, a ágora virtual se traduz em uma democracia direta, não mais representativa. Supõe-se, então, que cada indivíduo seja capaz de participar ativamente do núcleo. Com isso, em resposta a uma suposta crítica totalitarista à teoria, o autor afirma que o conceito abarca as individualidades dos sujeitos sociais em prol da coletividade. Até esse ponto, é possível dizer que Lévy é coerente em

sua colocação, embora possa retomar-se a ideia de acesso: o ciberespaço não está disponível a todos. E, assim sendo, o modo democrático de governança somente transita de um lado do paralelo, ou seja, apenas uma das partes da sociedade será atingida, a outra acaba por não ser considerada.

No mesmo caminho, a ágora virtual esfacela a proposta de ser democrática à altura que promove a reunião, mas direciona conforme grupos de interesse dos usuários. Essa elucidação de debate não atende às exigências da inteligência coletiva uma vez que deveria ser integrada (de todos para todos). Além disso, desconsidera o falseamento de informação, o que impõe uma barreira na tentativa de fomentar discussões sem falsos ruídos. Na tentativa de interligá-los, essa perspectiva acaba por ocasionar frustração na promoção das competências dos indivíduos e serve para reformar apenas o que Lévy disse: a democracia é uma hipótese utópica.

Em relação a essa percepção, Lévy (2000) considera a criação de um coletivo inteligente que serve como dinâmica ideal de uma cidade tida como democrática. Ela “tem por finalidade seu próprio crescimento, sua densificação, sua extensão, seu retorno sobre si mesma e sua abertura ao mundo” (LÉVY, 2000, p. 69). Ao perseguir esse caminho, o autor esclarece a dinâmica das cidades inteligentes, sendo elas “a escuta, a expressão, a decisão, a avaliação, a organização, a conexão e a visão, cada uma delas remetendo a todas as outras” (LÉVY, 2000, p. 69).

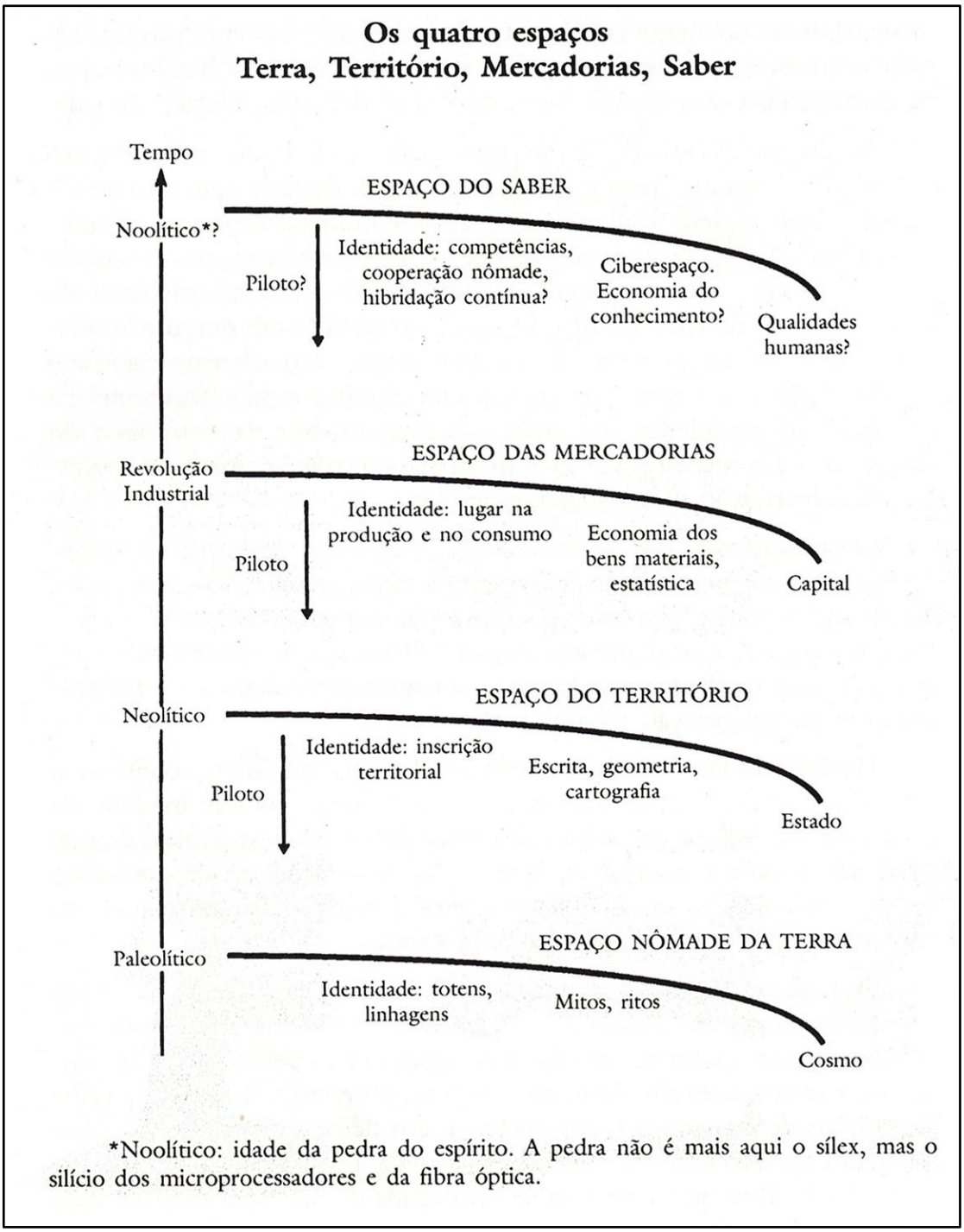
Em última instância, retoma-se o aspecto da estética. Nesses termos, Lévy (2003, p. 103) diz que o mundo virtual “pode ser igualmente portador de cultura, de beleza, de espírito e de saber como um templo grego, uma catedral gótica, um palácio florentino [...]”. Nessa linha, o autor elucida que é necessário investimento para que, de forma mais abrangente, se reconheça esse espaço como terreno de beleza. Com isso, é preciso reavaliar os modos de percepção das novas tecnologias, de modo a amplificar sua utilização.

> Diante das novidades técnicas percebidas isoladamente como objetos caídos do céu, esquecemos o sistema aberto e dinâmico que elas constroem, sua interconexão no ciberespaço, sua inserção conflituosa nos processos culturais em andamento. (LÉVY, 2003, p. 105-106).

O ciberespaço se posiciona como atrativo cultural, na medida em que é um ambiente que visa a competências, abarca individualidades e que é desterritorializado. Nessa altura, a forma de recepção de obras — sob quaisquer níveis — sofre mudanças a partir da virtualização. Lévy (2003. p. 107) esclarece que “o ambiente tecnocultural emergente suscita o desenvolvimento de novas espécies de arte, ignorando a separação entre emissão e recepção, composição e interpretação”. Com isso, a arte tende a tornar-se mais aberta, disponíveis a todos e permitindo que os agentes sociais utilizem suas inteligências e riquezas de modo a explorá-las amplamente.

Ao passo que vai delineando-se a teoria de Lévy, um dos pontos-chave para desdobrá-la é a relação dos quatro espaços antropológicos, em que se divide: terra, território, Espaço das mercadorias e Espaço do saber. Essas são consideradas dimensões que aproximam-se, de forma quase utópica, do conceito de inteligência coletiva. Ao visualizar a Figura 19, percebe-se a incidência dos campos mencionados na teoria de Lévy.

Figura 19 – Territórios da inteligência coletiva



Fonte: Reprodução do conceito apresentado por Lévy (2003, p. 122).[82]

Ao fazer uma espécie de cronologia voltada ao conceito de inteligência coletiva (Figura 19), Lévy conduz a pensar que, na contemporaneidade, a espinha

[82] LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

dorsal para o conceito baseia-se nas qualidades humanas. Após a transição dos espaços nômades (Terra), da agitação e ocupação dos espaços territoriais (Território) e das transformações flutuantes de sistemas de produção (Espaço das mercadorias), chega-se à possibilidade do Espaço do saber. Segundo o autor, esse lugar

> tem a ver com um espaço cosmopolita e sem fronteiras de relações e de qualidades; um espaço da metamorfose das relações e do surgimento das maneiras de ser; um espaço em que se unem os processos de subjetivação individuais e coletivos. (LÉVY, 2003, p. 121).

Essa dimensão antropológica apresenta-se com a possibilidade de driblar o sistema capitalista atual e sustenta uma nova possibilidade de existência, apesar de que, lembra Lévy (2003, p. 120), “o Espaço do saber ainda se encontra submetido às exigências da competitividade e aos cálculos do capital”. Nesse sentido, o sistema vigente seria, em certa escala, um empecilho para a uniformização do conceito. Entretanto, hipoteticamente, caso a teoria de Lévy se desenvolvesse de modo uniforme, a estratégia do quarto espaço antropológico traduz-se em possibilidades na busca social e produção de subjetividades humanas. Essa visão do autor permanece sólida e inalterável ao longo de suas entrelinhas por se tratar de um eixo fundante da aba interna do conceito de inteligência coletiva.

Na contemplação desse escopo geral, é válido recorrer ao dito “espaço antropológico” — que volta-se ao Espaço de saber e seus predecessores. Esse termo é defendido por Lévy (2003, p. 22) como “um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antropológico), e portanto dependente de técnicas, de significações, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas”. Com essa afirmativa, a interação entre indivíduos é uma das premissas recorrentes que conduz o sujeito social aos diferentes espaços, independentemente de sua origem.

> Esses espaços plásticos, que nascem da interação entre pessoas, compreendem ao mesmo tempo as mensagens, as representações que elas evocam, as pessoas que as trocam e a situação como um todo, tal como é produzida e reproduzida pelos atos dos participantes. (LÉVY, 2000, p. 125).

Com essa perspectiva do espaço antropológico, pode-se condicionar a inteligência coletiva ao ciberespaço de modo que seus participantes unifiquem suas competências para o coletivo. Nesse aspecto, é perceptível que Lévy conduz seus estudos de modo a tecer redes digitais, interligadas aos indivíduos, possibilitando uma comunicação propriamente conjunta. Essa percepção é fundamentada e vivenciada pelos preceitos do conceito no âmbito virtual, sendo um mecanismo de interligação entre todas as partes, a partir da visão do autor.

Em contraponto, na contemporaneidade pode-se verificar uma série de distinções que pautam o indivíduo para um coletivo direcionado. Ao passo que o indivíduo pós-moderno ampara-se em grupos quase restritos, moldando-se em tribos, à luz de Maffesoli (1998), abrigado na fluidez e esquizofrenia das relações ilustradas por Bauman (2001) e Jameson (1995), fixado na matriz circular das bolhas, como denota Pariser (2012) e orquestrado pela orientação da pós-verdade, a crítica que permanece, por fim é: Inteligência coletiva é propriamente uma inteligência? Ela é, de fato, coletiva? O conceito abarca toda a coletividade?

Considerando-se a ambiência da contemporaneidade e sob o amparo dos autores apresentados — dentre outros mais que fazem suas inferências — parece pouco provável a contemplação de respostas positivas para esses questionamentos. Na contemporaneidade, os agentes sociais debruçam-se em perspectivas mais disruptivas, pelas quais o conhecimento torna-se não mais o todo, mas um meio para a compreensão social. O coletivo fica face ao individual. O que é aberto/disponível converte-se ao que é fechado/restrito. Nessa lógica, a inteligência torna-se ferramenta para a desinformação/simulação/mentira. O indivíduo concebe uma dinâmica de sociedade que valida seus atos a partir de uma subjetividade exacerbada. Apesar disso, não empática, constante e uniforme para abarcar a toda coletividade previamente proposta.

8 ESTUDO COMPARATIVO

“Nada é bom ou mau se não for por comparação.”

Thomas Fuller

Após as inferências apontadas ao longo deste trabalho, pode-se elucidar o contexto da inteligência coletiva a partir de comparações e possíveis tensionamentos. A hermenêutica abre esse campo de possibilidades ao traçar um panorama passível da desconstrução e reconstrução das bases de um texto. A interpretação, nesse sentido, torna-se um campo fértil e abre margem para significações mais densas e completas. Como lembra Gadamer (2004), é a leitura realizada a partir de suas partes e, estas, de volta para seu todo. Nesse sentido, pode-se refutar e/ou comprovar com maior lucidez hipóteses e fazer demais apontamentos.

Os Quadros e Figuras de conexão deste capítulo discorrem sobre as facetas do conceito de Lévy, de modo a esclarecer aspectos principais de sua teoria. De igual modo, aclaram o contexto de instabilidade e apontam diferenciações inerentes à conjuntura contemporânea, dentre outros panoramas de inflexão possíveis. Com essa percepção, cerca-se um dos cernes deste estudo, que é o paradoxo existencial entre pós-verdade e inteligência coletiva. Por esse viés, este capítulo auxilia na reafirmação desse panorama que abarca tanto pontos sinérgicos quanto contraditórios.

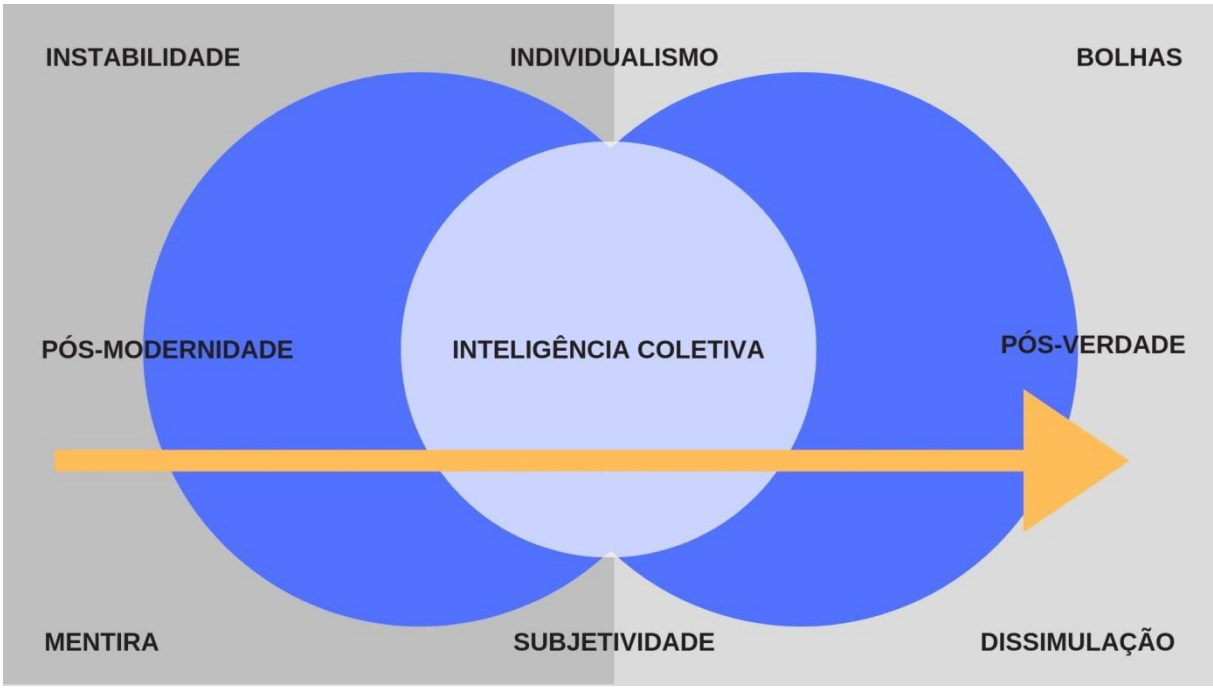
Em primeira instância vale retomar as duas direções de hipótese apresentadas no início deste trabalho:

a) os princípios da chamada teoria da inteligência coletiva já não atendem às exigências da nova esfera pública midiática, principalmente considerando o que vem sendo chamado de era da pós-verdade;

b) a partir da era da pós-verdade, a esfera pública midiática, exige dos sujeitos sociais um novo comportamento.

Ao passo que a pós-verdade vai moldando o cenário pós-moderno, parece oportuno mencionar uma espécie de ruptura, inclusive na ambiência com a pós-modernidade. Conforme a Figura 20, alguns parâmetros vão se atualizando e parecem não dar mais conta de corresponder a uma hierarquia de valores, predispostos desde a era moderna. Nesse contexto, a inteligência coletiva situa-se na coalizão dessas duas percepções (pós-modernismo e pós-verdade). Esse choque com que a inteligência coletiva encontra-se permite novas interpretações.

Figura 20 – Inteligência coletiva em contextos paralelos



Fonte: Criação do autor (2019).

Nessa trilha proposta, pode-se dizer que os conceitos são ambientados conforme a estrutura social de sua época. A inteligência coletiva nasce na pós-modernidade e, então, atravessa para uma nova etapa a partir de um novo panorama. Segundo Kuhn (2005), esse cenário torna-se paradigmático ao ter em vista que uma nova postura e um novo comportamento vão sendo adotados pela sociedade, os quais não conseguem mais explicar o contexto em que vivem e que precisam de explicação. Com isso, é possível tensionar os dois lados: inteligência coletiva e pós-verdade, de modo a perceber o lastro de ambos os termos na contemporaneidade.

Como premissa, pode-se elencar as palavras-chave de ambos os conceitos. De forma analítica, a distribuição desses elementos auxilia na compreensão e, de certa forma, no esboço de um mapa conceitual existente entre os dois campos teóricos. No Quadro 9 é possível visualizar os principais sentidos — semelhanças e distinções — empregados em suas entrelinhas.

Quadro 9 – Palavras-chave de cada cenário

Conceitos	Palavras-chave
Inteligência coletiva	Coletividade; saber comum; virtualidade; cibercultura; ciberespaço; aberta; disponível; desterritorializada; subjetivismo; positividade; palco; coordenação das inteligências; todos para todos.
Pós-verdade	Verdade; mentira; dissimulação; simulação; simulacro; hiper-realidade; *fake news*; bolha; representação; indiferença; individualismo; subjetivismo exacerbado; bem/mal; arena; espetáculo.

Fonte: Criação do autor (2019).

Ao discorrer sobre os fatores elencados ao longo do trabalho, as transformações propiciadas a partir dos novos contextos apresentados e a contextualização das palavras-chave no Quadro 9, pode-se aproximar das seguintes afirmações:

a) a pós-verdade é, de fato, um ponto de inflexão para a inteligência coletiva ao abarcar novos contextos paradigmáticos na contemporaneidade;

b) apesar da subjetividade inerente à inteligência coletiva, na era da pós-verdade, a ambiência subjetiva transforma-se em simulação;

c) a esfera pública na contemporaneidade torna-se mais assertiva aos ideais individualistas e afasta-se da fronteira coletiva, proposta por Lévy.

Para além do contexto sintético da compreensão da inteligência coletiva na contemporaneidade, pode-se elencar alguns elementos do conceito e estabelecer vínculo em três dimensões diferentes no ambiente da pós-verdade. Parte-se, então, de três esferas, sendo elas: objetiva, subjetiva e simulada. A esfera objetiva considera a estruturação lógica, amplamente racional. Em contrapartida, a esfera subjetiva considera o aspecto intrínseco do ser: suas inferências e particularidades pessoais. Já a concepção simulada considera o ambiente da pós-verdade ao ater-se à ideia de simulação de realidade de Baudrillard (1991) e de dissimulação por Keyes (2018) e Nietzsche (2007).

Incutido nesses termos, observa-se que há um tensionamento do conceito no ciberespaço. Alguns pontos afastam-se da objetividade, outros englobam o campo da subjetividade, bem como o ambiente de simulação. Nota-se, também, que alguns são interligados em mais de um campo. A tendência é de aderência de um espaço subjetivo que parte para o ambiente simulado: de representação e de dissimulação inseridos no ciberespaço.

Quadro 10 – Coordenação da inteligência coletiva na pós-verdade

Conceito da Inteligência coletiva	Objetiva	Subjetiva	Simulada
Coletividade		X	X
Inteligência		X	X
Indivíduos		X	X
Competências	X	X	X
Informação		X	X
Colaboração	X	X	
Verdade		X	X

Fonte: Criação do autor (2019).

Com a proposta de tensionamento, o Quadro 11 ilustra os modos de percepção de alguns pontos principais do conceito de inteligência coletiva e de que

forma eles figuram na contemporaneidade. Para essa comparação, os cenários de inflexão considerados são a esfera pública como unidade de saberes no mundo da vida e a pós-verdade como ambiente no contexto do ciberespaço atual. A partir dessa concepção, pode-se firmar algumas distinções ao panorama concebido por Lévy.

Quadro 11 – Inteligência coletiva nos pilares da contemporaneidade

Panorama de inflexões	CENÁRIOS		
	Inteligência Coletiva (conceito)	**Esfera Pública (mundo da vida)**	**Pós-Verdade (ciberespaço)**
	Coletivo	Individual	Grupos restritos
	Saberes distribuídos	Saberes objetivos, embora instáveis	Saberes pautados estritamente pela subjetividade
	Valorização do saber	Valorização do “eu”	Valorização do “achismo”
	Reconhecimento das competências	Reconhecimento de egos	Reconhecimento de mentiras
	Ciberespaço desterritorializado	Ciberespaço territorializado	Ciberespaço territorializado
	Inteligência em tempo real	Desconstrução de saberes	Inteligência simulada
	Articulação coordenada do coletivo	Articulação coordenada do indivíduo	Articulação coordenada de grupos
	Palco	Arena de forças	Disputa simulada
	“Ninguém sabe tudo”	“Eu” sei alguma coisa	“Todos sabem tudo”
	Colaboração	Enclausuramento	Indiferença
	Informação	Desinformação	Bolhas informacionais
	Virtualidade	Realidade	Representação
	Positividade	Bem/mal	Bipolaridade
	Verdade	Mentira	Dissimulação

Fonte: Criação do autor (2019).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Inteligência é a capacidade de se adaptar à mudança.”

Stephen Hawking

Ao perceber as nuances que cercam o ciberespaço, a tecnologia nunca foi um fator tão presente quanto na contemporaneidade. Fazer uso da palavra “novo” e suas derivações acaba por tornar-se banal à medida que descobertas tornaram-se cotidianas. O panorama que a sociedade contemporânea apresenta incide em pontos de inflexão singulares e que precisam ser considerados como perspectivas desencadeadoras na construção de caminhos alternativos. Nesse sentido, os indivíduos tornam-se agentes estruturantes de um seio social moldado por relações mais descentralizadas e que fornecem um horizonte, de certa forma, em plena ascensão.

De modo tímido, o ambiente contemporâneo flerta com as relações mais profundas entre indivíduos, mas aparentemente promissoras para a estrutura tecnológica, altamente complexa e avançada. Schwab (2016) projeta uma visão futurista do que pode acontecer, embora a instabilidade temporal seja um impasse para a efetivação de um panorama sólido. Afinal, seria o futuro algo concreto? Aparentemente, nem o mais cuidadoso dos pesquisadores pode fazer tal afirmação. A ausência da estabilidade anunciada em tempos líquidos, parece contornar esse campo de definições proposto atualmente, à luz de Bauman (2001). E, não apenas o tempo em sua composição, mas também na concepção do indivíduo em suas particularidades.

Os tempos de pós-verdade saltam aos olhos nessa perspectiva de incertezas como um conceito que visa a debruçar a sociedade sobre seu fator estrutural. Ao passo que torna-se uma fratura na espinha dorsal da pós-modernidade, o termo abre espaço para uma conjuntura paradigmática de padrões: flexível e possível de abarcar todo um conjunto de fatores. Esse ambiente gera expectativas inalteradas, voláteis, instáveis e possíveis de serem construídas em

base sólida. Com esse cenário, o ambiente torna-se palco de rupturas e de uma nova concepção de realidade. Nessa percepção, consiste o fator pragmático do indivíduo que reside na tendência de ser um agente passível de constantes mudanças ao longo de toda a história.

Nessa conjuntura social, propôs-se o objetivo de estudar os princípios da chamada teoria da inteligência coletiva, buscando um comparativo com os princípios e características da sociedade da pós-verdade, no sentido de perceber se a primeira consegue dar conta da nova percepção da esfera pública midiática. Com o intuito de estabelecer uma visão até certo ponto antropológica, pode-se identificar alguns paralelos e flexioná-los nos campos teóricos apresentados. Não obstante a essa identificação, pode-se mencionar a linha tênue e o paradoxo que avulta no eixo: inteligência coletiva e pós-verdade.

Desse ponto, decorrem os objetivos específicos acionadas no início dessa investigação: estudar os princípios da chamada teoria da inteligência coletiva, com base em Pierre Lévy; estudar as características da sociedade contemporânea, com ênfase no que vem sendo chamado de era da pós-verdade; traçar um estudo comparativo entre os princípios das duas teorias citadas; estudar as características e modos de funcionamento da esfera pública midiática a partir dos processos de digitalização da informação. Nesse escopo, a pesquisa buscou suas bases para a efetiva ação afirmativa e validação nos cenários apresentados.

O conceito de inteligência coletiva, de Pierre Lévy, estabelece um panorama positivista e, de fato, inteligente. De modo que, ao debruçar seus esforços no indivíduo, obtém-se um conhecimento comum, valorizando as competências e habilidades existentes. Ao passo que não há ideias pré-estabelecidas, tratando da inteligência como um fator inerente a cada indivíduo e que cada um pode agregar em sociedade, o contexto transforma-se em uma seara importante. O conceito leva a um ambiente promissor do ciberespaço, pelo qual a rede torna-se uma ferramenta quase didática. Altamente conectada, torna-se palco em que os atores sejam o centro das atenções. A partir disso, aparentemente, ocorre um intercâmbio do ser individual isolado para o ser social coletivo — interconectado em rede.

Contudo, percebem-se alguns hiatos não apenas na concepção de Lévy, mas no ambiente social que vincula-se, propriamente, à era da pós-verdade. Nesse

sentido, a presença do contexto é um ponto a ser levado em consideração, assim como apontado por Gadamer (2005). Na época em que firmava-se a teoria de Lévy, em meados dos anos 1990, o sentido acionado pelo ciberespaço era outro. As exigências tecnológicas indicavam um panorama menos conectado e abrangente. As redes sociais eram uma ferramenta quase nula, de modo que a percepção de comunicação em rede estava ainda em sua fase de constituição. A Internet era, em síntese, um espaço de poucas vozes, do qual os agentes não detinham, ainda, uma fonte de informação e de interligação mais abrangente — embora ainda restritiva — como na atualidade.

A comunicação face a face despontava para a configuração de uma comunicação mediada e transposta para a tela de um computador. Assim, sucessivamente, *smartphones*, *tablets*, dentre outros aparatos digitais tornaram-se cena dessa evolução. Nesse sentido, a transformação é um fator importante para compreender a sociedade da informação e sua corrente forma de inserir o indivíduo em seu contexto. Desde a primeira revolução industrial, percebe-se que a sociedade tende a adaptar-se aos movimentos da esfera pública, de modo que o processo seja quase normativo. Parte-se de um pressuposto de indivíduos que vivem de modo privado, mas que, de alguma forma, beiram ao compasso do movimento — de despertarem para a copresença dos entes.

Nessa concepção histórica, vale retomar a questão norteadora deste trabalho, que é: até que ponto a chamada inteligência coletiva é capaz de dar conta de uma nova percepção da esfera pública na medida em que vivemos na era da pós-verdade? Ao passo que o enquadramento da pesquisa vai tomando proporções cada vez mais acentuadas, é preciso retomar, também, as duas direções hipotéticas delineadas. A primeira delas é descrita da seguinte forma: os princípios da chamada teoria da inteligência coletiva, já não atendem às exigências da nova esfera pública midiática, principalmente considerando ao que vem sendo chamado de era da pós-verdade.

Com essa primeira hipótese, pode-se estabelecer que a inteligência coletiva figura como um mecanismo que visa a suprir uma lacuna. Essa visão torna-se clara nas entrelinhas de Pierre Lévy. Parece que há uma necessidade latente de obter-se um meio de interação plena entre os agentes sociais — uma espécie de socialismo

velado em tempos de rede. Essa carência é aparentemente válida na atualidade embora não atenda aos princípios da esfera pública midiática atual ao ter em vista que os agentes sociais vivem no precipício da pós-modernidade: a pós-verdade. Nesse sentido, a teoria de Lévy acaba por afastar-se de uma aplicabilidade prática e viável de ser estabelecida nesse contexto de inflexões.

De igual modo, a inteligência coletiva afasta-se de estar apta a participar da nova esfera pública que forma-se na contemporaneidade por residir na contramão de alguns de seus parâmetros fundamentais, que já foram ilustrados ao longo dos capítulos anteriores: não é aberta a todos, não está disponível para todos e, em suma, não é valorizada a tal ponto que venha a ser incessante. Com essa premissa, percebe-se que a esfera pública midiática contemporânea parte para um novo contexto, do qual a integração mediada ocorre de uma transição da copresença de seus participantes: de alguns para alguns — não mais de todos para todos, o oposto do que apontado por Lévy. Na prática, a rede é aberta e disponível de acordo com as afinidades, objetivos e anseios de cada agente social inserido no ciberespaço. Nessa ambiência, restringe-se de acordo com as necessidades e exigências de cada indivíduo. Portanto, essa primeira hipótese é validada segundo o embasamento teórico e contextualização apresentados.

Na mesma direção, parte-se para a segunda hipótese que é construída na seguinte perspectiva: a partir da era da pós-verdade, a esfera pública midiática, exige dos sujeitos sociais um novo comportamento. Essa ideia remonta ao ambiente pós-moderno como fator de rupturas quanto às questões inerentes ao ser humano em todas as esferas sociais. Percebe-se que com o advento do que vem sendo chamado de pós-verdade, essa tipificação tornou-se mais contundente. Os agentes sociais vivem à sombra de uma massa cinza de inverdades que espalham-se rapidamente em rede. A sociedade da informação que, há tempos atrás somente lidava com centenas de perfis *fake* e *hackers* profissionais, precisa lidar, na pós-verdade, com a desinformação e dissimulação institucionalizada em massa.

Os discursos em rede incorporam novas facetas e se voltam ao mundo da vida ao passo que os agentes sociais precisam lidar com a pluralidade de discursos existentes. Nesse sentido, pode-se dizer que a pós-verdade exige dos agentes sociais uma postura mais vigorosa, de modo a lidar com a contrainformação

facilmente obtida e alcançada nos moldes tecnológicos atuais. As bolhas sociais permanecem como um rastro e, de modo literal, somente não estouram por estarem estruturadas no subconsciente de seus interlocutores. Desse modo, a comunicação em tribos, como apresentada por Maffesoli (1998), valida a cena social contemporânea e revela um exigente novo posicionamento dos indivíduos nesse período. Sob esta égide, a segunda hipótese também é confirmada.

Nesse contexto apresentado, parece importante retomar o paradoxo proposto. De um lado, a inteligência coletiva, de outro a pós-verdade. Apresentados nos capítulos anteriores e, de forma mais sintética no estudo comparativo, pode-se esclarecer que o ambiente proposto para o conceito de Lévy incide em um tronco comum a ambas as conceituações: o subjetivismo. A inteligência coletiva parte do uso subjetivista de seus agentes na construção sólida de um ciberespaço de saberes coletivos. Em contrapartida, na sociedade da pós-verdade o subjetivismo — exacerbado — tende a descredibilizar o ciberespaço. Nesse aspecto, os saberes próprios de cada indivíduo convertem-se em “achismos” e guerra de egos.

Percebe-se, portanto, uma linha tênue entre os sujeitos sociais que vivem enclausurados, também, na dicotomia entre público e privado, conforme Habermas (2013). Na medida em que a sociedade caminha para novos paradigmas, esses termos permanecem quase que de modo uníssono. Altera-se o contexto de sua inserção, mas não sua evidente permanência no espaço social. Para além dessa percepção, o isolamento dos indivíduos tende a intensificar-se, de forma que acabam por buscar na rede sua legitimação e não mais no mundo da vida. As bolhas, nesse aspecto, também intensificam-se. Com isso, os sujeitos sociais não somente demonstram seu isolamento como formam grupos de seu interesse no ciberespaço. Esse certo desajuste social clarifica as formas de interação enunciadas por autores como Baudrillard (1991), traduzidas em uma hiper-realidade.

No cenário apresentado pelos autores acionados para a realização dessa investigação, como segue: a esfera do homem público que sai do convívio íntimo para o social, de acordo com Habermas (2013), do indivíduo social líquido em sua relação, à luz de Bauman (2001), na multiplicidade de sentidos e atualizações do virtual, denotado por Lévy (1996), na desonestidade e dissimulação dos agentes, por Keyes (2018), na sociedade de simulações e espetáculos, em Debord (1997) e

Baudrillard (1991), na verdade incomensurável de Kuhn (2005), dentre outros autores relevantes para essa pesquisa, pode-se estabelecer que há uma concordância de que a contemporaneidade traz um panorama de inflexões que não podem ser ignorado. O conceito de inteligência coletiva de Lévy (2003) é um desses desdobramentos e que, como verificado nessa investigação, para sua efetivação em tempos de múltiplos discursos dissonantes, precisa de um exercício de flexibilização e adaptação.

Nesse panorama, parece importante lembrar que o tecer de conhecimentos é passível de passar pelo crivo do tempo e espaço. Como a sociedade vai configurando-se em panoramas diversos, o saber teórico paralelamente caminha nessa base. Sob essa ótica, o paradoxo imposto para a inteligência coletiva confirma-se no sentido de estar refém do tempo e do espaço de sua própria época. Ironicamente o virtual de Lévy (1996) não atualizou-se a ponto de abranger sua teoria dos coletivos inteligentes. Apesar disso, vale-se da premissa de que o saber teórico tende a refletir um recorte social e é importante para o contexto comunicacional reflexivo.

Nesse cenário, retoma-se Gadamer (2011) que afirma que é preciso deixar que o texto fale. Ao deixar que ele — o texto — fale, portanto, aproxima-se de uma afirmação mais coerente dos cenários e fenômenos que pretende-se compreender. Nesses termos, o contexto torna-se um dos fatores-chave para entender não apenas o conteúdo mas a forma como ele é apresentado. Em tempos de pós-verdade em que o indivíduo está cada vez mais individualista e menos preocupado com o saber em comum, é uma lástima afastar-se, na prática, de uma teoria colaborativa como a de Lévy. O que resta, portanto, é ater-se, mais uma vez, a Gadamer (2011) e deixar que o texto não simplesmente fale, mas estar disposto a ouvi-lo. É o que mais está em falta no mundo contemporâneo: alguém disposto a ouvir.

REFERÊNCIAS

ÁLEX GRIJELMO. El País. **A arte de manipular multidões.** 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/22/opinion/1503395946_889112.html>. Acesso em: 03 jun. 2019.

ANDRÉ CABETTE FÁBIO. Nexo Jornal. **O que é 'pós-verdade', a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford.** 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford>. Acesso em: 17 jul. 2018.

APEL, Karl-otto. **Transformação da filosofia V.1.** Filosofia analítica, semiótica, hermenêutica. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** São Paulo: Forense Universitária, 2003.

BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica:** um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação.** Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e sol: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O mal estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais... .** João Pessoa: Ancib, 2015. p. 01 - 16. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2716/1034>. Acesso em: 30 maio 2019.

BLEICHER, Josef. **Hermenêutica Contemporânea.** Lisboa: Edições 70, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** Uma defesa das regras do jogo. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CANALTECH. **YouTube atinge 1,9 bi de usuários e lança novas ferramentas de monetização**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/utilitarios/youtube-atinge-19-bi-de-usuarios-e-lanca-novas-ferramentas-de-monetizacao-116504/>. Acesso em: 12 maio 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CARLOS CASTILHO. Observatório da Imprensa. **Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós-verdade.** 2016. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/apertem-os-cintos-estamos-entrando-na-era-da-pos-verdade/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

CARVALHEIRO, José Ricardo et al (Org.). **A nova fluidez de uma velha dicotomia:** Público e privado nas comunicações móveis. Covilhã: Labcom, 2015.

COSTA, Leandro Sousa; CAMARGO, Leonardo Nunes. **Filosofia hermenêutica.** Curitiba: Intersaberes, 2017.

CORREIA, João Carlos. **Jornalismo e espaço público.** Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior, 1998.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo:** comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia Clássica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

DIOGO RAIS. Portal Mackenzie. **O que é "Fake News".** 2017. Disponível em: <http://portal.mackenzie.br/fakenews/noticias/arquivo/artigo/o-que-e-fake-news/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

E-COMMERCE BRASIL. **Comércio eletrônico deve crescer 16% no País em 2019, prevê ABComm**. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/comercio-eletronico-deve-crescer-16-no-pais-em-2019-preve-abcomm/>. Acesso em: 19 maio 2019.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ÉPOCA. **A era dos protestos conectados**. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/era-dos-protestos-conectados.html>. Acesso em: 09 jun. 2019.

ESTADÃO. **Internet é a fonte de informação mais popular--pesquisa.** Disponível em: https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,internet-e-a-fonte-de-informacao-mais-popular-pesquisa,388819. Acesso em: 19 maio 2019.

ESTEVES, João Pissarra. **A ética da comunicação e os media modernos:** Legitimidade e poder nas sociedades complexas. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

EXAME. **O escândalo de vazamento de dados do Facebook é muito pior do que parecia.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/o-escandalo-de-vazamento-de-dados-do-facebook-e-muito-pior-do-que-parecia/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FABIO SASAKI. Guia do Estudante. **Resumo Atualidades: A era da pós-verdade.** 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/resumo-atualidades-a-era-da-pos-verdade/>. Acesso em: 17 jul. 2018.

G1. **540 milhões de dados de usuários do Facebook ficam expostos em servidores da Amazon.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/04/04/dados-de-540-milhoes-de-usuarios-do-facebook-ficam-expostos-em-servidor.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2019.

G1. **Brasil ganha 10 milhões de internautas em 1 ano, aponta IBGE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/20/numero-de-internautas-cresce-em-cerca-de-10-milhoes-em-um-ano-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2019.

G1. **Facebook bloqueou mais de 1 bilhão de contas falsas, diz Mark Zuckerberg**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/09/13/facebook-bloqueou-mais-de-1-bilhao-de-contas-falsas-diz-mark-zuckerberg.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2019.

G1. **Mais da metade da população mundial usa internet, aponta ONU**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/07/mais-da-metade-da-populacao-mundial-usa-internet-aponta-onu.ghtml>. Acesso em: 03 maio 2019.

GABRIEL PRIOLLI. Carta Capital. **A era da pós-verdade.** 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade>. Acesso em: 17 jul. 2018.

GADAMER, Hans-georg. **Verdade e Método.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Verdade e Método II:** Complementos e índice. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social.** Queluz de Baixo: Presença, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE TRENDS (Org.). **Post-truth.** Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=today%205-y&q=post-truth>. Acesso em: 03 jun. 2019.

GRUNER, Clóvis. **História, economia, política e cultura no século XIX.** Curitiba: Intersaberes, 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Mudança estrutural da Esfera Pública.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia: Hermenêutica da Faticidade.** Petrópolis: Vozes, 2012.

IG. **Pela 1ª vez, população com acesso à internet supera os não conectados, diz ONU**. Disponível em: <https://tecnologia.ig.com.br/2018-12-07/conexao-a-internet-meio-mundo.html>. Acesso em: 09 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua TIC 2017: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 03 maio 2019.

JAMESON, Fredric. **As marcas do visível.** Rio de Janeiro: Graal, 1995.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KEYES, Ralph. **A era da pós-verdade:** desonestidade e enganação na vida contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual:** ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Unesp, 2004.

KUHN, Thomas S.. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

KUMAR, Krishnan. **Da sociedade Pós-Industrial à Sociedade Pós-Moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003

LEMOS, André. **Cibercultura:** tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Meridional Ltda., 2013.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIPOVETKSY, Gilles. **La era del vacío:** Ensayos sobre el individualismo contemporáneo. Barcelona: Anagrama, 2000.

LYOTARD, Jean-françois. **A Condição Pós-Moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia:** comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre: Penso, 2012.

MEIO&MENSAGEM. **Estadão é o novo parceiro de checagem de notícias do Facebook**. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/04/18/estadao-e-o-novo-parceiro-de-checagem-de-noticias-do-facebook.html>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual:** Mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre Verdade e Mentira.** São Paulo: Hedra, 2007.

OXFORD DICTIONARIES. **Post-truth.** Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/us/post-truth>. Acesso em: 17 jul. 2018.

PALMER, Richard E.. **Hermenêutica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

PARISER, Eli. **O Filtro Invisível:** o que a Internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PAVIANI, Jayme. **Epistemologia Prática.** 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2013.

PIERRE BOURDIEU. **A opinião pública não existe.** Noroit, 1973. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1464421/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

PLÜMER, Ellen et al. **Sociedade e contemporaneidade.** São Paulo: Intersaberes, 2018.

POLIZELLI, Demerval L.; OZAKI, Adalton M. (Org.). **Sociedade da informação:** Os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.

PORTAL EBC. **Facebook chega a 2,6 bilhões de usuários no mundo com suas plataformas**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-

10/facebook-chega-26-bilhoes-de-usuarios-no-mundo-com-suas-plataformas>. Acesso em: 12 maio 2019.

PREGO, Victoria. Bolhas informativas. **Revista Uno**, São Paulo, p.20-21, mar. 2017. Disponível em: <https://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimaraes. **Dicionário essencial de comunicação.** São Paulo: Lexikon, 2014.

RESULTADOS DIGITAIS. **Conheça as 10 redes sociais mais usadas no Brasil**. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 12 maio 2019.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

SARDINHA, Tony Berber. **Lingüística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D.E.. **Hermenêutica:** arte e técnica da interpretação. 4. ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial.** São Paulo: Edipro, 2016.

SECOM. **Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016**. Disponível em: http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view. Acesso em: 19 maio 2019.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOCIAL, We Are. **Digital 2019: Global Internet Use Accelerates**. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/01/digital-2019-global-internet-use-accelerates>. Acesso em: 09 maio 2019

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica.** 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

TECHTUDO (Org.). **WhatsApp limita o encaminhamento de mensagens para cinco contatos**. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/01/whatsapp-limita-o-encaminhamento-de-mensagens-para-cinco-contatos.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2019

THOMPSON, John B.. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2014.

UOL. **Criar fake na internet só é crime se for baseado em pessoa real**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/tecnologia/noticias/redacao/2019/04/14/criar-fake-na-internet-so-e-crime-se-for-baseado-em-pessoa-real.htm>. Acesso em: 09 jun. 2019.

VELOSO, Renato. **Tecnologias da informação e comunicação.** São Paulo: Saraiva, 2011.

WANDA CAMARGO. Gazeta do Povo. **A armadilha da pós-verdade.** 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/a-armadilha-da-pos-verdade-06jzsk4hkecvpk9978u0qov1g>. Acesso em: 17 jul. 2018.

WEBWISE (Org.). **Explained: What is Fake News?** Disponível em: <https://www.webwise.ie/teachers/what-is-fake-news/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ZARZALEJOS, José Antonio. Comunicação, Jornalismo e `fact-checking´. **Revista Uno**, São Paulo, p.11-13, mar. 2017. Disponível em: <https://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

ANEXO A — PROJETO DE MONOGRAFIA